MOVIMENTO

THOMAS SKIDMORE
O seu livro "preto no branco" por Clóvis Moura

ALEJO CARPENTIER
O romance latino-americano

MÚSICA POPULAR
Os caminhos do governo para a música popular brasileira
entrevista com o diretor do Instituto Nacional de Música Marlos Nobre

OS TERCEIROS MUNDOS
Uma imprensa para os subdesenvolvidos?

MDB
Os autênticos têm futuro?

CHINA
Os terremotos e o povo

"Nem Lênin;
nem Mao;
nem Stalin,
nem mesmo
Machado de Assis"

...E muito menos
Glauber Rocha

Manaus, Santarém, Altamira, Macapá, Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco (via aérea) Cr$ 10,00 nº 58 Cr$ 7,00 9 de agosto de 1976

MOVIMENTO

Conselho Editorial
Alencar Furtado, André Forster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Edgar da Mata Machado, Fernando Henrique Cardoso, Hermilo Borba Filho, Orlando Villas-Boas.

Conselho de Redação
Aguinaldo Silva, A.C. Ferreira, Bernardo Kucinski, Elifas Andreato, Fernando Peixoto, Francisco de Oliveira, Francisco Pinto, J.C. Bernardet, Marcos Gomes, Maurício Azedo, R.R. Pereira, Teodomiro Braga, Sérgio Buarque, Juca Martins, Flávio de Carvalho, Flávio Aguiar.

Diretor de Operações
Francisco Marsiglia

Diretor Responsável
Antonio Carlos Ferreira

Editor
Raimundo Rodrigues Pereira

Editores especiais: Bernardo Kucinski, Marcos Gomes e Elifas Andreato.

Nacional: Sérgio Buarque de Gusmão (editor-assistente), Carlos Alberto Sardenberg (editor-assistente), Teodomiro Braga (editor-assistente-Brasília), Francisco Pinto (chefe da sucursal Brasília), Genilson Cezar (sucursal Rio), Lélio Fabiano dos Santos (chefe da sucursal de Belo Horizonte), José Roberto Alencar (editor-assistente-Consumo), Murilo Carvalho (repórter), Bernardo Lerer (política paulista), Fátima Murad, Paulo Cezar (repórteres, Brasília), Fernando Miranda e Flamínio Fantini (repórteres, BH), Percival de Souza (Polícia), Carlos Gentile de Mello (Medicina), Ivan Maurício (correspondente, Pernambuco), Jorge Batista (correspondente, R. Grande do Norte), Carlos Mossmann, Jefferson de Barros (repórteres, Rio Grande do Sul), Tibério Canuto (correspondente, Bahia), Luiz Carlos Antero (correspondente, Ceará), Aguinaldo Silva, Francisco de Oliveira, Guido Mântega, Maria Moraes, Maurício Azedo, Ricardo Kotscho (editores-contribuintes), Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Paul Singer, Nelson Werneck Sodré, Moniz Bandeira, Ricardo Bueno, Celina Whately, Helio Pereira (colaboradores).

Cultura: Flávio Aguiar (editor), Fernando Peixoto, José Miguel Wisnik, Jean Claude Bernardet e Maria Rita Kehl (editores-assistentes), Ricardo Maranhão (História); Antonio Dimas, Antonio Mendes Júnior, Carlos Nelson Coutinho, Gilberto Vasconcelos, Heitor da Luz, Luiz Roncari, Marco Aurélio Nogueira, Paulo Vidal, Marcos Penchel, Paulo Sérgio Pinheiro e Sérgio Pechman (livros): Paulo Emílio e Zulmira Tavares (cinema); Tarik de Souza (música); Dagomir Marquezi (quadrinhos).

Internacional: Flávio de Carvalho (editor), Izalco Sardenberg Neto (redator), J. M. de Souza (correspondente, Paris), David Klater (correspondente, Nova York), Jaime Sautchuk (correspondente, Londres) e Mario Chimanovitch (correspondente, Israel).

Arte: Juca Martins (editor-assistente), Jayme Leão, Chico Caruso, Alcy, Cassio Loredano e Ruben Grilo (desenhistas), Toninho Mendes (diagramação), João Bittar, Luiz Gê, Massao, Jota, Angeli, Iolanda Hussak e Paulo Caruso (colaboradores).

Pesquisa: Maria Cecília Magalhães (chefe), Eduardo Macedo Mussi (Economia), Márcio Bueno e Silvia Campolim.

Produção: Paulo Roberto Siqueira Barbosa.

Revisão: Luiz Roberto V. de Jesus e Armando A.T. Sartori.

Assinaturas: Luis Bernardes e Maria Teresa Ferreira.

Administração: Luiz Carlos Bittencourt (chefe), Alberto Duarte (administração, Belo Horizonte), Adelmo José de Oliveira (representante, Bahia), Maria das Graças Rodrigues (secretária).

Movimento é uma publicação de Edição S.A. Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e Redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo. Telefones: 210.6622 e 210.6744. Sucursal Rio de Janeiro: Rua da Lapa, 180, sala 606 – telefone: 222.6493 – Sucursal de Brasília: Edifício Márcia, sala 1.007. Telefone: 24.1627 Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial. Rua Emílio Goeldi, 575 – São Paulo Telefone: 65.5111 – Composto e Impresso nas oficinas da PAT Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 – Pinheiros. São Paulo. Telefone: 282.2523 – Material Internacional via Varig.

ENSAIOS POPULARES

A lógica do Imperialismo — II

Os Estados Unidos insistem que os países subdesenvolvidos devem fazer o que eles mandem, não o que eles fazem

Numa declaração distribuída no dia 28 de julho, o secretário do Comércio norte-americano, Elliot Richardson, advertiu os países subdesenvolvidos exportadores de petróleo de que não devem interromper novamente o fornecimento desse combustível, porque os Estados Unidos não tolerarão uma segunda ameaça a sua prosperidade, seja qual for o motivo; intervirão, mesmo correndo o risco de um "grande conflito militar". O secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, o secretário do Tesouro, William Simon, eo secretário de Estado, Henry Kissinger , iá haviam feito declarações semelhantes, (ver "A lógica do Imperialismo", em Movimento nº 46, 17-V-76)

O propósito do governo americano, ao manter a OPEP sob pressão constante, é não só desencorajar um novo embargo, mas também impedir a recuperação do preço real do petróleo, que voltou a cair nos últimos dois anos. E para conseguir esse objetivos, os EUA nem medem as contradições em que estão se metendo publicamente diante da opinião mundial. Dizem-se campeões de liberdade de comércio e não reconhecem aos países subdesenvolvidos o direito de suspender as exportações de suas matérias primas se os preços são desvantajosos. Condenam o embargo petrolífero e mantêm o bloqueio comercial, por motivos exclusivamente políticos, a países subdesenvolvidos como Cuba, o Vietnã ou o Camboja. Não admitem a majoração do preço real do petróleo, mas não param de elevar os preços dos bens industriais e mesmo dos produtos agrícolas que exportam, como o trigo. Por que os Estados Unidos teriam o direito de fazer o que recusam aos países pobres? Só porque se julgam mais fortes?

Em sua defesa, o governo americano invoca, desajeitadamente, o "interesse nacional" em salvaguardar a prosperidade dos Estados Unidos. Mas como ficam então os países subdesenvolvidos, cuja prosperidde é impedida justamente pelo seu intercâmbio desigual com os Estados Unidos e por sua descapitalização resultante do pagamento de juros, lucros e "royalties" às grandes empresas norte-americanas? Além do mais, a definição do genuino interesse nacional dos Estados Unidos não é tão simples como pintam kissinger e seus

discípulos. O tipo de prosperidade que os Estados Unidos conhecem até agora se deve, em boa parte, às matérias primas baratas e à força de trabalho subremunerada dos países subdesenvolvidos. No entanto, quando o valoroso povo norte-americano impuser a seu país um novo sistema político e econômico, os Estados Unidos se desenvolverão mais ainda, sem prejudicar, mas ao contrário ajudando o desenvolvimento das outras nações.

Os arrogantes pronunciamentos das autoridades americanas servem como lição aos povos subdesenvolvidos. Não é viável combater o imperialismo por meio de medidas isoladas. Os países da OPEP, por exemplo, não poderão levar adiante sua luta se não nacionalizarem as empresas estrangeiras que extraem e comercializam seu petróleo; se não venderem seu óleo diretamente a outros países, principalmente subdesenvolvidos; se não aplicarem os recursos obtidos com a valorização do petróleo na industrialização independente e integrada de suas economias e na reforma e modernização de seus sistemas agrários, para que não continuem dependendo da importação de alimentos dos Estaods Unidos. Quando um país subdesenvolvido principia a resistir ao imperialismo, não pode parar no meio do caminho; porque os países imperialistas contra-atacam ; e se o país subdesenvolvido não dá um passo à frente , é forçado a dar muitos passos atrás. O exemplo mais recente é o Peru. Porém, como as nações exportadoras de petróleo poderiam enfrentar as pressões norte-americanas e aprofundar sua luta se, internamente, continuam restringindo a participação popular na vida política e econômica? Este é seu ponto vulnerável, que os Estados Unidos, astutamente, aproveitam.

Outro ensinamento precisa ser extraído do episódio criado com a declaração de Elliot Richardson . Certos brasileiros, que se proclamam ardorosamente "liberais" e vivem ministrando aulas de "democracia" à oposição, encontraram motivos para se regozijar com as ameaças do secretário de Comércio norte-americanos. Não constitui surpresa que os brasileiros que tem seus interesses intimamente ligados aos do imperialismo americano coloquem-se ao lado dos Estados Unidos e não dos países subdesenvolvidos. No entanto, seria lógico que esses brasileiros não se chamassem mais de liberais; os liberais verdadeiros devem exigir que, pelo menos, os Estados Unidos se atenham a procedimentos liberais e pacíficamente na promoção de seus interesses. Pois não é uma contradição preconizar métodos liberais na política interna e, em política externa, aplaudir métodos tão pouco liberais? O autêntico liberalismo, como diz o jornal O Estado de São Paulo, não é indivisível?

A SEMANA EM BRASÍLIA

Chico Pinto

As "mordomias"

TRATAMENTO DESIGUAL

Como em época de campanha eleitoral, às vezes, a ética entra em recesso, o substancial é substituído pelo acessório e tudo que rende dividendos políticos é colocado em primeiro plano, se faz necessário redobrar a atenção na análise de certas denúncias para que a emoção provocada por algumas delas não venha comprometer o fundamental. Chega agora, ao domínio público, através da imprensa, uma série de fatos que, até há pouco tempo, era do conhecimento de um reduzido número de pessoas. A repercussão causada foi grande,mesmo entre aqueles que já conheciam muitos dos atos e acontecimentos apontados como incorretos, ilegais ou criminosos. Trata-se do denominado escândalo das mordomias que, segundo os denunciantes, não é nada mais nada menos do que as excessivas vantagens auferidas por um grupo de superfuncionários.

Deixando de lado a extrapolação conferida ao vocábulo mordomia, o cargo exercido pelo mordomo que era o administrador dos bens de uma casa (do latim *major domus*, o maior da casa), o que fica é o impacto provocado sobretudo na classe média,

No entanto, muitos acham normais os lucros mirabolantes que os grandes capitalista auferem. Por aí se vê como é difícil analizar sem se comprometer, uma denúncia como essa que está sendo formulada, a não ser que se queira endossá-la integralmente.

Na verdade, ninguém deve sancionar abusos, nem legitimar privilégios outorgados a técnicos ou funcionários graduados. Negá-los, contudo, a estes, em nome de preceitos morais e reconhecer como naturais os privilégios excessivos que são conferidos aos morgados da empresa privada é um contrasenso. Dirão os que condenam maiores vantagens a certos funcionários que estes as recebem dos cofres públicos, enquanto o empresário aufere lucros do investimento de suas poupanças. O argumento é falacioso. Grande parte da poupança nacional é carreada para alimentar a grande empresa privada, que vem se tornando, no Brasil, cada vez mais ousada e agressiva contra as empresas estatais, embora usufrutuária permanente dos recursos do Estado. Os mesmos jornais que criticam as prerrogativas concedidas aos chamados superfuncionários do governo não têm uma palavra de condenação aos marajás nacionais ou multinacionais que tentam controlar toda a economia. Jornais disponíveis, com recursos materiais e humanos, sem restrições institucionais que se propõem a denunciar regalias de funcionários governamentais por eles julgados extravagantes, têm a obrigação moral de noticiar, com o mesmo destaque, os cotidianos escândalos de que são protagonistas os verdadeiros exploradores do povo: banqueiros, grandes industriais, maiores comerciantes, atravessadores e outros intermediários agressivos da aflição popular. Se alguém se desse ao trabalho de colecionar algumas das esparsas notícias veiculadas nas colunas sociais teria uma amostragem da nebulosa vida que levam aqueles que não serão denunciados, porque são os homens que alimentam a grande imprensa.

Por que os jornais não reprovam o comportamento de alguns rajás, que não são funcionários do Estado, e vivem em um país considerado pobre, mas que desfrutam de uma situação financeira de tal ordem que lhes permite variadas excentricidades. Como esta, publicada na coluna do Ibrahim: "Decolando hoje, rumo a Paris, um vôo charter lotado de empresários brasileiros que vão exclusivamente à capital francesa para festejar neste sábado, o *niver*", etc, de um figurão qualquer. (O Globo de 30/4/76). Ou aquela outra, escrita na linguagem típica dos cronistas sociais, de que uma determinada senhora estava "rindo pelas paredes" porque "ganhou de *presente de aniversário*, um carro importado, no valor de oitocentos mil cruzeiros". Ou, ainda, aquela outra notícia que parece inverossímel,e publicada na coluna do Zózimo, do Jornal do Brasil, de um casal de namorados, que, evidentemente,não trabalha para o Estado, mas gastou em um jantar, numa dessas casas de fregueses, exclusivos, a importância de dez mil cruzeiros.

É realmente difícil de entender por que se ataca os excessos dos superfuncionários e se esquece a provocante exuberância destes "supervigorosos" pachás caboclos

Diante das dificuldades maiores, o velho catingueiro tranquiliza o mais moço. Há coisa pior. Imagine se tivéssemos de matar a lua a cada noite; ou se a lua tivesse que matar o sol a cada dia. Imagine!

A imprensa do leitor depende exclusivamente das vendas e assinaturas para sobreviver. Leia, divulgue e mobilize seus amigos para assinar MOVIMENTO
A imprensa do leitor depende exclusivamente das vendas e assinaturas para sobreviver. Leia, divulgue e mobilize seus amigos para assinar MOVIMENTO
Mobilize seus amigos para ler e assinar MOVIMENTO. MOVIMENTO depende apenas de seus leitores.

MDB

O BRASIL O FUTURO INCERTO DOS AUTÊNTICOS

Teodomiro Braga

A pálida sessão de reabertura do Congresso, no dia 1º passado, com o comparecimento de apenas 56 deputados e 12 senadores, não significou, desta vez, qualquer sintoma de esvaziamento político. "O momento é o das eleições municipais, que exige a nossa presença nos municípios", explica o deputado Sebastião Rodrigues, (MDB-PR) que esteve em Brasília, apena por alguns dias, na semana passada: "Eu vou lhe confessar: só estou aqui por obrigação, pois sou o presidente da CPI do Consumidor, senão eu estava no interior. A luta se trava é lá".

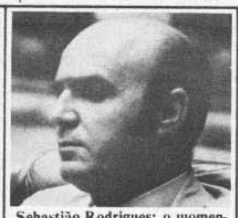
De fato, não se espera grande presença de parlamentares em Brasília neste segundo semestre, apesar da já alentada pauta de trabalhos do Congresso neste período, que prevê a discussão de importantes projetos, como a Reforma do Judiciário, a Lei das Sociedade Anônimas e o Orçamento da União para 1977, além da emenda constitucional apresentada pelo deputado Ulysses Guimarães, que permite a autoconvocação do Congresso, princípio revogado pela Emenda nº 1.

A emenda de Ulysses, considerada o primeiro passo para a "revalorização" do Poder Legislativo, dificilmente será aprovada: já tem parecer contrário do seu relator, deputado Josias Leite, da Arena. A Lei das S/A, que levou três anos para ser elaborada, foi enviada na semana passada e o Congresso tem apenas 90 dias úteis para examinar o projeto.

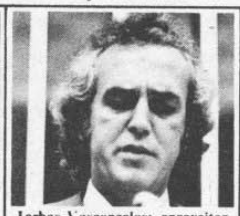
Na Reforma do Judiciário estará em discussão o problema da restauração do Estado de Direito, para a qual a reforma constituiria uma importante medida se estabelecesse a independência do Poder Judiciário com o restabelecimento das garantias da magistratura e dos instrumentos de proteção aos direitos individuais, a exemplo do *habeas corpus* e do mandado de segurança em assuntos políticos. Mas o governo já antecipou que não quer dar essa dimensão à reforma, segundo o Ministério da Justiça, situando-a no enfoque meramente operacional.

Apesar da importância destes projetos que o Congresso deverá apreciar neste semestre, qualquer que seja o *quorum* de parlamentares, o que deputados e senadores que apareceram em Brasília nestes primeiros dias de funcionamento do Congresso discutem mesmo é a eleição de 15 de novembro. E em torno dela o MDB já começa a fazer importantes realinhamentos. Já se fala, nos bastidores da oposição, o esforço de setores do partido em favor da tese de que o MDB não deve se empenhar para conseguir uma grande vitória nas eleições de 15 de novembro, "sob o risco de agravar a situação política do país".

Marcos Freire: substituir o grupo por um mais amplo e mudar o nome.



Sebastião Rodrigues: o momento é para pensar nos governos estaduais.



Jarbas Vasconcelos: aproveitar a campanha eleitoral para lutar pela redemocratização.

Jorge Uequed: rearticular o grupo contra o pacto de união com o governo.

Tarcísio Delgado: o grupo dos neo-autênticos, no congresso e eleições.

Numa discussão mais limpa, os *autênticos* do MDB debatem o futuro do grupo, que não se reune desde abril, quando as cassações de três de suas mais importantes figuras (Nadyr Rosseti, Amauri Muller e Lysâneas Maciel) desarticularam inteiramente o grupo. Uma corrente defende atualmente o desaparecimento ou o imobilismo temporário do grupo, sob a alegação de que não existe mais razão para a sua existência, como explica o deputado Sebastião Rodrigues, um dos principais defensores desta idéia: "Não há como pensar em reestruturar o grupo *autêntico*. Ele cumpriu sua finalidade numa determinada circunstância histórica, mas hoje o momento político é outro. Antes não havia perspectiva de poder para o partido: restava a radicalização. Agora, a conjuntura é outra: existe a perspectiva concreta de o MDB chegar ao poder em vários Estados e isto, naturalmente, muda o comportamento destes parlamentares com condições de chegar ao governo em 1978.

Dentro da conjuntura

Segundo Sebastião Rodrigues, tudo é uma questão tática. Assim, explica ele, "é preciso jogar dentro desta conjuntura que aí está", sem pensar em grupo *autêntico*. Esse pensamento é compartilhado por vários outros membros do grupo, especialmente entre alguns mais antigos, que ajudaram a fundar o grupo e hoje parecem mais acomodados com a luta.

O senador Marcos Freire, (PE), por exemplo, acha que se deveria substituir o grupo *autêntico* por outro mais amplo, que incluisse outras figuras da oposição que se negam a integrar o grupo mas que certamente iriam para outro grupo menos "marcado", como – diz Marcos Freire – o senador gaúcho Paulo Brossard. Dentro desse espírito, Marcos Freire acha, inclusive, que atualmente o nome do grupo, por si só já é um empecilho.

O tempo do "sim senhor"

Curiosamente, essa sugestão para a extinção do grupo ou então a sua ampliação com outro nome surge depois que o nome *autêntico* é consagrado por outras oposições parlamentares na América Latina. Na Argentina, depois da posse da ex-presidenta Isabelita Peron, um grupo Peronista dissidente, de esquerda, fundou o Partido Peronista Autêntico, enquanto no México dissidentes do PRI criavam também um Partido Autêntico, que inclusive concorreu às eleições presidenciais deste ano.

O grupo *autêntico* do MDB apareceu em 1971, através do movimento de alguns deputados para tirar o MDB do marasmo que o tornou conhecido como "o partido do sim senhor". A situação do MDB, naquele tempo, era caótica: mutilado pelas cassações do agitado período 68/69, desarticulado pelo recesso do Congresso em 1969, o partido voltou semimorto ao Congresso, depois das eleições de 1970. O seu surgimento como força de oposição coube justamente aos novos deputados eleitos em 1970.

A princípio, eles queriam ser chamados de *nacionalistas*, mas a imprensa logo rotulou o grupo de *radical*. Então, como alternativa, um deputado sugeriu o nome de *grupo autêntico* e durante algum tempo a imprensa se referiu a eles como "o grupo de deputados que querem ser chamados de autênticos". O objetivo destes novos deputados, segundo um de seus principais líderes, Chico Pinto, era "criar um organismo dentro do partido para dinamizá-lo, para estudar e tentar criar, à base de discussões, uma plataforma para o país. Criticar e ao mesmo tempo oferecer uma alternativa para a dicotomia MDB–Arena".

Logo, o deputado Lysâneas Maciel tomou a iniciativa de propor, da tribuna da Câmara, o papel que, segundo ele, o MDB deveria assumir. "O partido de oposição, se não levar em conta o que realmente vem acontecendo, não passará de um simulacro justificador da situação que pretende condenar. Vir ao Parlamento já foi uma escolha e luta penosa que implicou posições cuja ambiguidade não sabemos ainda se superamos. Mas uma vez que aqui estamos, temos a obrigação de tentar uma luta dignificante e racional... A oposição tem de ser impertinente para se tornar pertinente, tem de ser audaciosa e não consentida...

A escalada

"Aos poucos, o grupo conseguiu reanimar o MDB, abordando questões até então consideradas tabus pela direção moderada do partido, como o problema dos direitos humanos, a legitimidade do regime, a situação da imprensa, etc. O grupo constituiu realmente uma facção independente dentro do partido, contando normalmente, de 1971 a 74, com pouco mais de 20 membros (chegando, às vezes mais de 30), liderados por uma direção formada pelos deputados Alencar Furtado, (PR) Chico Pinto e Paes de Andrade, (CE), tendo como secretário o gaúcho Alceu Collares (depois substituído por Freitas Diniz - MA).

O grupo, que começou timidamente, teve grandes momentos nesses quatros anos, culminando com a campanha eleitoral de 15 de novembro de 1974, quando a ampla maioria dos candidatos do MDB aderiu à pregação dos *autênticos*, o que foi decisivo para a grande vitória do partido. As eleições foram uma espécie de "fecho de ouro" da atuação iniciada pelos *autênticos* em 1971. Pois nunca mais o grupo seria o mesmo, não conseguindo, sequer, manter a estrutura que permitiu o seu funcionamento na legislatura 1971/74. Porque ruiu o grupo *autêntico*, justamente depois da vitória espetacular do partido nas eleições?

Erro de compreensão?

As explicações são muitas, mas a mais convincente é a de que alguns importantes elementos do grupo não conseguiram compreender o novo quadro político, se iludindo com a possibilidade de chegarem aos governos dos seus Estados através das eleições de 1978. O afastamento de Chico Pinto do Congresso também contribuiu decisivamente para essa desestruturação do grupo. A verdade é que, depois das eleições de 1974, ao contrário do que se esperava, muitos deputados do grupo *autêntico* deixaram de ser combatíveis a desilusão dos novos deputados que se elegerem sob a inspiração do grupo não tardou a acontecer. E ainda, a pretexto de pacificação do partido, o grupo acabou aceitando um acordo de distribuição de cargos do partido com a direção moderada, marginalizando completamente os novos deputados autênticos do entendimento. Desse modo, esses novos deputados, sem meios de se engajar à luta do grupo *autêntico*, acabaram formando um grupo separado, reunindo mais de 30 deputados, logo batizados pela imprensa de *neo-autênticos*.

Aliança errada

A convenção do MDB em setembro, do ano passado, para a escolha do diretório nacional do partido, obrigou a unificação dos dois grupos, depois de uma demorada reunião na casa do deputado Fernando Lyra (PE). As divergências, contudo, não foram resolvidas e a fracassada atuação do grupo no episódio da convenção, quando tentou uma aliança com os chaguistas para concorrer contra os moderados de Ulysses Guimarães, não foi mais do que uma consequência dessa falta de estruturação. Depois, o que se verificou foi uma série de tentativas fracassadas para rearticular o grupo, enquanto, por outro lado, crescia dentro do partido a força da facção *moderada*. A dificuldade principal continuou sendo a pouca disposição de alguns antigos elementos do grupo de reviver as lutas que credenciaram os *autênticos* para as eleições de 1974. Da acomodação à tese de extinção, foi um passo.

Essa não é, contudo, a perspectiva da maioria dos *autênticos*, nem mesmo entre os antigos componentes do grupo. A maioria, especialmente os novos deputados, defende a sua urgente rearticulação. "Essa tese de que o *grupo autêntico* cumpriu o seu papel e em dado momento se exauriu é inconsistente. É uma balela diz o deputado pernambucano Jarbas Vasconcelos. "Realmente cumpriu o seu papel em determinado período mas tem de se organizar e voltar com mesmo entusiasmo de antes". Jarbas Vasconcelos, contudo, confessa-se pessimista em relação à reaglutinação do grupo: "Se *o grupo autêntico* não conseguiu se rearticular em um ano e meio de tentativas, será difícil conseguir se rearticular agora, neste período eleitoral. Na verdade, em termos de Congresso, a minha opinião é de que a oposição deve aproveitar a campanha eleitoral para intensificar a luta na busca da redemocratização. Então, é muito mais válida e proveitosa a nossa atuação nas praças, nas ruas, do que aqui dentro do Congresso. Aliás, a nossa atuação aqui, como *grupo autêntico* e como partido, têm sido melancólica.

Os que rearticulam

"Há necessidade de imediata reestruturação do grupo *autêntico*, até mesmo para estarmos preparado para possíveis novidades em 1977", defende o gaúcho Odacir Klein, que forma, juntamente com outros dois gaúchos, João Gilberto e Jorge Uequed, todos eleitos em 1974, o trio chamado de "três Mosqueteiros", por se caracterizarem por uma luta conjunta e sistemática pela dinamização do MDB e, em especial, do grupo *autêntico*." "Vão ocorrer fatos no processo eleitoral que só o grupo organizado poderá enfrentar como essa tese de união nacional, oferecimento que alguns elementos da oposição fazem graciosa e indevidamente ao governo", alerta Uequed.

Grupo dos 16

Na verdade, já estão havendo algumas iniciativas concretas de rearticulação entre os *autênticos* iniciativa de alguns daqueles novos deputados que eram chamados de *neo-autênticos*. Desde junho, cerca de 16 desses deputados estão se reunindo, à parte do grupo *autêntico*, com o objetivo, segundo o deputado Tarcísio Delgado (MG) de organizar o trabalho conjunto destes deputados tanto no Congresso (atuação no plenário, nas comissões, etc) como fora dele, percorrendo o Brasil, com um deputado de um Estado visitando o outro, fazendo a pregação do MDB. "Os autênticos, nos quais inspiramos, por um motivo ou outro, não quiseram dar continuidade ao grupo. Então começamos e continuaremos a organizar, de qualquer maneira, este pequeno grupo, que não tem nome. É um grupo de vanguarda, um núcleo de um movimento que certamente deverá se estender"

CENA BRASILEIRA

NA OLARIA

Os homens que fazem tijolos em Alagoas, Minas

Murilo Albernaz

No Triângulo Mineiro, a 150 km de Uberaba, fica Alagoas, uma vilazinha com pouco menos de 800 habitantes. De manhã cedo, as poucas casas ao longo da estrada de terra que corta o lugarejo estão vazias: a maioria dos moradores já se dirigiu às olarias e começou o trabalho de fabricação de tijolos.

"Cinco horas da manhã a gente começa o serviço. Quando é dia de lua, a gente começa mais cedo que é pro sol não castigar muito", diz José Carolino, parando de amassar a argila e enxugando o suor com o braço. José Carolino tem a pele queimada pelo sol e a magreza de quase todos do lugar. Os braços compridos, ligeiramente desproporcionais ao resto do corpo, é característico dos que trabalham durante alguns anos como "amassador" nas olarias.

O trabalho consiste em ajuntar a argila molhada com uma pá e despejá-la na "pipa", uma espécie de moinho, movida por um cavalo; depois de amassada, a argila é novamente recolhida e levada ao local onde os tijolos são cortados. A argila molhada pesa muito e durante horas seguidas o exercício é o mesmo.

"Tem oito anos que eu trabalho aqui", diz José, "antes eu era amassador em Ibiá. Naquele tempo, quando eu comecei, falei assim: eu não aguento isso não, vou largar. Depois, fui acostumando, acostumando e hoje não importa. O pior de tudo nesse trabalho é o pó de mico. A argila deixa um pó que se a gente num é acostumado, fica com as pernas e os braços cheios de feridas. Tem até gente maldosa que leva esse pó nos bailes e nas festas prá jogar nos outros".

José amassa diariamente argila para a fabricação de 3.000 tijolos. "Eles pagam Cr$ 8 por mil. É muito pouco, tem gente aí que paga Cr$ 10. Eles até que podia pagar melhor, já que o preço do tijolo aumentou, mas eu sei que é difícil. A sorte é que todo mês eu ainda ganho Cr$ 100 prá queimar o forno".

Alagoas não tem médico. O único da redondeza fica em Conceição das Alagoas, cidade de 5.000 habitantes situada a 10 km de distância. Conceição das Alagoas têm ainda um pequeno posto de saúde, onde qualquer consulta custa Cr$ 100. Em Alagoas há uma enorme incidência de doenças: ameba, xistose e, principalmente a doença de Chagas, a mais comum. Muitas das mortes que ocorrem, ninguém fica sabendo com certeza qual a causa real. Foi "de repente", "de fraqueza", dizem os oleiros. As casas, construídas simplesmente de tijolo e barro, sem caiação interna ou externa, mostram infiltrações e buracos. As fossas, quando existem, são feitas pelo método mais rudimentar possível, geralmente não tem portas e ficam bastante próximas à casa. Toda a água utilizada é retirada de cisternas e nenhuma das casas possui filtro. Não existe luz elétrica.

Os tijolos demoram a ser vendidos, às vezes até dois meses e todo esse tempo os oleiros ficam sem receber seu pagamento. Quando isso ocorre, até mesmo o único armazém local, que normalmente lhes vende a prazo cancela as vendas. O único recurso de sobrevivência dos oleiros passa então a ser a mandioca e a abóbora, plantadas sem método no quintal. Os habitantes de Alagoas não têm crédito nos armazéns de Conceição das Alagoas, justamente pelas poucas garantias que sua atividade oferece; ninguém sabe quando o dinheiro virá.

Em Alagoas não existem outras possibilidades de trabalho. Algum tempo atrás, vários oleiros se transferiram para Conceição das Alagoas, para trabalharem na Usina de Volta Grande, da Cemig – Centrais Elétricas de Minas Gerais, buscando o salário mínimo e as garantias trabalhistas, a maioria voltou com pouco tempo de serviço, por não se darem bem, acostumados que eram desde pequenos com as olarias.

Dependendo exclusivamente da fabricação de tijolos, em Alagoas o mais comum é a família inteira trabalhar. Rita, por exemplo, tem apenas treze anos. Trabalha como cortadora de tijolos, serviço considerado "maneiro" (leve) se comparado com os outros. De lenço comprido na cabeça, escondendo totalmente os cabelos, um avental rasgado e um pouco sujo de terra sobre a calça comprida, ela não pára de trabalhar: "Eu corto 1.000 tijolos por dia. Tem gente aí que corta 1.500, 2.000 e até 3.000, mas com mais tempo de serviço". Deixa os tijolos no chão e continua falando, enquanto ajeita novamente a argila na forma onde cabem dois tijolos: "O ruim é a gente ter que abaixar duas vezes cada vêz que faz dois tijolos". Limpa as mãos no avental e conserta um pouco o lenço que ameaça se soltar. Agora, já mais desinibida, mostra um sorriso: "Eu não canso muito não porque sou nova, mas tem gente aí que passa um tempo e num aguenta mais nada. Tem que parar de trabalhar". Os oito cruzeiros que recebe por dia, inclusive aos sábados, pelos 1.000 tijolos cortados, Rita deixa em casa para ajudar nas despesas.

Duas horas da tarde, a maior parte dos oleiros deixou as olarias; o calor muito forte não permite mais o exercício contínuo. Agora é esperar os tijolos secarem para serem empilhados e levados ao forno mais tarde.

Nenzão ajunta algumas ferramentas e vai caminhando para casa. Dono de uma das olarias, ele é um dos mais prósperos, pois é também dono da terra onde ela funciona (1). "A vida aqui é difícil prá todo mundo. E vou te contar uma coisa: não sei como é que a gente se arranja. O pior de tudo mesmo é a chuva, que quando chega o tempo, tem que parar o serviço. Aí é duro!".

Apesar de não haver luz elétrica em Alagoas, três proprietários de olaria possuem televisão, que funciona ligada a uma bateria de caminhão e a um transformador. São duas baterias e enquanto uma está funcionando no televisor, a outra está sendo recarregada. Elas descarregam com facilidade e por isso a cada 15 dias têm que ser trocadas. À noite, poucos preferem ir para o bar ou ficar em casa descansando. Às 19 horas, as casas que possuem televisão já estão cheias, abafadas; começam as novelas e ninguém quer perder a única diversão. A televisão é o ponto de encontro; debruçados nas janelas, sentados no chão, vivem daí para frente as histórias e personagens da tevê.

A imprensa do leitor depende exclusivamente das vendas e assinaturas para sobreviver. Leia, divulgue e mobilize seus amigos para assinar MOVIMENTO
Mobilize seus amigos para ler e assinar MOVIMENTO.

A IMPRENSA DO LEITOR
DEPENDE DOS SEUS LEITORES
PARA SOBREVIVER.
LEIA, ASSINE E DIVULGUE
MOVIMENTO

CASSAÇÕES

O AI-5 no Rio Grande do Norte

As cassações do ex-governador Cortez Pereira, do deputado Ney Lopes e outros quatro funcionários do governo do Rio Grande do Norte

O presidente da República usou pela terceira vez este ano o Ato Institucional nº 5 para cassar mandatos e suspender direitos políticos de sete pessoas envolvidas em crimes de corrupção no Rio Grande do Norte. Entre eles (1) estão o ex-governador Cortez Pereira e o deputado federal (Arena-RN) Ney Lopes, que, no governo passado, quando Cortez Pereira foi escolhido pelo ex-presidente general Emílio Garrastazu Médici para governar o Rio Grande do Norte, dirigiu a Companhia de Serviços Elétricos daquele Estado — Cosern.

O caso do Rio Grande do Norte foi o que mais destaque obteve nos jornais, talvez por se tratar: a) de um caso onde as revelações de corrupção eram estimuladas por interesses políticos (o senador Dinarte Mariz é inimigo de Cortez Pereira); e, b) por ser um Estado pequeno, onde os envolvidos têm, concretamente, apenas poder local. Foi por isso que se soube, por exemplo, que:

Ney Lopes praticou toda sorte de irregularidade na Cosern. A maioria dessas irregularidades se destinavam a apoiá-lo como candidato a deputado federal pela Arena. O ex-deputado deixou a Companhia com um deficit de seis milhões de cruzeiros, dívidas de Cr$ 22 milhões; nos arquivos de seus inimigos ficaram muitos documentos provando a corrupção;

Aurimar França, diretor do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, celebrizou-se nos inquéritos abertos pelo Tribunal de Contas do Estado por instituir uma comissão (em seu favor) de 21% sobre todos os empréstimos que liberava. Aurimar certamente não pode ser destacado como muito imaginativo ou inventor da fórmula, mas errou em exigir a comissão de um fazendeiro que não estava disposto a pagá-la (Leonel Mesquita), que ameaçou denunciá-lo. Aurimar errrou de novo: escreveu um bilhete ao pecuarista prometendo devolver a comissão se ele se calasse, mas Leonel Mesquita levou o bilhete comprometedor ao SNI em Pernambuco;

Cortez Pereira, chefe de Lopes e França, era convivente com essas atitudes. Quando soube que a cobrança da comissão não dera a certo no BDRN, apressou-se em vender ações da Petrobrás que pertenciam ao Estado e assim devolver as comissões cobradas aos pecuaristas;

Alcimar de Almeida, da Fundação do Bem-Estar Social do Estado (Funbeal) costumava pagar cinco vezes mais o preço de mercadorias fornecidas à Fundação. Chegou a comprar algumas centenas de sutiãs para atender a interesses eleitorais da mulher do governador Pereira.

Os demais punidos eram auxiliares do governador, sem muita expressão nos crimes de corrupção.

(1) Além de Lopes, Cortez e França, foram também atingidos pelo AI-5 dois auxiliares de Cortez Pereira: Benevuto Pereira de Araújo Neto e Tarcísio Pereira de Araujo.

A imprensa do leitor depende exclusivamente das vendas e assinaturas para sobreviver. Leia, divulgue e mobilize seus amigos para assinar MOVIMENTO.

SALÁRIOS

Contra o reajuste trimestral

O ministro do Trabalho disse estranhar esse movimento em favor do reajuste trimestral do salário mínimo.

Maria Rita de Medeiros

Culpando a imprensa de "realimentar" a discussão em torno do projeto apresentado no semestre passado pelo deputado Joaquim Bevilácqua (MDB-PR), que prevê reajustes do salário-mínimo a cada três meses, de forma a garantir ao trabalhador a recomposição do seu poder aquisitivo corroído pela inflação, Arnaldo Prieto definiu finalmente a posição do Ministério do Trabalho sobre a proposta. Em entrevistas em Brasília e em Nova Friburgo, (RJ), Prieto deixou clara sua posição contra o reajuste trimestral e disse que, se dependessse dele, nem estudaria o caso. E negou que tivessse designado qualquer comissão para examinar o assunto, como se havia especulado.

Os técnicos do Ministério do Trabalho, que até então evitavam falar sobre o projeto do deputado Bevilácqua, depois do pronunciamento de Prieto começaram a fazer coro aos argumentos contra os reajustes trimestrais do salário mínimo. A explicação, compartilhada também por técnicos da Secretaria do Planejamento ligados à questão, é que essa sistemática contribuiria para aumentar os custos de produção, elevando em consequência os preços dos produtos e provocando o desencandeamento incontrolável da inflação.

Para Prieto, ao contrário do que se imagina, a atual política salarial é de proteção ao empregado, pois obriga as empresas a pagarem no mínimo aqueles valores estabelecidos percentualmente, "sem impedí-las de pagarem acima do limite fixado". "A preocupação do governo é o máximo de salário com o mínimo de inflação", diz Prieto, embora o sistema adotado para evitar o crescimento do processso inflacionário é justamente através do controle de salários.

Segundo outros argumentos, o reajuste trimestral garantiria ao trabalhador seu poder aquisitivo, mesmo que a medida fosse capaz de realimentar a inflação. O trabalhador, nesse caso, não seria obrigado a trabalhar cerca de 10 a 13 horas por dia, na medida em que seu salário fosse se desgastando com a inflação, como acontece atualmente. Para o deputado Odacir Klein (MDB-RS), o reajuste trimestral é realmente uma forma de correção da distorção provocada pela inflação, "se bem que paliativa". O que precisa mesmo, diz ele, é repor o salário a níveis reais. Mas a correção trimestral, acrescenta, pelo menos corrige uma anomalia que é essa perda de salário de um ano para o outro. Um argumento apresentado pelo deputado, para refutar a tese de que a correção trimestral iria desencandear o processo de inflação, é que, tanto quanto os salários, também os impostos indiretos contribuem para aumentar os custos de produção (só o ICM e o IPI incidem em cerca de 20% no preço de uma peça de vestuário). E talvez fosse o caso, então, de diminuir os tributos indiretos, para suprir, em termos de custos, a taxa de aumento salarial.

Mobilize seus amigos para ler e assinar MOVIMENTO. MOVIMENTO depende apenas de seus leitores.

ESTÂNCIAS

Veto à autonomia

A Assembléia Legislativa aprovou, mas o governador vetou a devolução da autonomia de 14 municípios considerados estâncias hidrominerais em São Paulo

Silvia Campolim

Com banda de música e a chegada de uma caravana de pessoas que se distribuíam em três ônibus, vindas de algumas estâncias hidrominerais, o governador Paulo Egydio , de São Paulo, assinou, dia 4, o veto ao projeto de lei aprovado pelos deputados paulistas que restabelecia a autonomia das estâncias hidrominerais do Estado, com direito de eleger o prefeito. Nas estâncias hidrominerais, o prefeito é nomeado pelo governador.

Em junho do ano passado, o governador Paulo Egydio enviou à Assembléia Legislativa os nomes dos prefeitos nomeados para os municípios considerados estâncias hidrominerais. Imediatamente, o deputado Januário Mantelli Neto, da Arena, apresentava um projeto de lei revogando a condição de estância hidromineral desses municípios.

O deputado achava que a condição de estância coloca limitações injustificadas à autonomia municipal e, principalmente, impede os habitantes dessas cidades de escolherem seus próprios governantes municipais. Essa prática tem fundamento no artigo 15, parágrafo 1º da Constituição Federal, que estabelece a nomeação dos prefeitos dos municípios considerados de interesse da Segurança Nacional, bem como das capitais de todos os Estados brasileiros e das estâncias hidrominerais. A nomeação, conforme a Constituição, deve ser sancionada pelo presidente da República, no caso dos municípios de interesse da segurança nacional, ou pelas Assembléias legislativas, no caso das estâncias hidrominerais.

Desde 69, quando o então governador Abreu Sodré definiu os municípios paulistas considerados estâncias hidrominerais, os prefeitos são nomeados.

No entanto, na maioria das vezes, as nomeações são feitas sem a consulta necessária às lideranças políticas locais (das estâncias). E o mandato do prefeito nomeado, não só pode como é efetivamente, muitas vezes, prorrogado, enquanto agrada ao governador. Isso desagrada profundamente os políticos que têm sua base eleitoral nessas estâncias hidrominerais. É o caso do deputado Mantelli, cujo reduto eleitoral está em Águas de Lindóia. Ele diz que, na ocasião da escolha do prefeito de Águas de Lindóia (o ano passado) ele consultou os vereadores da cidade, os clubes de serviços e associações locais, para levar ao governador sua sugestão. Entretanto, para sua surpresa, o nome escolhido não tinha nenhuma identidade com as aspirações das bases partidárias na cidade. "O governador escolheu um turista para administrar e governar Águas de Lindóia. O dono de uma fábrica de papel higiênico que veraneava na cidade, e que, por ser muito rico, tem até um título de comendador".

Esta insatisfação também se manifestou em Poá, outra das 14 estâncias hidrominerais de São Paulo, no mesmo ano, quando o prefeito Idelpides Gomide continuou sem mandato na prefeitura, em virtude do apelo feito pelo radialista Vicente Leporace (que tem um programa de rádio na cidade), ao governador Paulo Egydio, sem antes consultar as lideranças políticas locais. Essa custou a Leporace a antipatia dos habitantes e a cassação de sua cidadania, por unanimidade, pela Câmara Municipal.

O argumento mais decisivo usado por Mantelli para defender seu projeto, foi o de que estas estâncias, que são vinculadas ao governo estadual por dependerem de um Fundo de Melhoria das Estâncias, que deveria prover os recursos para a manutenção e o desenvolvimento dessas cidades, simplesmente não estão usufruindo desse fundo. Neste caso, pergunta Mantelli, o que está diferenciando as estâncias de outros municípios comuns do estado de São Paulo, ou mesmo das outras estâncias climáticas ou balneárias, que também recebem ajuda do mesmo Fundo?

O projeto de Mantelli, aprovado com a adesão da maioria emedebista, que tem interesse em mudar a condição das estâncias tendo em vista o programa do partido, de defesa das eleições diretas, é defendido particularmente pelo emedebista Robson Marinho. Diz ele que, após o período de 45 dias que os deputados têm de prazo para examinar e rejeitar o veto do governador, ele pretende apresentar um projeto de sua autoria, sobre o assunto.

Esta proposta chegou a ser apresentada a Paulo Egydio, na época da tramitação do projeto de Mantelli, quando o governador se mostrou disposto a aceitar a proposta de Marinho que previa a desvinculação política das estâncias sem que estas perdessem seu respaldo financeiro. Porém, a resposta foi o veto, diz Robson Marinho.

Entretanto, a preocupação principal dos deputados do MDB, e de Mantelli, dentro destes 45 dias que correm, é conseguir o número necessário, na Assembléia, para a rejeição do veto. Só será possível anular o veto do governador com os votos de 46 deputados, ou seja, 2/3 do total de parlamentares da Assembléia.

Se os 44 deputados do MDB nas Assembléia votarem contra o veto, Mantelli vê maiores possibilidades de sucesso para os defensores da autonomia municipal. Porque, mesmo que a Arena feche questão em torno da aceitação do veto governamental, resta a existência de uma norma fixada pelo Diretório Regional do partido, que permite aos deputados, questões de consciência ou de foro íntimo, nos casos da a não subordinação ao princípio da fidelidade partidária. Assim, basta que o autor da lei (Mantelli), que tem questões de consciência óbvias, conquiste mais um adepto em seu partido, e o MDB compareça com todos os seus membros, para que se vença o veto do governador, e os prefeitos das estâncias sejam escolhidos pela população local.

DIPLOMACIA

BRASIL, EUA, URSS

As relações bilaterais do Brasil com os Estados Unidos estão atraindo a atenção da União Soviética

Teodomiro Braga

Foi uma espécie de acerto dos ponteiros. Durante três dias, no início da semana passada, o funcionário Samuel Lewis, do Departamento de Estado norte-americano, passou em revista com o primeiro escalão do Itamaraty, inclusive o próprio chanceler Azeredo da Silveira, todos os temas polêmicos para discussão na Assembléia Geral da ONU, em setembro.

Não é a primeira vez que isso acontece. No ano passado, os Estados Unidos enviaram o *brazilianist* e asssessor especial do Departamento de Estado, Luigi Eunaudi, para o mesmo tipo de consultas. O resultado foi um fiasco: pouco depois, a delegação brasileira na ONU votava contra o sionismo, considerando-o uma forma de racismo. Surpreendido, o governo dos EUA enviou uma nota de protesto – uma queixa que, como emenda, saiu pior que o soneto.

O presidente Geisel, logo após a votação, sensibilizou-se com as reações internacionais e resolveu equilibrar aquela decisão adotando qualquer outra medida que revelasse simpatia à comunidade judaica. Mas os Estados Unidos, neste caso, colocaram a carroça depois dos cavalos. Enviaram um ofício diplomático ao governo brasileiro protestando contra o voto anti-sionista. Esse protesto desagradou bastante ao presidente, não porque estivesse insensível aos interesses da comunidade judaica mas principalmente porque não considerava os Estados Unidos interlocutor válido para este tipo de queixa. Ninguém deve esquecer que a população de origem judaica, nos Estados Unidos, não é superior a três por cento. Por isso, a demonstração de equilíbrio do governo brasileiro ficou adiada, embora ela venha se manifestando discretamente em outros foros internacionais, como a UNESCO – Organização da ONU para a Educação, Ciência e Cultura – nos quais o Brasil recusa-se a dar novas provas de admiração pró-árabe. Ainda recentemente, votava-se uma moção condenando Israel pela imposição de uma política cultural, nos territórios ocupados, contrária às raízes nacionais palestinas. O delegado brasileiro retirou-se do plenário da Unesco na hora da votação. (V. **Movimento** nº 49).

A imprensa do leitor depende exclusivamente das vendas e assinaturas para sobreviver. Leia, divulgue e mobilize seus amigos para assinar MOVIMENTO

Questões como o sionismo, que brotaram no âmbito da ONU, tornaram visível a divergência de orientação nas políticas externas do Brasil e dos Estados Unidos, outrora tão concordes. A sucessão desses desentendimentos, a partir da questão sionista, resultaria em seguida na vinda ao Brasil do secretário de Estado Henry Kissinger, para ver de perto o que estava acontecendo e chamar a atenção dos diplomatas brasileiros para o risco que corriam.

Compreende-se assim, o que veio fazer no Brasil o assessor de Kissinger, Samuel Lewis. **Veio conferir posições. Os Estados Unidos não querem ser surpreendidos novamente na ONU com uma votação contrária a seus interesses por parte do Brasil.**

Uma das propostas norte-americanas para discussão na ONU refere-se à condenação dos sequestradores de aviões e pede punição para os tipos de terrorismo relacionados com a aviação civil internacional. Não há dificuldade da parte brasileira em apoiar a iniciativa. Até pelo contrário: aderindo à uma condenação internacional do terrorismo, o chanceler Azeredo da Silveira encontraria uma maneira inteligente de tornar-se simpático a alguns setores do Governo, que ainda têm dificuldade em assimilar os lances mais recentes da política exterior atual, como o estabelecimento de relações diplomáticas com a China, a abertura comercial para o Leste Europeu, o reconhecimento do MPLA, de Angola, e o próprio voto anti-sionista.

Mas a adesão brasileira às teses norte-americanas não pode ser total, pois ficaria constrangedor e pouco espontâneo. Os Estados Unidos compreendem o interesse brasileiro em aproximar-se das nações de língua portuguesa da África, recém-emancipadas. Vêem essa aproximação até com certo agrado: já que se torna difícil a Washington aproximar-se de um governo contra o qual lutou e fez tudo para aniquilar, a aproximação brasileira, se tiver êxito, terá o mesmo efeito, qual seja, o de oferecer uma alternativa pró-Ocidente ao governo de Agostinho Neto em Angola. Afinal, foi o próprio presidente Geisel, em Paris, quem salientou que o fato de Cuba estar presente em Angola é mais um motivo para que o Brasil também ali esteja. Nada mais claro.

Por isso, os Estados Unidos aceitarão e, desde já compreendem, uma manifestação que o Brasil pretende fazer na ONU, lamentando a ausência de Angola naquele organismo. O governo norte-americano continua vetando, no Conselho de Segurança, a admissão de Angola na ONU – menos porque o veto corresponda a um dos objetivos de sua política externa do que por razões óbvias da sua política interna, em ano de eleição.

O enviado do Departamento de Estado não veio só acertar os ponteiros com o Itamaraty. Sua missão inclui outros nove países da América Latina, que jogam no time do Tio Sam.

Embora não disponha do mesmo grau de intimidade, a União Soviética também costuma fazer este tipo de consulta na América Latina. A própria embaixada admitiu que, em breve, chegará seu representante para conversar com os diplomatas brasileiros. Com Samuel Lewis, no entanto, a conversa foi outra: toda a imprensa foi convidada a documentar amplamente as conversações e tirar duas conclusões. Mas ninguém deve esperar o mesmo tratamento para o plenipotenciário que a URSS enviar. Os assuntos brasileiro-soviéticos sempre foram mais rasteiros e receberam tratamento discreto. Até mesmo o protesto que a embaixada em Moscou apresentou a Leonid Brejnev por ter dito que há campos de concentração no Brasil, não foi divulgada oficialmente pelo Itamaraty e não teria sido publicado se, muitos dias depois, um diplomata não fizesse a confidência.

ÍNDIOS

A lenta demarcação de uma reserva

Um missionário sobrevivente do massacre de Meruri faz um relatório explicando o problema da invasão da terra dos Bororo, que teve início em 1950

Antônio Carlos Moura

Índios não pagam impostos. Em sua imensa maioria, não são eleitores. A legislação que regula seus direitos e deveres é de nível federal, pouco intervindo, em sua vida, o Município e o Estado. Mas suas aldeias estão, em toda parte, incrustradas dentro dos municípios. Ou, de outro ponto de vista, muitas cidades estão encravadas dentro das áreas indígenas.

Acostumados a ver sempre o índio como uma incômoda presença na região, grande parte dos moradores dos municípios de General Carneiro e Barra do Garças, em Mato Grosso, chegou a comemorar alegremente o assassinato do missionário salesiano padre Rodolfo Lukenbein e do bororo Simão Cristino, dia 15 de julho, na Colônia Indígena de Meruri. (Ver **Movimento** nº 56). O atual prefeito de Barra do Garças, Váldon Varjão, que é também o dono do cartório da Comarca, foi acusado pelos Bororo de ser um dos maiores responsáveis pelo conflito, por ter expedido títulos falsos a vários ocupantes da área de Meruri. A Câmara Municipal de General Carneiro aprovou – e o Prefeito sancionou, ano passado, a construção de uma escola na beira da BR-70 (Cuiabá-Barra do Garças), que corta a terra dos Bororo. Apesar do protesto dos índios e dos missionários, a escola foi levantada, e, ao seu redor, construíram-se algumas lendas e casas, formando um agrupamento de moradias. Por causa da venda de pinga dentro da área indígena, pelo menos dois incidentes graves envolveram, em 1975, "civilizados" e Bororo. Num deles, foi morto o índio Manoelito Rodrigues.

Este é um dos antecedentes pouco conhecidos dos acontecimentos de 15 de julho, e que fazem parte de um minucioso relatório entregue ao Conselho Indigenista Missionário – Cimi, pelo padre Gonçalo Ochoa, também agredido pelos invasores de Meruri, mas que escapou da chacina. (1) Padre Ochoa conta a longa luta dos Bororo para conseguir a demarcação de suas terras que, desde 1950, começou a ser invadida por fazendeiros, de Goiás, sobretudo.

A posse da terra

O antigo domínio dos Bororo, no tempo em que eles eram uma grande nação (hoje reduzida a menos de mil indivíduos), estendia-se por várias regiões de Goiás e Mato Grosso, desde o Triângulo Mineiro até as fronteiras com a Bolívia, compreendendo as áreas onde se situam hoje os municípios de Jataí, Coxim, Corumbá e Cuiabá, cujos nomes foram legados à geografia do Brasil pela língua bororo.

Quando os salesianos começaram a trabalhar com os Bororo, no início do século, o superior da Missão, dom Antonio Malam, conseguiu dois lotes para que os missionários pudessem assegurar seu trabalho assistencial entre os índios. Entre 1918 e 1920, o governador de Mato Grosso, o também salesiano dom Francisco de Aquino Correa, escriturou aos Bororo dois lotes não contíguos, de 25 mil hectares cada um. A fixação dos missionários e índios na atual Colônia de Meruri se deu em 1930, quando eles se mudaram da Colônia Sagrado Coração de Jesus dos Tachos (que ainda se encontra em alguns mapas do Estado) para dentro de um dos lotes doados por dom Aquino.

Títulos falsos

A invasão pelos fazendeiros começou em 1950, inclusive com títulos falsos: "Dez anos depois, o superior salesiano da Colônia, padre Bruno Mariano, conseguiu assegurar para atendimento dos índios, a área intermediária entre os dois lotes doados por dom Aquino". No entanto os missionários e os Bororo ainda não se preocupavam com a demarcação da área indígena, chegando a se constituir uma convivência perigosamente pacífica entre índios e fazendeiros, cujos filhos estudavam juntos na Escola da Missão.

Segundo o relatório do padre Ochoa, esse problema começou a se colocar para os Bororo, a partir de 1972, depois da promulgação do Estatuto do Índio, ocasião em que os vizinhos Xavante estavam tramitando a demarcação das próprias reservas. Vendo a possibilidade de reaver suas terras, os Bororo de Meruri enviaram à presidência da Funai um pedido formal da criação da reserva, assinado por todos os alfabetizados. Dessa ocasião até 1974, "os fazendeiros começaram a vender seus pequenos títulos e grandes posses a novos fazendeiros chegados à área com maiores pretensões e apoiados por financiamentos bancários."

Entre estes estavam João Marques de Oliveira ("João Mineiro") e Antonio Guedes Miguez, dois cabeças – já presos – do ataque a Meruri, a 15 de julho. Outro, Nonato Rocha, que "em poucos anos se tinha apossado da maior parte de um dos lotes doados por dom Aquino, começou, em 1974, a negociar essas terras com advogados paulistas e a lotear a área com cercas. Os Bororo contestaram uma dessas cercas e, em sinal de protesto, fizeram uma roça dentro do lote cercado". Com o surgimento de vários incidentes – destruição de roças dos índios pelo gado dos fazendeiros, por exemplo – "as autoridades federais intervêm e começam a tomar contato com o problema dos Bororo.

A criação da reserva é prometida pelo general Ismarth de Araujo, presidente da Funai, numa visita que ele faz a Meruri em meados de 1974. O padre Rodolfo Lukenbein, diretor da Colônia, faz um levantamento completo de todos os moradores da área (invasores), com um histórico de cada caso, escrituras e mapas dos lotes doados por Dom Aquino e dos lotes adquiridos pela Missão, os quais também ficariam incluídos na reserva a ser criada, com 79 mil hectares de extensão.

Os fazendeiros, insatisfeitos, reativaram, diz o padre Ochoa "uma guerra psicológica de ameaças e promessas que foram abalando o ânimo de muitos índios, e exasperando outros, até conseguir que um pequeno grupo, descontente com os chefes, abandonasse a área, transportado por um caminhão do prefeito de Barra do Garças. Era o que os adversários da reserva esperavam para propalar que os índios tinham saído da área e que por isso a reserva já não se justificava".

Em fins de abril de 1976, todos os bares e vendas na beira da estrada, dentro da área indígena, foram fechados por ordem da Polícia Federal de Cuiabá. Os chefes continuavam insistindo para que se medisse a reserva. "Em começos de julho, o pe. Rodolfo se encontra em Cuiabá com o general Ismarth, que lhe comunica que a firma "Plantel", de Goiânia, tinha ganhado a concorrência para medição das terras dos Bororo em Meruri e Teresa Cristina (esta no município de Rondonópolis)".

Os topógrafos chegaram à Meruri dia 10 de julho, começando o trabalho no dia 13. "Na noite do dia 14, o padre Rodolfo celebra missa de ação de graças porque a medição havia começado, e convida os Bororo a ajudar nesse trabalho, prometendo, de sua parte, fazer tudo pelo aproveitamento das terras". "Era a sua última missa", conclui o relatório do padre Gonçalo Ochoa.

(1) Na semana passada, prosseguia sem incidentes a demarcação das terras dos Bororo por topógrafos da Funai, contra a qual se rebelaram os fazendeiros no dia 15. Os Bororo, e os Xavante que foram a Meruri participar do funeral dos mortos, protegiam os topógrafos armados com carabinas e se mostraram um pouco mais confiantes na polícia quando foi preso um dos cabeças do ataque, o fazendeiro João Mineiro.

PERU

O MUNDO
UMA LIÇÃO PARA O CONTINENTE

A inconsistência das fórmulas latino-americanas baseadas no estímulo às exportações e aos investimentos estrangeiros como meio para reduzir a dependência econômica e acelerar o desenvolvimento

Lauro Bandeira

O "Governo Revolucionário das Forças Armadas Peruanas" foi virtualmente derrubado, depois de quase 7 anos de luta por "independência econômica" e "dignidade nacional", por um consórcio de bancos privados norte-americanos. São eles o First National City Bank of New York, o Morgan Guaranty Trust, o Bank of America, o Manufacturers Hanover Trust, o Chase Manhattan e o Wells Fargo.

No último dia 26 de julho, um porta-voz dos bancos anunciava, em Nova York, a disposição do consórcio em emprestar ao Peru 240 milhões de dólares - para ajudar o país a saldar compromissos urgentes no exterior - com apenas uma condição: para repassar aos bancos peruanos cada uma das parcelas em que será dividido o crédito, pelo menos 75% dos bancos do consórcio emprestador terão que se declarar satisfeitos com a aplicação, pelo governo de Lima, da política de austeridade econômica por eles prescrita.

Essa é a primeira vez, na história da economia ocidental, que a política econômica de um país soberano passa a ser abertamente controlada por um grupo privado estrangeiro. O fato tem um profundo significado, não é apenas para o Peru, mas para toda a América Latina, que nos últimos anos tentou novas fórmulas, mais, ou menos, nacionalistas, para separar as distorções e bloqueios de seu desenvolvimento econômico.

Na raiz do fracasso da revolução peruana, está o fato de que ela não foi absolutamente uma revolução, à medida que não foi capaz de romper os elos mais importantes da cadeia que mantinha o país atado aos centros de decisão financeira em Nova York. Em mais de 6 anos de governo militar, deram-se alguns passos para a modernização da agricultura, ensaiaram-se fórmulas interessantes de participação dos trabalhadores na gestão e lucros das indústrias, e o Estado ampliou sua intervenção em setores básicos, a começar pela nacionalização, em outubro de 1969, da International Petroleum Company. Mas a ecomonia peruana continuou voltada para o exterior, dependente por um lado de bons preços para suas matérias primas, e de outro, da boa vontade das multinacionais e dos bancos estrangeiros.

Sintomaticamente, já nas primeiras etapas do governo militar, enquanto o presidente Velasco Alvarado afiava sua retórica revolunionária e estimulava, embora com moderação, a participação popular no processo, era mantido à cabeça do estratégico Ministério de Finanças um homem que reconhecidamente nunca perdeu a confiança dos financistas de Wall Street: general Francisco Morales Bermudez, agora, finalmente, presidente do Peru.

Sintomaticamente, também, nos quase 7 anos de "revolução", a dívida externa peruana só fez crescer, chegando ao ponto crítico dos últimos meses (3,7 bilhões de dólares, com juros anuais de 300 milhões), quando o governo passou a aceitar quaisquer condições para poder garantir seu crédito no exterior.

O recuo do nacionalismo peruano reflete sem dúvida o sucesso da estratégia de pressão e boicote elaborada nos corredores do Departamento de Estado, em estreita comunicação com organismos como o Conselho das Américas, que reune centenas de multinacionais norte-americanas com investimentos na América Latina. Mas revela também a inconsistência de todas as fórmulas econômicas latino-americanas, baseadas no estímulo às exportações e aos investimentos estrangeiros, como meio para reduzir a dependência econômica e acelerar o desenvolvimento.

O caso peruano é portanto uma lição que se aplica a todo o continente, e de modo especial ao Brasil, cuja dívida externa deverá passar dos 22,3 bilhões de dólares em dezembro de 1975 para mais de 27,5 bilhões até o final deste ano.

Quando alguém endividado - ensina o bom senso - ou paga as dívidas e procura viver com suas próprias forças ("dentro do seu orçamento"), ou aceita o fato de que sua vida material está cada vez mais na mão de seus credores. E estes, como sempre, não estão nem estarão nunca prioritariamente preocupados com as condições de vida dos devedores.

A situação do Brasil, ironicamente, só não é pior ainda que a do Peru porque as riquezas de seu sub-solo e a amplitude de seu exército de reserva de mão de obra continuam sendo um excelente aval para novos endividamentos...

Para a América Latina como um todo, no entanto, o panorama da dívida externa é o melhor indicador do que será a dependência econômica da região nas próximas décadas, a menos que profundas mudanças políticas venham interfirir no cenário. Segundo o próprio presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Antonio Ortiz Mena, todos os mecanismos financeiros criados e alimentados para ampliar o crédito da região não conseguiram impedir que a dívida externa latino-americana passasse de 30 bilhões de dólares em 1972 para 55 bilhões no ano passado. O que Ortiz Mena é incapaz de confessar é que, justamente, enquanto a América Latina continuar emprestando para se desenvover, nenhum nacionalismo será suficiente sequer para saldar as dívidas – quanto menos para tirar o continente da miséria e do subdesenvolvimento relativos em que se afoga cada vez mais.

ESPANHA

ENTRE O VELHO E O NOVO

Ronald Fraser
New Society

Quarenta anos após a Guerra Civil, a classe governante espanhola está mais uma vez diante da crise que não conseguiu resolver nos anos 30 – e cujas consequências, naquela época, foram amplamente destrutivas e mortais. Agora, os reformistas sentem a necessidade de substituir um sistema político obsoleto por um outro que integre (mais voluntariamente do que por meios coercitivos) a nova classe trabalhadora que o progresso está gerando, como forma para se prevenir de uma revolução. A morte de Franco em 75 – como a fuga do rei Alfonso em 1931, após sete anos de ditadura – abriu o caminho para a busca desse novo sistema. Ao mesmo tempo, deve-se notar que a República (do período entre-guerras) viveu um momento em que o país era sub-desenvolvido, social e economicamente. Que tipo de Espanha será essa que os reformistas tentam remodelar?

Em primeiro lugar, a Espanha não é mais um país subdesenvolvido. Usando uma medida tradicional, verifica-se que a renda *per capita* na Espanha é de 2.100 dólares (um número que quase quadruplicou em dez anos), cerca de 22 por cento inferior à italiana e 26 por cento menor do que a renda *per capita* na Inglaterra de 1960. No mesmo período, a mortalidade infantil decresceu, chegando a 15,1 mortes para cada mil crianças (na Itália, é de 25,7 para cada mil). A tabela compara o nível de vida entre a República da Irlanda, a Itália e a Espanha. Este é o lado da medalha onde o sucesso econômico é visível. Mas o reverso dessa medalha mostra problemas antigos que ainda não foram contornados, e os novos que estão surgindo em quantidade.

Para começar, a Espanha é ainda um país agrário, embora esta estrutura não seja dominante. Há quarenta anos, quase metade da força de trabalho (45 por cento) estava nos campos. Hoje, apesar da rápida industrialização, uma em cada quatro pessoas ainda trabalha na agricultura. Esta situação é comparável à da Irlanda. Entre os países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), somente Portugal e Turquia superam esse índice. Na Itália, por exemplo, apenas 17 por cento da força de trabalho está no campo. O "problema agrário" foi durante anos o maior dilema político espanhol; hoje, já não é tão fundamental, embora ainda não tenha sido completamente superado. O problema mais significativo sempre foi o da propriedade da terra. Em 1972, quase metade das terras cultiváveis pertencia a 1,2 por cento das propriedades. No outro limite dessa escala, 93,6 por cento de todas as propriedades dividia entre si apenas 34 por cento do total de terras cultiváveis. A primeira categoria é representada pelas *haciendas* de 200 hectares (500 acres) ou mais – principalmente os latifúndios situados a oeste e sudoeste do país. Dois terços da outra categoria correspondem a propriedades com menos de 5 hectares (12,5 acres). Atualmente, como nos anos 30, as propriedades de tamanho médio praticamente inexistem: só 3,4 por cento das propriedades possuem entre 50 e 200 hectares (125 a 200 acres).

Mesmo o viajante mais ocasional tem chance de se deparar com pequenas vilas desertas e observar plantações praticamente abandonadas. Mas apesar do grande êxodo rural, existem perto de um milhão de camponeses que ainda trabalham sob o regime diarista, representando cerca de um terço de toda a força de trabalho empregada na agricultura. Por outro lado, a pressão exercida sobre os pequenos proprietários é bem intensa. Mais de

continua na página seguinte

Como nos anos 30, a Espanha sente hoje a necessidade de uma reforma política mais ampla

Espanha

Entre o velho e o novo

continuação da página anterior

um quarto dos que possuíam negócios em 62 desistiram dez anos depois. E ao mesmo tempo, o número de propriedades com mais de 1.000 hectares (2.500 acres) cresceu 8 por cento (é difícil acreditar na teoria segundo a qual as propriedades de tamanho médio estão crescendo). E no entanto, a balança comercial da agricultura espanhola está quase sempre em posição deficitária: a Espanha importa atualmente oito por centos dos alimentos que consume. É uma pequena proporção se comparada, por exemplo, às importações britânicas, mas de qualquer forma deve-se notar que essa porcentagem é crescente.

Cerca de dois quintos da força de trabalho espanhola é absorvida nos dias atuais pela indústria (um índice mais alto que o da Irlanda e inferior ao italiano). Mas são as mudanças operadas nesse setor que impressionam. Entre 1960 (no início do chamado "milagre") e 70, a população industrial cresceu acima de um milhão, ou cerca de um terço. Já em 1950, a força de trabalho na indústria era pouco maior que a de 1930 – aproximadamente dois milhões e meio de trabalhadores. A última década da monarquia (1920-30) viu o único outro crescimento da população industrial na Espanha deste século.

Há dez anos atrás, nenhuma empresa espanhola figurava na lista das 500 maiores companhias européias; hoje, já existem dezesseis. Entre 1960 e 74, a produção de aço quintuplicou e a de automóveis cresceu 17 vezes. A concentração de indústrias continua. Em 1970, 1,3 por cento de todas as empresas espanholas dispunham de dois terços de todo o capital. Em outras palavras, as 123 principais companhias, juntas, possuíam mais capital do que o total das restantes 20 mil empresas. Como acontece no setor agrário, existe também latifúndio e *minifúndio* na indústria. Perto de 60 por cento das indústrias espanholas são pequenas (com um máximo de 5 operários). Somente 30 por cento é de tamanho médio (mais de 50 operários). A produção industrial mais do que triplicou nos anos 60, devido, principalmente, às altas taxas de investimento. Até a atual fase depressiva da economia, os investimentos representavam 20 por cento do Produto Nacional Bruto (PNB). E desses investimentos, cerca de um terço foi canalizado para a indústria.

Qualquer um que passeie na praça principal de uma cidade espanhola fica impressionado com o número de bancos – todos em sedes suntuosas – em cidades tão pequenas. A razão para isso é que os bancos controlam aproximadamente um terço das 300 principais empresas espanholas. Este controle, porém, nem sempre é acionário. Além dos bancos, é o capital estrangeiro, o Estado e um pequeno número de famílias que controlam a maior parte da indústria espanhola.

Com efeito, desde 1960 os investimentos estrangeiros têm sido bem frequentes na Espanha. Uma reportagem recente indica que quase metade da indústria química, um quarto de toda a mineração e siderurgia, e um quinto da indústria de alimentos, estão sob o controle estrangeiro. Na Catalunha, cerca de um terço das indústrias de manufatura são controladas por grupos estrangeiros, particularmente pelas multinacionais européias. Em Madri, no centro da Espanha, e em Bilbao, na costa norte – os dois outros polos do triângulo industrial –, as multinacionais americanas têm uma presença marcante. Uma das razões que tornam a Espanha ainda mais dependente em relação ao capital e à tecnologia estrangeiros é a quase total ausência de pesquisa tecnológica no país. Somente 0,34 por cento do PNB espanhol foi gasto em pesquisas no ano de 74, enquanto que na Itália essa taxa alcançou 1 por cento, e na Inglaterra, 1,5 por cento.

A Espanha desenvolvida

Aos poucos, a Espanha se aproxima dos níveis de consumo dos países industrializados da Europa

Para cada mil habitantes:	Irlanda	Itália	Espanha
Automóveis	148	230	94
Telefones	114	206	164
Televisores	173	202	145
Casas construídas (por ano)	6,9	44,7	9,6
Consumo de proteínas animais (gramas diárias per capita)	63	45	46

FONTE: OCDE, 1975; todos os dados referem-se a 73.

A cultura e a educação

Os investimentos do governo na educação universitária também são baixos, se comparados aos níveis comuns da Europa (somente a Grécia e Portugal investem menos do que a Espanha). A Itália tem, proporcionalmente, pelo menos o dobro de estudantes que chegam às universidades (12,8 para cada mil) e a Irlanda está próxima desse nível. A Espanha tem somente 6,5 estudantes universitários para cada grupo de mil pessoas.

Em uma sociedade onde a tradição oral é altamente valorizada, uma das mudanças culturais mais notáveis tem sido o impressionante crescimento do mercado editorial. Nos últimos 20 anos, o número de títulos publicados cresceu quase seis vezes. Em 1974, cerca de 24 mil títulos foram publicados. A literatura ainda é, isoladamente, uma das principais categorias, embora hoje represente somente um quarto do total de novas publicações (quando, há 20 anos, significava a metade). O setor que acusou separadamente o maior crescimento é o de ciências sociais, onde publica-se dez vezes mais títulos do que em 1953. Depois da literatura, esta é a segunda categoria.

O interesse pelos acontecimentos atuais também cresceu – particularmente nos últimos dois anos, quando se percebeu que a era de Franco estava obviamente chegando a seu fim. Isto pode ser indicado pelo aparecimento de novas revistas e semanários. Agora, existem pelo menos dez (inclusive duas em catalão). Uma delas, *Cambio 16*, criada há pouco mais de um ano, tornou-se uma das maiores do mundo em termos de tiragem. Recentemente, porém, a maior concentração tem sido a de jornais diários. Surgiram dois novos diários, um na Catalunha, e outro publicado em Madri. *El País*, o novo diário de Madri, é um jornal liberal de "qualidade" (se o considerarmos nos termos daquilo que pode ser publicado, pois além da auto-censura, verifica-se também a censura direta). Seu objetivo é o de se transformar no primeiro matutino *nacional* da Espanha.

Na educação, como também nos meios de informação, a Igreja é ainda toda-poderosa. Ela controla cerca de metade do ensino secundário em todo o país e uma proporção menor da educação universitária. Existem mais de 300 mil padres na Espanha, divididos em um grande número de ordens religiosas. A partir dos anos 60, a Igreja tornou-se cada vez mais crítica em relação ao regime franquista, o que acabou levando-a a uma espécie de auto-crítica da sua vinculação institucional e ideológica com o regime desde a Guerra Civil. Ainda hoje, a Igreja exerce uma influência considerável.

Surpreendentemente, para uma ditadura que nasceu de uma insurreição militar e de uma Guerra Civil, e que normalmente inclui um grande número de militares no governo, os gastos com a defesa têm sido relativamente pequenos – 1,9 por cento do PNB no ano passado. E isto, para sustentar um sistema militar com mais de 300 mil homens. Mais importante (e não incluído no orçamento militar) são as forças de segurança. Altamente treinadas e muito bem armadas – como a *Guardia Civil* – essas forças são as mais importantes no setor da ordem interna. Hoje, totalizam 90 mil homens, e estão crescendo.

Os ricos certamente nasceram ricos na Espanha. As desproporções no sistema de propriedade refletem-se perfeitamente no nível da distribuição da renda. Cerca de 1,2 por cento das famílias espanholas recebem 22,4 por cento da renda nacional; a metade das famílias somente com 21,7 por cento. Os salários representam apenas 57 por cento da renda nacional, quando na Inglaterra esse índice é de 70 por cento. Além disso, os ricos são auxiliados por um dos sistemas fiscais mais flexíveis que se tem notícia entre os países capitalistas avançados. Até mesmo em Portugal, na Turquia e na Grécia, as taxas do sistema fiscal são mais elevadas. Uma melhor forma de ilustrar isso é a seguinte: entre 1965 e 71, o imposto de renda na Espanha alcançava, em média, 156 dólares por pessoa, comparado aos 216 dólares na Grécia e 442 na Itália. Em termos *reais*, os empresários espanhóis são melhores pagos do que em qualquer outro país da Comunidade Econômica Européia, ou mesmo da Suíça.

As diferenças regionais

Há uma outra disparidade que a história dos últimos 40 anos não fez nada para evitar, e que certamente terá muito impacto no futuro do país: são as diferenças regionais. As três províncias espanholas mais ricas – o triângulo industrial de Biscaia, Madri e Barcelona – têm uma renda *per capita* quase 40 por cento mais alta do que a média nacional (ver o mapa). As três províncias mais pobres têm somente 54 por cento da média nacional (tais diferenças são praticamente as mesmas que existem em Lombardia e na Calabria, com relação à média nacional italiana). Essas disparidades de renda representam somente um dos pontos mais fáceis de se identificar sobre as diferenças regionais. Além disso, não há nada de mais ilusório do que se pensar que a *Espanha* é mais uma nação do que um certo número de nações e regiões. Cada uma delas tem sua economia específica e características sócio-culturais distintas. Neste artigo, por questão de simplicidade, falou-se de "Espanha", no entanto, o termo que a oposição usa, "o Estado espanhol", convém com maior precisão à situação real.

Ironicamente, as maiores reformas políticas verificadas recentemente na história espanhola foram implantadas durante períodos de depressão mundial. Foi assim nos anos 30, e agora novamente. O "boom" espanhol dos anos 60 terminou – temporária ou permanentemente. Pela primeira vez desde 1960, registrou-se, em 75, uma queda na produção industrial, ao mesmo tempo que o desemprego já atinge mais de 600 mil pessoas. Como em 1930, a situação do desemprego tende a se agravar mais ainda, devido ao retorno dos emigrantes e da impossibilidade de novas emigrações (cerca de um milhão de trabalhadores deixou o país nos últimos doze anos, de uma força de trabalho total estimada em 11 milhões e uma população de 34 milhões). Existem sinais de recuperação econômica, mas a inflação não está ainda sob controle. Houve uma desvalorização da moeda espanhola nesta primavera e espera-se que o custo de vida em 76 seja maior do que os 14 por cento do ano passado, talvez superior ainda ao de 74 (17,9 por cento).

Este é o "background" sobre o qual os reformistas tentarão introduzir suas reformas. A longo prazo, os fatores mais importantes são o crescimento e a militância dos burocratas e dos trabalhadores, a invasão das cidades (70 por cento da população espanhola vive nas cidades; em 1934, era 43 por cento), e o crescimento de uma nova classe média. Esta classe, cuja força ainda não foi testada, é muito diferente de sua predecessora dos anos 30. Ela é o produto da industrialização e do avanço econômico. O artesão, o pequeno comerciante, e o antigo proprietário rural foram atualmente substituídos, em larga escala, por uma classe urbana, técnica e empresarial.

A situação da terra ainda fornece motivos para que a reforma agrária seja reivindicada. No entanto, as diferenças regionais podem representar, a curto prazo, o principal motivo para as reformas. Uma grande parte da população regional deseja – como mostrou a Catalunha – unir-se em torno das reivindicações de autonomia, algo que nem mesmo os novos reformistas da classe governante estão inclinados a conceder. Neste particular, a atitude da classe média regional é fundamental. Não há dúvida que as reivindicações de autonomia são genuínas. Mas também o é, da mesma forma, a necessidade de um novo sistema político para conter a militância dos trabalhadores.

livraria **brasiliense** papelaria

A ESTÁTUA E A BAILARINA

Psicologia do Movimento
(não é a do jornal, viu!)
de **José Angelo Gaiarsa**
304 páginas, Cr$ 75,00

A REVOLUÇÃO DE 1930

Historiografia e História (4ª edição)
de **Boris Fausto**
120 páginas, Cr$ 27,00

Em todos as livrarias ou pelo Reembolso Postal

LIVRARIA BRASILIENSE

R. Barão de Itapetininga, 93/99 - Caixa Postal 30.644 - SP

MUMU

"O MUNDO DA MAIORIA SILENCIOSA"

De 3ª a 6ª feira às 21 hs. Sábado 20 e 22 hs.
Domingo: 18 e 21 hs.

Inaugurando o
TEATRO MARKANTTI

Rua 14 de Julho, 114 – Fone: 32-1975
(Cont. da R. Jaceguai – Depois da R. Major Diogo)

'Bom papo,
todos os números atrasados de **Movimento**
e uma cachacinha do Interior, grátis,

você encontra na

LIVRARIA ZAPATA

Além dos livros, naturalmente.

Rua Cesário Mota, 285, sobreloja (São Paulo), tel. 221.7009

Programação cultural da
CASA DA UNIVERSITÁRIA DE SÃO PAULO
(em comemoração ao seu 25º aniversário)

7/8 — Música Popular; 8/8 — Grupo de Teatro, "Cenas de Trabalho"; 13/8 — Chorinho; 14/8 — Grupo Farpalia (Música Popular); 15/8 — Palestra: "A situação da mulher no Brasil", com Adélia Borges e representantes dos jornais "Brasil Mulher" e "Nós Mulheres"; 20/8 — GTGEO: "Contratanto"; 21/8 — Macuco (Música); 22/8 — Palestra de Educação com Celso Ferretti; 27/8 — Música Popular; 28/8 — Tarancon (Música) e palestra "America Latina", com Marcos Faerman; 29/8 — Palestra: "Cultura Brasileira", com Murilo de Carvalho.

Local: Sexta-feira — Casa do Politécnico, Rua Afonso Pena, 272
Sábados e Domingos — Casa da Universitária de São Paulo, Rua Artur Prado, 637

Promoção — Casa da Universitária de São Paulo, Casa do Politécnico.

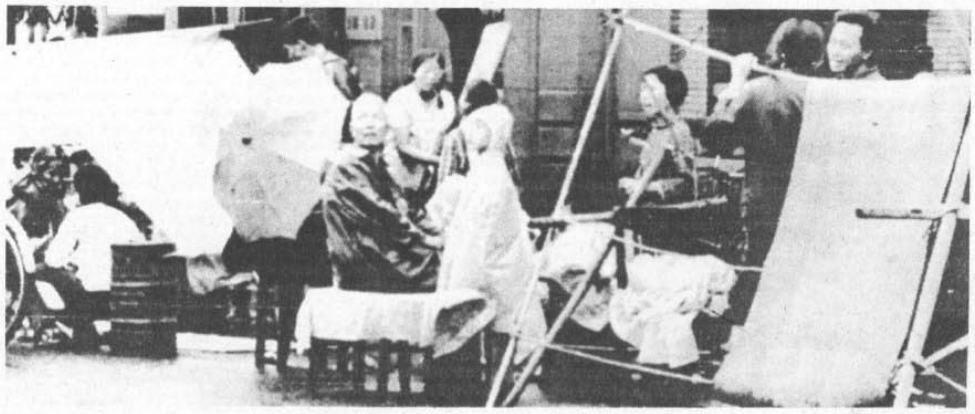
5.10 / 5.3

Os terremotos na China

A NATUREZA E A POLÍTICA

Na China, prever e remediar estragos de terremotos é uma questão essencialmente política. Até que ponto a vontade humana pode diminuir os desastres naturais, pela previsão e pela mobilização popular?

Flávio de Carvalho



"Observar atentamente os movimentos da crosta terrestre": uma tarefa política, na China.

Apenas 12 dias antes do violento terremoto que atingiu Tangshan (1), o jornal inglês *The Guardian* publicou uma reportagem sobre como os chineses tentavam prever terremotos. Mesmo falhando em prever o sismo do dia 28 último, é a ciência chinesa que mais dá atenção à previsão e, em alguns casos, à prevenção de fenômenos naturais considerados "acidentais e inevitáveis". A preocupação não é nem recente nem acidental: a China é o único país de três mil anos, e é também o país onde já se registraram os mais fortes terremotos. O maior deles ocorreu em Sheni, em 23 de janeiro de 1556, quando morreram pelo menos 800 mil pessoas.

Mas é a partir de 1966 que a atitude dos chineses em relação aos terremotos começa a mudar radicalmente. Antes, eles eram considerados – como ainda o são em grande parte do mundo – como acidentalidades com as quais as pessoas deveriam se conformar. Em 1966 ocorreu um grande terremoto em Hopeh, a sudoeste de Pequin, aparentemente com numerosas vítimas. A partir desse acidente, a prevenção de acidentes sísmicos passou a ser encarada como tarefa prioritária para a ciência e o povo chinês, ganhando também o *estatus* de uma questão política. Isso porque os chineses consideram a força do povo invencível, até mesmo pela natureza, e passaram a mobilizar o povo nos mais diversos níveis. Além de assimilar todas as sofisticadas técnicas da moderna geologia – como a medição das variações de resistividade do solo, atividades microsísmicas, variações da altura de lençóis d'água, variações locais do campo magnético e medições de exalações de radon (um gás que usualmente se desprende em movimentações sísmicas) – os chineses utilizam-se também de observações de fenômenos inusitados para a ciência Ocidental. Por exemplo, o comportamento de alguns animais é observado atentamente na esperança de que eles revelem as iminência dos terremotos. Empiricamente, descobriu-se que os ursos pandas escondem a cabeça e começam a gemer quando um terremoto é iminente. O mesmo acontece com os iaques, que não conseguem ficar de pé nessas ocasiões e as cobras e ratos, que abandonam as tocas para não serem soterrados. Embora as correlações científicas entre os terremotos e o comportamento dos animais não esteja confirmada sem sombra de dúvida, os chineses não querem deixar de lado nenhum indício, por mais absurdo que possa parecer, uma vez que está sempre em jogo milhares de vidas humanas.

Assim como os chineses foram os descobridores do sismógrafo (no ano 132 da era cristã), forçados pelas circunstâncias de morar num país fortemente sujeito aos abalos sísmicos, os modernos chineses inventaram novas técnicas e novas formas de encarar os fenômenos naturais. E na China onde os serviços de observação estão mais desenvolvidos: existem 5 mil estações de previsões e aproximadamente 45 mil postos de observação espalhados por todo país, além da mobilização de sismólogos amadores em quase todas localidades. Em algumas regiões, os postos de previsão estão a cada cem quilômetros quadrados, e mais de 10 mil especialistas altamente treinados controlam o trabalho de aproximadamente 100 mil voluntários, mobilizados sob o lema de "observar atentamente os movimentos da crosta terrestre, de dia e de noite".

Os terremotos e a política

A preocupação e a crença de que a natureza pode ser domada, ou pelo menos seus efeitos sobre a população diminuídos, levaram os chineses a encarar a questão como essencialmente política: mobilizando vastos setores da população para combater as enchentes catastróficas, para prever terremotos, combater pragas, os chineses atacam o conformismo. No início desse ano, quando a UNESCO realizou um congresso para a previsão e diminuição de efeitos dos terremotos, a delegação chinesa foi das que mais se destacou nos trabalhos apresentados. Segundo os chineses, das 31 previsões de abalos feitas no período de 70 a 72, 18 se revelaram exatas, sete duvidosas e as restantes erradas.

A importância desse tipo de previsão fica claro ao se levar em conta que mais de 10% da população do mundo habita áreas potencialmente sujeitas a movimentos sísmicos. A reunião da UNESCO, realizada ainda sob comoção dos acontecimentos na Guatemala, onde mais de 10 mil pessoas morreram, pedia aos países participantes que "integrassem urgentemente as técnicas e conhecimentos novos às disposições tomadas pelos governos para proteger, em toda extensão, as vidas e os bens". A China, considerando ser impensável reconstruir todas suas habitações segundo normas anti-sísmicas (a única maneira efetiva de evitar perdas humanas em caso de terremotos) preferiu atacar o problema sob dois novos enfoques: a previsão e o remediamento.

No primeiro caso, várias previsões foram bem sucedidas, salvando milhares de vidas. Na reunião da UNESCO, a china liberou informações de como foi previsto o terremoto de Liaoning, em fevereiro de 1975. Desde 1970 a área estava sob vigilância dos serviços geológicos; a partir do fim de 74 já se assinalava numerosos indícios de que ocorreria um grave terremoto; em dezembro registram-se os estranhos comportamentos de animais, como serpentes que abandonavam tocas, iaques que não ficavam de pé, ou ursos pandas que não paravam de lamentar e tampar a cabeça com os braços. A partir desse momento, a população foi avisada da iminência do terremoto. Finalmente, no dia em que se deu o terremoto, a população foi avisada 8 horas antes para deixar as casas, embora 90% das habitações tenham sido destruídas, as perdas humanas foram raríssimas.

Outra maneira de atacar o problema, de maneira original, caso falhe a previsão – como aconteceu com o terremoto de 28 de julho – é no remediamento. Terremotos antigos e recente, como na Guatemala e na Itália mostram que muitas vidas são perdidas inutilmente depois do terremoto, por várias razões que podem ser evitadas. Na Guatemala, por exemplo, muitos morreram depois dos terremotos porque os mananciais de água potável ficaram contaminados, propagando o tifo de maneira alarmante. Funcionários desonestos se enriqueceram com o desvio de doações essenciais aos sobreviventes e feridos; além disso, o pânico que se seguiu aos acontecimentos foi também responsável pelo fracasso dos esforços de salvamento.

Todos esses acontecimentos posteriores foram simplesmente eliminados na China, pela educação e informação do povo do que fazer em tais circunstâncias. Um depoimento que se tornou lugar comum entre os estrangeiros que estavam nas cidades atingidas pode ser resumido pelo que disse a esposa do adido militar britânico: "é impressionante como os chineses conseguem permanecer calmos diante do que está acontecendo – este é o fato que mais chama a atenção dos estrangeiros. Eles estão nas ruas desde quarta-feira (dia do terremoto) e continuam tranquilos e pacientes, como se nada tivesse acontecido". O transporte, o fornecimento de gás e carvão, bem como os outros serviços de primeira necessidade não sofreram grandes interrupções. A água continua sendo distribuída normalmente, sem o perigo de contaminação. A calma é mais surpreendente quando se tem como quase certo um novo e mais forte terremoto previsto para os próximos dias – cujo epicentro se desloca rapidamente na direção de Pequim.

O mais importante para as outras nações são os problemas que se colocam quando se sabe antecipadamente de acontecimentos como esse. Especialistas americanos que estiveram na China estudando as técnicas de previsão estiveram também estudando as medidas tomadas para informação e educação do povo, sobre como reagir nessas ocasiões. Aparentemente resolvido, na China, esse é um problema gravíssimo para países como os Estados Unidos, por exemplo. Isto porque, tendo os serviços geológicos americanos previsto um grande terremoto para a região da Califórnia, nesse ano ou no próximo, ainda não foram tomadas decisões sobre como informar e coordenar a ação da população durante e depois dos terremotos. O *New York Times* colocou esse problema em editorial dois dias depois do terremoto na China: no caso de previsões de terremotos, "se criará imediatamente problemas quanto à credibilidade de tais avisos. Algumas pessoas talvez, se inclinariam a deixar (o local previsto para o abalo) voluntariamente; mas as autoridades teriam de enfrentar a questão de ordenar a evacuação. E, se o fizerem, qual seria depois a sua credibilidade se não houvesse o terremoto (como previsto) mas em lugar disso centenas de milhares de pessoas sofressem perdas econômicas e outras perdas por terem sido obrigadas a deixar suas casas e negócios?"

Do ponto de vista do *New York Times*, "as previsões não resolvem nada" porque não tem 100% de certeza. A experiência da China mostra o contrário: mesmo que os serviços de previsão falhem, o governo não sairá desacreditado e humilhado por não acontecer o terremoto, simplesmente porque, na China, é o próprio povo que está trabalhando, sendo educado e mobilizado para proteger suas vidas, seus bens e o trabalho coletivo acumulado. Nos Estados Unidos, uma sociedade altamente individualista, os cidadãos acreditarão em algo além de salvar seus bens e se preocuparão com algo além de perder alguns dias de negócios? Essa parece ser, afinal, a dúvida que o editorial do *N.Y.Times* lança.

---

(1) O terremoto que atingiu a China no último dia 28 foi dos mais fortes já registrados em áreas densamente povoadas. Não se trata, no entanto, de uma "epidemia" de terremotos, como poderia se supor pelo noticiário da imprensa dos terremotos na Guatemala (em fevereiro) e mais recentemente na Itália e na União Soviética. Estatisticamente, o número de terremotos ocorrido nesse ano ainda está dentro da média normal de terremotos registrados; cada ano registram-se aproximadamente 18 sismos de intensidade entre 7 e 7,9 graus na escala Richter (escala que mede a intensidade dos terremotos) e aproximadamente e de intensidade acima de 8 graus, que são os mais altos registrados. O terremoto do dia 28 atingiu os 7,5 graus Richter, segundo os chineses (8,2 segundo o US Geological Survey).

O epicentro do terremoto foi nas proximidades da cidade de Tangsham, a 150 quilômetros de Pequim, cidade de mais de um milhao de habitantes. As perdas em vidas humanas são descritas oficialmente como "pesadas" embora os números até aqui revelados sejam apenas especulação. Os cálculos de pessoas atingidas – nessa área onde vivem 20 milhões de pessoas – variam de algumas dezenas de milhares até um milhão de mortos, embora o governo chinês não confirme nenhuma cifra. As estimativas mais confiáveis, feitas pelos serviços geológicos americanos colocam a cifra na casa das "centenas de milhares", pois "a região é de alta densidade populacional, o tipo de construção de casas não é adequado para regiões sísmicas e além disso o terremoto ocorreu durante a noite, surpreendendo a populção".

Como é hábito das autoridades chinesas, o número de vítimas talvez não seja nunca revelado.

CASSAÇÕES E ELOGIOS

Na véspera de sua cassação o deputado Ney Lopes falou, pelo telefone, com Cortez Pereira, outro dos cassados do Rio Grande do Norte, tranquilizando-o quanto ao boato que já chegara a Natal. Ney acrescentou ao ex-governador que o senador Dinarte Mariz lhe informara que não houve nenhuma reunião do Conselho de Segurança. Como pelo artigo 4º do AI-5 o Presidente da República só poderá suspender os direitos políticos de qualquer cidadão depois de ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e este não se reuniu, o deputado concluiu que a cassação não se efetivaria, pelo menos antes de cumprida essa formalidade. Ou o senador estava enganado ou o deputado muito formalista.

Quem vibrou com as cassações foi o grupo do também ex-governador Aluísio Alves, cujo filho é deputado federal pelo MDB Henrique Alves, atual secretário da Câmara. É antiga a inimizade da Família Alves com o deputado Ney Lopes. Aluísio Alves e o seu filho Henrique eram da Arena e Ney Lopes do MDB. Este último chegou a ser candidato a deputado pelo partido da oposição e foi derrotado, em 1966, tendo feito discursos contundentes contra o governo federal. Quando Aluísio Alves foi cassado, mandou o filho para o MDB. Aí foi a vez de Ney Lopes deixar o MDB e se filiar à Arena, por onde se elegeu deputado federal em 1974, depois de ter sido diretor comercial da Companhia de Serviços Elétricos do Estado-Cosern.

Após a derrota da Arena no Rio Grande do Norte, em 1974, o senador Dinarte Mariz denunciou o governador Cortez Pereira, que fora indicado pelo ex-presidente Garrastazu Médici, como responsável pela corrupção no Estado e causador da derrota do candidato do partido oficial, Djalma Marinho.

Essas cassações foram elogiadas por deputados do MDB do Rio Grande do Norte, o que levou um comentarista da TV Globo a censurar o comportamento dos que agem com dois pesos e duas medidas. Quando o cassado é do partido da oposição, criticam o presidente, e quando é da Arena, elogiam (**Jorge Barradas**)

A imprensa do leitor depende exclusivamente das vendas e assinaturas para sobreviver. Leia, divulgue e mobilize seus amigos para assinar MOVIMENTO.

TUDO BEM

O secretário do Trabalho do Rio Grande do Sul fala sobre sindicatos

É uma grande vantagem para os trabalhadores brasileiros terem sindicatos voltados para a prestação de serviços, apartidários e desvinculados de movimentos trabalhistas continentais ou mundiais. Foi o que o ex-secretário do Ministério do Trabalho e atual secretário do Trabalho do Rio Grande do Sul, Carlos Alberto G. Chiarelli, tentou mostrar a uma centena de sindicalistas reunidos há 2 semanas num simpósio da Secretaria do Trabalho de Minas Gerais, cujo objetivo anunciado era "proporcionar aos sindicalistas mineiros informações necessárias para o melhor desempenho de suas funções".

Com o tema "Modelo Sindical Brasileiro", Chiarelli lembrou passagens históricas do sindicalismo no Brasil. Das primeiras ligas operárias e uniões operárias do final do século passado ao período de 1920 a 1930, considerando por Carlos Chiarelli como "período quase áureo do sindicalismo brasileiro, quando os sindicatos eram absolutamente livres e atuavam para coordenar os interesses da classe trabalhadora".

"Com a Revolução de 30, passamos a uma nova etapa que vem até os dias atuais. Não é novidade que este sindicalismo nasceu de cima para baixo, nos gabinetes dos técnicos. Não foi calcado em reivindicações dos trabalhadores, como o europeu. Nasceu na inspiração do legislador. E praticamente a linha que a CLT traça de 1930 até hoje é a mesma". (1)

"Coisa descabida"

A partir daí, Carlos Chiarelli passou a explicar o sindicalismo no mundo: "O sindicalismo europeu é centrado no interesse continental. A ação da Confederação Geral dos Trabalhadores da França-CGT – está vinculada aos interesses da CGT alemã. São as grandes centrais sindiciais internacionais que ditam suas normas de atuação. Na cortina de ferro é a mesma coisa. É a central sindical comunista que comanda os sindicatos".

"O sindicalismo brasileiro conseguiu, e isto parece positivo, ficar fora desta órbita. Cito um fato recente que custou um atrito sério com a central sindical americana. Foi o caso da exportação de calçados do Brasil. Ora, para nossos trabalhadores não interessava se ia dar desemprego lá. Mas as pressões para dificultar a exportação partiram dos sindicatos dos EUA. As centrais sindicais fazem o jogo de interesses de seus países. Por isso acredito que aquela frase histórica do Marx sobre a união dos trabalhadores do mundo é a coisa mais descabida. (2) O que importa é que à luz de cada país os interesses e as necessidades sejam equacionados. Nosso sindicalismo está voltado para interesses nacionais e desvinculado de interesses internacionais".

"Nós somos individualistas"

Para explicar os motivos que levaram os sindicatos brasileiros a se tornarem órgãos de prestação de serviços públicos, Carlos Chiarelli partiu de um raciocínio tortuoso, começando pelo que chamou de "circunstâncias da personalidade do brasileiro".

"Nós somos individualistas" – disse o secretário gaúcho –, "o movimento sindical enfrentou esta resistência de temperamento. Mas, nos últimos 13 anos, tivemos o maior crescimento quantitativo de sindicatos do mundo inteiro. Por que? É simples, o sindicato passou a ser uma entidade voltada para a prestação de serviços, tarefas que preliminarmente seriam do governo, mas o governo outorgou esta função aos sindicatos. E mesmo a pessoa mais individualista, quando sabe que no sindicato vai encontrar médico, dentista, bolsa de estudo, advogado, cooperativa, etc., ele entra para o sindicato. O que o leva a ingressar não é a solidariedade classista mas o interesse individual. Não tenham dúvidas, o sindicato brasileiro só ganhou expressão depois que passou a ser órgão de prestação de serviços".

E a liberdade?

Mas a ênfase com que Carlos Chiarelli pregava suas idéias parece não ter encontrado o eco que ele esperava entre os ouvintes. Terminada a exposição, Arlindo José Ramos, presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, se levantou e expôs algumas dúvidas ao conferencista e ao auditório. Se a experiência sindical dos anos 20 a 30 foi "reconhecidamente válida", não seria o caso de retomar alguns de seus aspectos? A falta de autonomia e liberdade não seriam os principais problemas dos sindicatos atualmente?

Sobre a autonomia e a liberdade, Carlos Chiarelli disse que "houve um período de tamponamento da liberdade sindical. Mas agora vocês podem dizer aqui que reclamam mais liberdade. Isto é justamente ter liberdade para pedir liberdade. O que me parece é que não estamos em liberdade plena. Sinto cada vez mais flagrante o desejo de ir permitindo mais liberdade, por exemplo, de dizer que os níveis salariais não são suficientes. O Dieese (3) pode publicar dados – dos quais tenho minhas dúvidas – que fulminam os dados oficiais do governo".

A função dos sindicatos

Outro sindicalista, Jaime Ferreira Maia, dos Gráficos de Belo Horizonte, voltou à questão da verdadeira função dos sindicatos, como órgãos de reivindicação salarial e trabalhista, reclamando do esvaziamento das assembléias e culpando a retirada do poder de negociação dos salários aos sindicatos pelo fato. (aplaudindo demoradamente)

"Não foi a política traçada que esvaziou as assembléias. Elas nunca estiveram cheias!" – respondeu o secretário gaúcho, perdendo a fisionomia risonha e calma que vinha mantendo. Parte do auditório resmungou, não concordando com a afirmação de Chiarelli.

– "Há possibilidade de fortalecimento dos sindicatos, no sentido exato da palavra, com a vigência da atual lei de greve?", perguntou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fumo de Belo Horizonte, Newton Ferreira Borges. (também aplaudido)

– "Acho que não", respondeu Carlos Alberto Chiarelli (**F. M.**)

(1) A CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, que reuniu toda as leis trabalhistas existentes até então, só entrou em vigor em 1943.
(2) A frase é "Proletários de todo o mundo, uni-vos". Foi cunhada por Karl Marx e Frederico Engels no "Manifesto do Partido Comunista", de 1848.
(3) Dieese é o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socio-Econômicos, que assessora sindicatos do Centro-Sul.

FATOS

● Os 19 alunos da Universidade de Brasília punidos pelo reitor, José Carlos de Azevedo, (sete expulsos e 12 suspensos) entraram com recurso contra a medida. Suas penalidades estão suspensas até o parecer do reitor, segundo determina o regimento geral da UNB. O advogado dos estudantes, Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, diz que se não houver reconsideração, examinará a possibilidade de uma medida judicial.

● O superintendente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, coronel Adevaldo Boto de Barros, está entusiasmado com a Lei Falcão. Segundo o superintendente, os candidatos deverão procurar outras vias para se comunicar com o eleitor, entre as quais estarão, os serviços dos Correios e Telégrafos. Acrescentou que o pedido da empresa de aumento na base de 34,7% para as tarifas postais foi negado pelo governo, que concedeu apenas 20%. Mas a Lei Falcão – segundo o coronel Adevaldo – estará se incumbindo de suprir esta diferença, adiantando que isto permitirá que este ano a empresa feche o balanço com um déficit de 500 milhões de cruzeiros (igual ao do ano passado), o que para ele significa uma sensível melhora, considerando-se a inflação do período.

● A CNBB, preocupada com o aumento da criminalidade e com os desmandos do "Esquadrão da Morte", enviará ao ministro Falcão um pedido para que as autoridades de segurança de todos os Estados exerçam controle efetivo e rigoroso sobre o comércio e porte de armas. Para a CNBB, não poderá haver tranquilidade enquanto praticamente todos os que desejam conseguem armas com a maior facilidade.

● Segundo pesquisa realizada pela Embraplan – Empresa Brasileira de Planejamento – o aumento dos preços dos imóveis no Centrto do Rio de Janeiro foi de 4.389 nos últimos 10 anos. No mesmo período, o salário mínimo nominal sofreu um acréscimo de 706%, a correção monetária evoluiu em 808% e a taxa de câmbio 460%.

É proibido subir na serra

A MBR, que extrai minério de ferro da serra do Curral, em Belo Horizonte, não permite mais que os mineiros subam na serra para apreciar a paisagem.

Admirar, Belo Horizonte do alto da serra do Curral, um paredão montanhoso que circula a região sudeste da cidade, é um antigo costume dos belorizontinos. Nos domingos, grupos de pessoas subiam a encosta da serra a pé, observando a vegetação rasteira e as raras aves que ainda apareciam por lá. Do alto se podia medir o crescimento da cidade, ver as cicatrizes deixadas no céu pelas chaminés da cidade industrial de Contagem. Agora esta tradição foi cortada aos moradores e visitantes de Belo Horizonte.

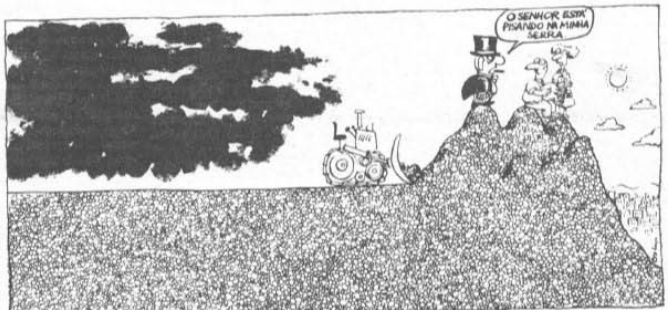
A Minerações Brasileiras Reunidas - MBR, empresa do grupo Azevedo Antunes que tem a concessão para explorar o minério de ferro na serra do Curral, decidiu, vedar o acesso de "pessoas estranhas" à serra. A medida passou a ser tomada no domingo da última semana de julho, quando um advogado de 25 anos e sua noiva, acompanhados de três crianças e dois cães ousaram a aventura de escalar a encosta da serra. Quando estavam no cume da serra, foram abordados por quatro guardas da segurança da MBR, com os quais tiveram o seguinte diálogo:

– Vocês não sabem que é proibido subir aqui? Vamos logo descendo.

– Não, a gente não sabia que era proibido subir na serra.

– Pois é, ninguém pode subir aqui sem autorização porque a serra é da MBR. Um dos guardas esclareceu que iam "cercar a serra" e por placas avisando que "é proibido entrar".

Os visitantes acabaram, a contragosto, deixando a serra e encerrando o passeio do domingo. No dia seguinte, o chefe da segurança da MBR, reafirmava para um repórter do "Estado de Minas" as palavras de seus subordinados: "A serra é nossa e toda pessoa que pisar terras da MBR sem autorização nós botamos para fora. "Nem mesmo a explicação de que a parte da serra onde as pessoas costumam visitar está numa faixa tombada em 1960 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (uma extensão de 1.800 metros, tendo por eixo a projeção da avenida Afonso Pena na serra) convenceu a MBR de permitir os passeios à serra do Curral. "A serra está em propriedade particular – é um direito de propriedade assegurado pela Constituição. Tudo aquilo é nosso e esse é um direito que ninguém tira,"



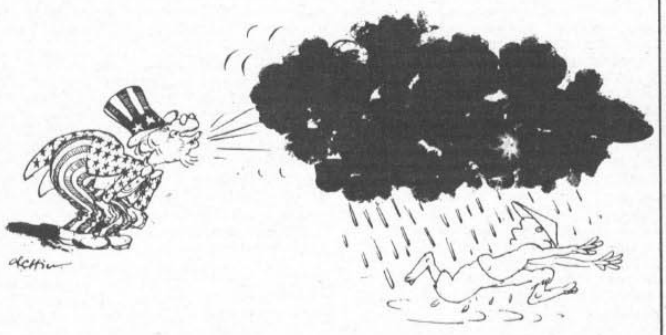
"No pedaço tombado pelo IPHAN o acesso é livre", diz o delegado do órgão em Minas, Roberto Lacerda. Mas ele não sabe explicar como fazer para chegar ao pico tombado pois, é necessário atravessar terras da MBR, a proprietária de toda a serra. (**Fernando Miranda**)

Mobilize seus amigos para ler e assinar MOVIMEN-

Mobilize seus amigos para ler e assinar MOVIMENTO. MOVIMENTO **depende apenas de seus leitores.**

PREVENDO O TEMPO (e os preços)

Sofisticando os serviços de previsão do tempo em todo mundo, os comerciantes americanos de produtos agrícolas estão em condições de influenciar o preço das safras.



Demonstrando como a previsão e a informação sobre fenômenos naturais adquire cada vez mais importância nos Estados Unidos, comerciantes americanos estão investindo milhões de dólares em serviços de recolhimento e interpretação de dados considerados vitais para o comércio e agricultura, diz o especialista em agricultura do *Washington Post*. Eles estão usando satélites computadores e serviços de escuta das previsões de tempo feitas em outros países. O súbito interesse dos comerciantes americanos pelo clima do mundo é fácilmente compreensível desde que nos últimos anos os Estados Unidos cobriram seu déficit comercial com exportações de produtos agrícolas, e estão já pensando em usar seus produtos agrícolas para fazer pressão política, assim como os árabes fizeram com o petróleo.

Uma firma de Chicago (que o *Washington Post* não diz qual é) paga um serviço de informação metereológica para saber, diariamente, as estimativas de chuva em todos os países do mundo para os 5 dias subsequentes. A CIA está oferecendo um serviço, feito sob assinatura, que fornece a tradução para o inglês de artigos de jornais ou previsões de tempo, com ênfase especial sobre fatores climáticos que afetam a agricultura de outros países.

O súbito interesse é óbvio: sabendo as perspectivas de produção dos competidores, os americanos estão podendo especular e alterar os preços dos produtos nas bolsas de produtos agrícolas, podendo prever com grande antecedência investimentos e impondo preços.

O supercarro da polícia mineira

A polícia metropolitana de Belo Horizonte – a Metropol – além das inúmeras prisões que vem efetuando desde a sua recente criação e que segundo o seu Superintendente, o delegado Prata Neto, vai dar fim à criminalidade na Grande Belo Horizonte, tem agora um novo motivo de orgulho e de demonstração de sua força: um dodge dart especialmente fabricado para as suas operações. Idealizado pelo próprio delegado Prata Neto e pelo delegado Gilberto Monteiro, com o apoio do Secretário de Segurança Pública de Minas Venício Alves Cunha, o "Metropol 001" além de possante motor, possui ainda uma metralhadora acoplada, seis carabinas automáticas, lançadeiras de gás e de projéteis de rompimento de obstáculos, granadas, tapete de pregos, oito sistemas de comunicação, holofote e duas sinaleiras de emergência que funcionam com dois apitos especiais: um deles imita o som dos carros utilizados pelo detetive Kojak e o outro imita o som dos carros utilizados pela polícia no filme Hawai Cinco Zero.

A Superintendência da Polícia Metropolitana foi criada por ato do governador Aureliano Chaves, a partir da exposição de motivos feita pelo Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais. Tem como novidade o apoio da Polícia Militar do estado em suas operações, ao contrário da sua similar REDI – Ronda Especializada do Departamento de Investigação – também criada e comandada pelo delegado Prata Neto e que, segundo se comentou na época, foi extinta justamente por se intrometer no campo de ação da P.M.

A Metropol coordena os 22 distritos policiais, além de todas as Delegacias Especializadas da Grande Belo Horizonte e desde a sua criação se tornou responsável por praticamente 90% das operações policiais na área, desde a repressão ao furto de veículos até prisões por falta de documentos (carteira de identidade ou de trabalho). Esta última, aliás, em maior escala, já que as prisões são efetuadas em cinemas, bares, na avenida Afonso Pena no centro durante a tarde, ou na madrugada nos bairros mais afastados.

Segundo o "Jornal Segurança – Órgão de Divulgação da Associação dos Funcionários do Corpo de Segurança", "A confiança depositada no delegado Prata Neto é total por parte do Coronel Venício Alves Cunha que dotou o novo órgão de pessoas altamente especializadas no combate à marginalidade bem como a concessão de número de viaturas suficientes ao exercício fundamental da nova polícia que surge em Belo Horizonte para a alegria e satisfação geral da população que há muito vinha esperando maior combate aos assaltantes, ladrões, trombadinhas, vadios, batedores de carteiras, vigaristas de outros Estados que estavam deixando todos intranquilos".

Embora o delegado Prata Neto garanta que o novo automóvel é uma criação brasileira (nascida da equipe da Metropol), o morador de Belo Horizonte não deixa de compará-lo aos conhecidos carros dos filmes policiais americanos, ao carro do agente 007 James Bond e até mesmo ao famoso "batmóvel", da "dupla dinâmica" Batman e Robin, velhos heróis das histórias em quadrinhos. Isso se deve, evidentemente, aos engennosos equipamentos mencionados. Para ficar totalmente pronto, o Metropol 001 aguarda apenas os pneus. Brevemente, de acordo com o delegado Prata Neto, 25 novos carros iguais ao Metropol-001 estarão rodando em Belo Horizonte, compondo a frota da Polícia Metropolitana **(Murilo Albernaz)**

A imprensa do leitor depende exclusivamente das vendas e assinaturas para sobreviver. Leia, divulgue e mobilize seus amigos para assinar MOVIMENTO.

Mobilize seus amigos para ler e assinar MOVIMENTO. MOVIMENTO depende apenas de seus leitores.

A imprensa do leitor depende exclusivamente das vendas e assinaturas para sobreviver. Leia, divulgue e mobilize seus amigos para assinar MOVIMENTO.

PÃO MAIS CARO E COM MENOS TRIGO

A luta pela qualidade do pão vem de longe

Segundo denúncia do padeiro Roco Rotunno, confirmada pela Associação de Defesa do Usuário e Consumidor, de Londrina, algumas padarias do norte-paranaense estariam acrescentando ao pão o fermento conhecido como "água benta". Esse tipo de fermento, fabricado em Santo André, em São Paulo, aumenta o tamanho do pão e os lucros das panificadoras, mas reduz o valor nutritivo do pão e pode ocasionar outros prejuízos à saúde dos consumidores.

Desde que a agricultura se desenvolveu nos vales dos Grandes Rios do Oriente Médio, o pão de trigo tornou-se um alimento básico para grande parcela da humanidade. Introduzido pelos egípcios, tornou-se comum para os gregos e depois para os romanos, que o difundiram na Europa e no Mediterrâneo. Hoje, seu consumo é reduzido no Oriente, mas tornou-se um alimento fundamental no Ocidente. Paradoxalmente, contudo, os trabalhadores foram encontrando dificuldades grandes para obter uma quantidade satisfatória de pão e para garantir a sua qualidade; até se oficializou em muitos países, o pão misto, cozido com trigo e outras farinhas menos nutritivas.

Na Inglaterra, por exemplo, entre os séculos XVIII e XIX, o desenvolvimento do capitalismo levou ao encarecimento do trigo e, em seguida, à adulteração do pão, com danos para a alimentação e a saúde dos trabalhadores. Relatórios das comissões governamentais mostram que não havia na Inglaterra nenhum regime de produção "tão arcaico e pré-cristão como o de panificação". Assim, depois que a cultura do trigo foi substituída pela criação de gado na Irlanda, que boa parte do trigo consumido na Inglaterra passou a ser importado e que o preço do trigo subiu muito no mercado inglês, a maioria das padarias entrou em crise, mais ainda porque surgiam as primeiras panificadoras mecânicas. Para sobreviver à dura concorrência, as padarias tradicionais foram obrigadas a vender o pão abaixo do custo normal. Para isso intensificavam a exploração dos padeiros, remunerando-os mal e prolongando sua jornada de trabalho, e recorriam a variados processos para reduzir a quantidade de tripo no pão. Desta maneira, os consumidores, embora pagassem cada vez mais caro pelo pão, alimentavam-se cada vez pior.

Em virtude desta tradição é que uma política econômica que se proponha a elevar o padrão de vida do trabalhador não pode deixar de perseguir, como uma de suas metas prioritárias, o desenvolvimento da produção de cereais para o consumo interno, a fim de garantir, entre outras coisas, um pão bom e barato para a população pobre. (R.P.).

Entrou areia no rock cearense

Festivais como Woodstock, Whrigt e outros empreendimentos músico-anárquicos espontâneos de jovens do mundo capitalista superdesenvolvido, refletiram momentos de crise dos seus países. Festivais no gênero foram tentados em diversos países do terceiro mundo, inclusive o Brasil com um maior ou menor fracasso. O que se pode esperar, então, de um festival de música promovido no Nordeste?

Uma promoção voltada para o consumidor de classe média foi "bolada" em Fortaleza pelos proprietários de uma "Êxito – Turismo e Promoções" e com o apoio da Empresa Cearense de Turismo (Emcetur), do governo estadual. Seria realizada numa praia – "Tabuba", a 20 quilômetros da capital, a mesma que vem sendo loteada pelos proprietários do "Grupo Baluarte", dono também da construtora "Edar" ("a casa da casa") e da financeira "Terra" (que "financia" os empreendimentos do grupo). O "Festival da Costa do Sol", além desses patrocínios, teria a garanti-los o dinamismo do proprietário do Êxito, Sabino Henrique, também jornalista e ex-coordenador da campanha eleitoral arenista no Estado, em 1974).

Foi montado um esquema promocional conclamando os "jovens de todos os recantos do país" para se "deliciarem com 24 horas ininterruptas de música", que seria garantida pelos compositores cearenses mais famosos, como Fagner, Cirino, Ednardo, Belchior, Roger, Téti, e pelos conjuntos Santo Graal e Quinteto Agreste. A Emcetur estendeu faixas onde dizia que "o governo Adauto Bezerra saúda a juventude" e garantiu a presença de 80 policiais (que posteriormente se multiplicaram para 200). Também foi prometida uma "infraestrutura completa de serviços, com restaurantes, postos médicos, instalações sanitárias" etc.

Na manhã de sábado, dia 31 de julho, começou o cortejo de automóveis, que, logo de início, congestionou a única via de acesso ao local. Uma parte, pela "módica quantia de 10 cruzeiros", ficou; a maioria voltou. A noite, aglutinando-se em torno de um palanque improvisado, 700 pessoas esperavam desde as 18 horas – hora marcada para o início – para ouvir Ednardo ("Pavão Misteryozo"), Belchior ("Apenas um rapaz latino-americano") e o "Santo Graal". (Os outros compositores, por um motivo ou por outro, não compareceram. Fagner, por exemplo, repudiou o esquema promocional político/imobiliário e pediu um cachê excessivo – para os promotores – de 20 mil cruzeiros. Os organizadores retransmitiram suas músicas pelos alto-falantes, para frustração do público. O excelente violonista Wilson Cirino – uma das vítimas da especulação grosseira promovida atualmente pelas gravadoras do sul do país – foi convidado a tocar de graça e também só compareceu para tomar cerveja.

Um dos compositores que foi ao palco protestou contra os "excessos do sistema policial" instalado, citando o caso de uma jovem que, na falta das instalações sanitárias prometidas, teve que satisfazer uma necessidade vital "de qualquer maneira", acompanhada por uma incômoda lanterna. O compositor desceu do palco sob aplausos e ficou detido durante 30 minutos "para esclarecimentos". Um arquiteto e a mulher, professora universitária, foram "conduzidos para a delegacia mais próxima", depois de um atrito que não poupou mesmo o promotor Sabino Henrique de algumas escoriações. Circulando no meio do público – e camuflados em vestes coloridos ou longas barbas cultivadas –, outros procuravam ouvir, revistavam disfarçadamente e ofereciam cigarrinhos para testar reações. Muitos foram presos.

As quatro horas da madrugada, a música – iniciada às 10 da noite – já havia parado. O locutor, que tentava uma imitação grotesca do animador Chacrinha, aconselhava todos a dormir. "Vocês estão com sono?", dizia ele para a decepcionada "jeunesse dorée" (juventude dourada) furiosa, o apupava insistentemente.

E a música – então de compositores improvisados – só voltou ao meio dia, no meio de repetições continuadas das gravações dos reduzidos (menos de uma hora) – "shows" de Ednardo e Belchior. Pela manhã a irritação aumentou quando não saiu o prometido "café". No lugar foram oferecidos copinhos de café a dois cruzeiros, coca-colas pequenas a três, e litros de leite a cinco. A explicação dada pelos promotores foi a de que não era esperada a presença de tão grande número de policiais e que as refeições preparadas tinham que ser desviadas para nutri-los.

Durante o "festival" uma tempestade de areia açoitou insistentemente o público. (A praia foi "fabricada" com o nivelamento, numa grande extensão, de todas as dunas, que prometem se reconstituir sobre as casas dos "felizes clientes do Baluarte"). Os promotores tentaram, durante todo o tempo, reanimar o público, prometendo pelos alto-falantes, inaudíveis contra o vento, nova apresentação de Belchior, e exibições de paraquedistas, que a essa altura desciam sob aborrecidos espectadores. E novas promessas. Uma delas falando na reedição do festival, este mês, patrocinado diretamente pelo governo estadual, que, no seu "Plano de Desenvolvimento do Ceará" (Plandece), destinou uma verba de 120 mil cruzeiros para um "festival de verão". Para um dos membros do diretório do MDB, em Fortaleza, "um outro comício eleitoral dissimulado". **(Luis Carlos Antero)**

ESPECIAL

QUEM É DONO DA NOTÍCIA?

As nações do Terceiro Mundo tentaram responder essa pergunta e agora querem ter suas próprias agências de notícias

César Silva

Os países desenvolvidos do Ocidente – seus governos, suas companhias – ainda defendem o princípio da liberdade absoluta de circulação de mercadorias e capitais (e seus lucros) pelo mundo afora. Mas quem leva a sério essa história?

Não certamente os países desenvolvidos, os primeiros a aplicar medidas protecionistas (as sobretaxas às importações, por exemplo) diante da mais mínima ameaça a algum pequeno interesse econômico.

Do lado de cá, na periferia do Ocidente, está, assentado o entendimento de que a livre circulação de mercadorias e capitais só beneficia os capitais mais fortes, que certamente não estão na periferia. Não se conhece um só caso de país que tenha se industrializado sem aplicar medidas de proteção às empresas locais.

É ocioso insistir nessas idéias, tão claras elas se tornaram na história recente. Mesmo os países desenvolvidos aceitam hoje – aceitaram na Unctad, na assembléia da ONU que "aprovou" a necessidade de uma "nova ordem econômica internacional", e no diálogo Norte-Sul indicado em Paris – que a estrutura econômica do Ocidente tende a concentrar lucros e riquezas no seleto grupo dos países já ricos. Aceitaram, portanto, que os países do Terceiro mundo têm direito a tratamento preferencial, no que se refere ao acesso a mercados e capitais.

Enfim, aceita-se que é preciso redistribuir a renda mundial, ou equilibrar a circulação de mercadorias, capitais e riquezas.

E o que dizer da circulação de informações?

A pergunta inevitavelmente teria de ser feita. E o foi duas vezes no mês passado. Em Nova Delhi, de 7 a 13, cinquenta e oito ministros da Informação de países não-alinhados reuniram-se para tratar do tema "libertar a informação e os meios de comunicação do legado colonialista". Em São José da Costa Rica, de 12 a 21, encontram-se os representantes de 21 nações latino-americanas e do Caribe, sob os auspícios da organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco – para examinar as bases de uma política de comunicação para a região.

A conferência de Nova Delhi – preparatória a uma reunião de chefes de Estados não- alinhados – aprovou a constituição de um pool de agências nacionais dos países membros da conferência, para fazer circular entre eles reportagens, informações, notícias, fotos.

As justificativas dessas decisões foram claramente expostas:

1) as agências internacionais detêm o monopólio da informação (mais precisamente, são quatro agências que controlam quase todo o noticiário distribuído no Ocidente – Associated Press e United Press International, dos Estados Unidos, Agence France Presse; da França; e Reuters, da Inglaterra);

2) essas agências veiculam noticiários orientados e selecionados desde Nova York e capitais européias, e que chegam assim carregados de ideologia "imperialista e neo-colonialista".

Indira Ghandi, a anfitriã da conferência, foi mais retórica, mas talvez não menos exata:

"O sistema de comunicação dos países poderosos quer mostrar os governos das ex-colônias como ineptos e corruptos e apresentar seus povos desiludidos e saudosos dos velhos tempos. Líderes que sustentam interesses nacionais e resistem às propostas das corporações multinacionais e agências são denegridos e suas imagens falsificadas em todos os sentidos... Queremos ouvir africanos sobre os acontecimentos na África. E os senhores poderão ouvir hindus acerca de acontecimentos na Índia".

Os povos da Ásia e África recém escaparam ao colonialismo. Ainda são bem vivas em suas memórias as demonstrações de racismo, e superioridade do colonizador europeu. Para esses povos, a magnífica civilização ocidental e cristã significa opressão. E parece-lhes que as coisas não mudaram muito quando o ex-funcionário da metrópole ressurge como funcionário de uma multinacional qualquer, desfrutando dos mesmos privilégios, talvez mais simpático, mas como sempre guardando distância da gente da terra. Para essa gente, neo-colonialismo tem um sentido concreto.

Qual as informações sobre isso tudo que as agências de notícias transmitem a esses povos?

Há casos bem significativos. Quem desconhece a imagem do coronel Muamar Kadafi fornecida pelas agências internacionais? Um louco, assassino, um homem que financia e se satisfaz com atentados sangrentos, um primitivo. Falta dizer que é um absurdo a Líbia ser uma nação independente?

É essa imagem que se transfere para a conferência de não alinhados, quando as delegações recebem e aplaudem festivamente o coronel Kadafi, como as agências de notícias não deixam de informar. Não informam, contudo, que os não-alinhados recebem não o sanguinário Kadafi, mas o primeiro chefe de Estado de país produtor de petróleo que enfrentou com êxito as poderosas multinacionais do setor.

Foi o governo líbio, em 1970, o primeiro a aumentar unilateralmente os royalties e impostos cobrados às empresas petrolíferas. Foi também o primeiro a nacionalizar, com um só decreto, 51% do capital de todas as companhias petrolíferas instaladas no país. Kadafi foi o precursor da moderna OPEP. Um irresponsável?

Indira Ghandi tem razão nesse ponto. Se pudessem decidir, os povos do Teceiro Mundo, que recém se libertaram e que ainda sofrem os efeitos do neocolonialismo, preferiam aplicar a qualificação "irresponsável" ao presidente de qualquer multina-

continua na página ao lado

ENSAIOS POPULARES

OS TERCEIROS MUNDOS

Entre os países subdesenvolvidos atuais não pode haver unidade ideológica, mas pode haver uma unidade de ação diplomática em torno de alguns objetivos imediatos

A V Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados começa seus trabalhos neste dia 7 de Agosto em Colombo, capital do Srilanka, antigo Ceilão. Foi nessa mesma cidade que se celebrou, de 28 de Abril a 2 de maio de 1954, a Conferência de Colombo, convocada pelo primeiro-ministro cingalês, e que reuniu os chefes de Estado ou de Governo da Birmânia, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão. Teve por objetivos coordenar a cooperação econômica entre os países participantes, contribuir para a distensão entre Leste e Oeste, apoiar o reconhecimento diplomático da República Popular da China e procurar um meio de colaborar, à margem da Conferência de Genebra, para a solução dos problemas coreano e indochinês. Um dos seus resultados mais importantes foi a decisão de preparar uma Conferência governamental afro-asiática, que se realizaria em Bandung, cidade da Indonésia, de 18 a 24 de maio de 1955, com a participação de 29 países, mais a Frente Nacional de Libertação da Argélia. Pela primeira vez, um grupo de países subdesenvolvidos se reunia e adotava resoluções de tanta importância inteiramente à margem das chancelarias das grandes potências.

Entre a modesta reunião de Colombo, em 1954 e a atual Conferência dos Países Não-Alinhados, o número e importância política das nações subdesenvolvidas cresceram ininterruptamente, levando à constituição, ao lado da luta fundamental dos povos, de uma frente diplomática dos países subdesenvolvidos contra o colonialismo e neocolonialismo, pelo desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo, que vem criando empecilhos crescentes à ação imperialista das grandes potências. Por que surgiu essa segunda frente de luta? Quais são as suas possibilidades e os seus limites?

Francisco Goya

Uma tentativa de compreensão deve remontar ao final do século XV, quando teve início o ciclo moderno das grandes navegações e das grandes descobertas, que espalhariam os navegadores, os missionários e naturalmente os comerciantes europeus pelos cinco continentes. Com as navegações, as descobertas e as conquistas que se seguiram, as potências européias da época — incicialmente Portugal e Espanha, depois também a Holanda, a Inglaterra e a França — dividiram entre si boa parte do mundo e organizaram o sistema colonial antigo, baseado no domínio político direto e na exploração comercial através do regime de clausura dos portos e monopólio do comércio exportador e importador, na pilhagem dos recursos naturais, nas monoculturas de exportação e, por último, no iníquo tráfico negreiro.

Esta primeira expansão colonial, anterior ao aparecimento do modo de produção capitalista, teve por base econômica um sistema feudal-mercantil, isto é, a associação entre o capital comercial e o feudalismo europeu já em transição; por base social, a aliança entre a nova burguesia mercantil e um setor da velha nobreza em declínio; e por instrumento político, os Estados monárquicos nacionais em formação, em geral absolutistas. Essa expansão colonial da Europa contribuiu, de maneira decisiva, para a constituição do mercado mundial, para a acumulação de gigantescos capitais comerciais e usurários no Velho Continente e para acelerar a formação de grandes contingentes de trabalhadores livres dos vínculos feudais mas também privados dos meios de produção — os três processos que criaram as condições para a revolução industrial e capitalista que marca o final do século XVIII.

Mas foi através dessa mesma espansão colonial européia que imensa parcela da humanidade, que habitava principalmente no sul do planeta, começou a ser submetida a uma posição subordinada no sistema político e econômico mundial, ocorrendo o morticínio das populações indígenas das Américas, o saque e a escravização dos povos africanos ou o entrave e a deformação no desenvolvimento de nações asiáticas milenares e, nesse período, ainda relativamente avançadas e prósperas, como a Índia e a China.

Entre 1775, ano em que Watts inventa a máquina a vapor, e 1870, marco da formação dos grandes monopólios capitalistas, o mundo atravessa um período de transição caracterizado por uma evolução contraditória. Por um lado, registra-se a primeira crise no sistema colonial, com a série de lutas anticolonialistas vitoriosas dos Estados Unidos e das colônias ibéricas da América Latina. Mas, por outro lado, é a época em que surge e se consolida o novo modo de produção capitalista na Inglaterra; em que esse modo de produção se difunde pela Europa e pela América do Norte e pelo Japão em que o capitalismo passa de seu período inicial, competitivo, para a fase monopolista, entre 1860 e 1880; em que os monopólios transbordam de nacionais para internacionais; e em que com base nesse transbordamento dos monopólios, entra em cena o imperialismo, que desencadeia, no final do século XIX, a segunda expansão colonial; o mundo inteiro é então repartido em colônias, em esferas de influência das grandes potências.

Com o imperialismo, as formas de domínio político se diversificam, pois as potências imperialistas, embora continuem recorrendo ao colonialismo como método principal de subjugação até a II Guerrra Mundial, sobretudo na África e no Extremo Oriente, passam a utilizar também os métodos neocoloniais do domínio indireto, da influência econômica e cultural, da aliança política com as classes dominantes locais, através dos quais submetem as nações formalmente independentes da América Latina, a China e certos

continua na página ao lado

continuação página ao lado

cional que os vem explorando há dezenas e dezenas de anos.

Mas será inteiramente despropositado dizer que a agência de notícias dos atuais não-alinhados vai restabelecer a verdade. Indira Ghandi não tem razão nesse ponto. Ela mesma mandou prender diversos membros da oposição, que assim não podem falar acerca dos acontecimentos na India nem para os outros povos, nem para os próprios hindus.

Os ministros que aprovaram a resolução de Nova Delhi representam uma extraordinária variedade de regimes: há os comunistas, como Iugoslávia, Coréia do Norte, Vietnã e Laos; os representantes de um socialismo árabe, Argélia, Líbia, mas também delegados do Egito e Marrocos; os inimigos Quênia e Uganda; regimes africanos independentes ao lado de alguns controlados pela África do Sul, como Suazilândia e Botswana; e governos inteiramente dedicados aos capitais do Ocidente, como Indonésia e Libéria.

Tal variedade certamente criará alguns constrangimentos para a agência comum.

Haverá evidentes incompatibilidades entre as orientações das agências nacionais, problema que em última instância se resume nisto: quem tem acesso aos meios de comunicação? Por exemplo: a quais indonésios o regime de Suharto dará a palavra a ser transmitida pelo pool de agências? Os argelinos terão interesse em ouvir o regime de Suharto?

Como se nota, os princípios colocados por Indira Ghandi são insuficientes. Não basta que africanos falem pela África, é preciso que os povos africanos possam se servir dos meios de comunicação e colocá-los a serviço de suas justas aspirações.

Como se vê, a proposta dos não-alinhados não peca propriamente por excesso, como quer certa crítica pela direita, para a qual não há verdade nem liberdade de imprensa sem as grandes agências internacionais e sem os jornais das grandes empresas capitalistas.

As nações do Terceiro Mundo têm motivos para se queixar, primeiro, das relações econômicas que lhe são impostas pelos desenvolvidos e, segundo, das versões e das informações sobre essas relações transmitidas por agências orientadas desde os países desenvolvidos, com seus critérios e valores.

Esse também foi o tema da conferência intergovernamental da Costa Rica, que aprovou cerca de 30 projetos, agora recomendações aos países membros. O que mais chamou a atenção foi a proposta de criação de uma agência latino-americana ou um consórcio de agências nacionais da região. Outro item destacado: a resolução que sugere estudos "para se definir uma política conjunta quanto ao conteúdo das informações que deverão circular via satélite entre os países da América Latina e entre nossa região e outras partes do mundo".

Foi em torno desses dois tópicos que as agências internacionais e seus clientes, a imprensa das grandes empresas do continente, concentraram suas notícias e comentários. E sua bateria de críticas.

Significativamente, deixou-se de lado a introdução do importante conceito de "direito à comunicação", derivado do "direito à livre expressão do pensamento".

A declaração de San José, aprovada pela conferência, enuncia:

"É um direito humano o acesso a todos os bens da Cultura e a participação livre e democrática nas várias manifestações do pensamento";

– "Existem setores da população que ainda precisam sair do isolamento em que se encontram, levando-os a se comunicarem entre si e a se informarem sobre o que acontece na nação e no universo";

– "Velar pelo uso pacífico e benéfico dos meios de comunicação é responsabilidade de todos os membros de uma sociedade";

– "Estabelecer planos e programas para uso extensivo e positivo dos meios de comunicação dentro de uma política de desenvolvimento deve ser responsabilidade conjunta do Estado e dos membros da sociedade".

O conceito de direito à comunicação aí expresso é certamente mais amplo do que o de "liberdade de imprensa", tal como vem sendo entendido aqui nestes tempos, isto é, liberdade da empresa que edita jornais.

Direito à comunicação é o direito dos povos exercerem a cultura, tornarem-se elementos ativos da cultura e da informação. A declaração é clara quando reclama a "participação livre e democrática" de todos os membros da sociedade da formação, e depois no controle dos meios de comunicação.

Certamente, esses princípios não têm muito significado para alguns – digamos, para muitos dos governos que assinaram a declaração. Mas não se vai jogar fora a Declaração dos Direitos Humanos, por que ela tem sido mais frequentemente letra morta.

Parece justo o princípio de que "todos os membros da sociedade" devam ser responsáveis pelos meios de comunicação. Isso aponta, por exemplo, para uma imprensa que não pode ser privilégio, propriedade particular de alguns e dirigida para notórias minorias.

A plena liberdade de comércio, princípio sempre defendido pelos mais ricos, gera e aprofunda desigualdades, isto é, aniquila a liberdade. A absoluta liberdade de circulação de informações não pode esconder o caminho para o monopólio dos capitais mais fortes? Como notou o presidente da Associated Press, informação hoje é "negócio de milhões de dólares". Quem dispõe desses milhões para desfrutar da liberdade de imprensa?

O ponto de vista dito liberal horrorizou-se quando os delegados presentes na Costa Rica aprovaram a idéia de se constituir uma política para controlar a informação via satélite. Considerados os governos da região, a perspectiva é de fato inquietante. Mas não é menos inquietante a situação concreta atual; os satélites e os canais são propriedades da ITT, que não está propriamente interessada em assegurar o direito à comunicação a todos os povos.

Dito de outro modo: a informação será sempre controlada. O que importa é saber quem controla. Ela será tanto mais livre e democrática quanto maior a participação "de todos os membros da sociedade" como diz a Unesco na sua geração, distribuição e benefício.

---

continuação da página ao lado

países árabes. As formas de exploração econômica também se diversificam, pois, com o desenvolvimento da indústria e o aparecimento de capitais excedentes nos países avançados, a importância dos países atrasados, como se dizia então, aumenta não só como mercados consumidores, mas também como fontes de matérias-primas e áreas de aplicação de capitais. Desta maneira, à exportação de mercadorias se acrescenta a exportação de capitais pelos países imperialistas, e a exploração comercial e fiscal antiga se soma a nova exploração financeira, através de empréstimos e investimentos diretos. Assim, os países que, no começo do século XX, por diversas razões internas, ainda não haviam realizado sua revolução industrial e capitalista, foram consolidados numa posição dependente e complementar dentro do novo sistema que então se constituiu no novo sistema econômico mundial, o capitalismo imperialista. E por isso, mesmo alguns desses países, que depois conheceram certo grau de industrialização, como este processo se faz sem ruptura com o sistema imperialista mundial, não conseguem alterar sua posição estrutural dentro sistema, e apenas acrescentam a seu antigo papel de complementação agrário-mineral das economias desenvolvidas um novo papel de complementação industrial.

O que indica que, na nova época histórica, a industrialização independente e o desenvolvimento pleno dos países coloniais e dependentes não mais serão possíveis sem mudanças políticas e sociais muito mais profundas do que as que foram suficientes para a Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Japão no século XIX.

Da luta dos povos subdesenvolvidos à dos países subdesenvolvidos

Naturalmente, a formação do sistema capitalista mundial que levou, simultaneamente, as Nações da Europa, os Estados Unidos e o Japão a se tornarem capitalistas e desenvolvidos e os países da Ásia, da África e da América Latina a se tornarem subdesenvolvidos, não se fez sem forte oposição da classe operária nascente e dos povos prejudicados.

Ao contrário do que a historiografia oficial leva a acreditar, a colonização e a escravização dos povos subdesenvolvidos não se fez sem uma resistência ininterrupta e cada vez mais poderosa. As rebeliões indígenas, as insurreições de escravos, as guerras de independência, as revoltas camponesas, e mesmo revoluções como as de 1910 no México e de 1911 na China o atestam. O surgimento do imperialismo só aprofundou esta prolongada resistência dos povos subdesenvolvidos à sua opressão política e à espoliação de seu trabalho e dos recursos naturais de seus países. E no início do século XX a luta popular contra o imperialismo tomou um impulso ainda maior, não só pelo exemplo de novos caminhos de desenvolvimento e relacionamento internacional que se abriram, mas também pela possibilidade de contar com apoios até então inexistentes.

No entanto, até o fim da II Guerra Mundial, não se pode falar na abertura, no Terceiro Mundo, de uma frente diplomática de resistência ao lado da frente popular interna. A maioria dos países africanos e asiáticos estavam submetidos à dominação colonial. E mesmo os países subdesenvolvidos que já eram formalmente independentes, como ocorria na América, encontravam-se rigidamente alinhados com alguma grande potência e não constituiam um polo diplomático autônomo. Foi depois de 1946 que esse panorama passou a sofrer alterações.

colonial, com a Índia ou Indonésia ou de monarquias conservadoras como o Egito, e em vários deles foram estabelecidos governos nacionalistas, partidários de certas reformas sociais e de uma política externa independente. Em terceiro lugar, porque, com o aprofundamento da luta dos povos subdesenvolvidos, a crise na hegemonia mundial dos Estados Unidos e o agravamento das dificuldades econômicas dos países pobres, houve uma tendência inevitável para que mesmo os governos dos países onde não se observaram mudanças nas bases sociais do Estado, tendessem a uma política mais autônoma em relação às grandes potências e a uma posição mais reivindicativa na organização do sistema imperialista mundial.

Tendo por moldura esses processos, é que se foram constituindo os blocos diplomáticos do que passou a chamar-se o Terceiro Mundo, começando pela formação do grupo afro-asiático e pela revitalização da Liga Árabe nos anos 50, ampliando-se com a constituição do grupo não-alinhado em 1961 da Organização de Unidade Africana em 1963, e avançando para a constituição de um grupo de mais de 100 países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina a partir das Conferências sobre o Desenvolvimento e o Comércio promovidas pela ONU. Até onde pode ir a unidade diplomática desses países subdesenvolvidos? Como relacionar sua atuação com a luta dos povos subdesenvolvidos que prossegue?

Terceiro mundo sem terceiro-mundismo

Depois da Conferência de Bandung, houve quem exagerasse a unidade dos países subdesenvolvidos. Foi então que se difundiu a expressão "Terceiro Mundo" num sentido originalmente incorreto, pois os países subdesenvolvidos não formavam um "terceiro mundo" isolado do mundo capitalista e do socialista, mas faziam parte do mundo capitalista, representavam historicamente a sua periferia. Por isso, também careciam de base real as pretensões de que o "Terceiro Mundo" pudesse formular uma "terceira via" de desenvolvimento entre o capitalismo e o socialismo e fugir assim à opção que afinal nossa época impõe a qualquer país.

Hoje, em contrapartida, a tendência é para se negligenciarem as características comuns, que distinguem os países subdesenvolvidos dos países desenvolvidos, capitalistas ou socialistas. Com isto se nega, corretamente, a possibilidade de uma "ideologia terceiro-mundista", mas se omite a possibilidade de uma ação diplomática comum dos países subdesenvolvidos, mesmo como estão constituídos atualmente, em torno de alguns objetivos imediatos, como o oposição ao colonialismo ou ao racismo, o combate ao intercâmbio desigual ou a defesa do mar territorial de 200 milhas.

O correto seria compreender que os países do Terceiro Mundo tanto apresentam traços comuns quanto distintos. As características comuns mais importantes são o atraso econômico em relação aos países industrializados e a dependência política e econômica em que se encontram ou se encontraram em relação a países industrializados, dependência que está, como se viu, na origem de seu desenvolvimento relativo. Mas, ao mesmo tempo, eles se distinguem pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, por suas formações econômico-sociais (há países subdesenvolvidos socialistas e países subdesenvolvidos capitalistas ou pré-capitalistas) e acima de tudo pelo estágio em que se encontra seu movimento de libertação nacional e social. Desse último ponto de vista, e possível agrupá-los, inicialmente, em países que ainda se encontram sob domínio colonial, um grupo hoje muito reduzido, e países já formalmente independentes. Estes, por sua vez, podem ser distribuídos, em traços gerais, em países sob governos oligárquicos-conservadores e que aplicam uma estratégia de desenvolvimento capitalista dependente ; países, sob governos nacionalistas burgueses, reformistas ou revolucionários, que tentam levar à prática uma estratégia de desenvolvimento capitalista autônomo; países sob governos populares revolucionários, que seguem uma estratégia de desenvolvimento socialista e independente.

É claro que, entre países assim tão distintos, só pode haver uma unidade diplomática limitada, em torno de alguns objetivos convergentes e mais imediatos. Esta unidade, porém, evita o isolamento diplomático dos países subdesenvolvidos mais progressitas; divide e debilita o campo imperialista; pode aliviar dificuldades políticas e econômicas dos países subdesenvolvidos, mesmo que temporariamente; e, em certa medida, contribui para a conscientização dos povos subdesenvolvidos.

No entanto é claro que, em perspectiva e de forma coerente, não pode haver uma estratégia comum a todos os países subdesenvolvidos atuais. Por isso, por mais importância que tenha a frente diplomática dos países subdesenvolvidos, o problema de sua emancipação e de seu desenvolvimento é essencialmente interno e terá de ser resolvido, independentemente, pelo povo de cada país. E se algum ensinamento deve ser extraído da longa experiência de sofrimento e de luta dos povos do Terceiro Mundo é o que pode ser contido na seguinte lei: quanto maior é a participação popular no poder político e na vida econômica e cultural de um país subdesenvolvido, mais possibilidade ele tem de assegurar sua independência e promover seu desenvolvimento efetivo e continuado.

Portugal

O GOVERNO SOARES PODERÁ SE AGUENTAR?

Acácio Barreiros, o único deputado que a União Democrática Popular elegeu, fala sobre o futuro e as possibilidades do gabinete socialista em Portugal

O Jornal, **de Lisboa**

Acácio Barreiros, 28 anos, é o único deputado que o partido União Democrática Popular (UDP) conseguiu eleger para a Assembléia da República em Portugal. No mês passado, a maioria dos deputados aprovou uma proposta de regimento interno da Assembléia, apresentada pelo Centro Democrático Social (CDS), e que contou com a aprovação do PC. Segundo essa proposta, o único deputado da UDP não pode ser considerado como "grupo parlamentar". Em outras palavras, Acácio Barreiros não poderá propor ou rejeitar o programa do Governo, e nem mesmo provocar a abertura de debates ou apresentar moções de censura. Acácio Barreiros já está sendo chamado em Lisboa de o "deputado silenciado".

Pergunta — Como encara a recente decisão da Assembléia da República de o privar de grande número de possibilidades de atuação parlamentar?

Acácio Barreiros — A decisão da Assembléia da República, decisão antidemocrática e anticonstitucional de nos retirar direitos fundamentais prejudica seriamente a atividade da UDP na Assembléia. Evidentemente que ainda nos fica uma margem de manobra, uma margem de atuação, dentro da qual continuaremos a batermo-nos intransigentemente na defesa dos interesses do povo.

No entanto, tal como frisamos na discussão havida no plenário, os direitos que foram tirados à UDP limitam grandemente a nossa capacidade de oposição concreta dentro da Assembléia. Ora dado que a oposição democrática é um direito previsto na Constituição, consideramos que foi uma posição antidemocrática e anticonstitucional. Continuaremos a batermo-nos pelos interesses do povo dentro das limitações que nos foram impostas.

P – Surpreendeu-o a posição do PCP nos debates?

AB – A posição do partido do dr. Álvaro Cunhal não me surpreendeu na medida em que ele se bateu sempre para ser retirada à UDP a possibilidade de exercer uma oposição ao Governo, porque pretende ficar com o estatuto de "opositor de esquerda oficial"; se a UDP tivesse os mesmos direitos do PCP na Assembléia, o povo compararia a atuação da UDP com a do PCP e, forçosamente, tiraria conclusões de que a verdadeira esquerda e a verdadeira linha revolucionária popular é a da UDP. Portanto, ele era de fato um dos principais interessados na exclusão da UDP, e é por isso que vamos encontrar esse partido ao lado dos fascistas do CDS como um dos melhores defensores da proposta antidemocrática e anticonstitucional.

P – A UDP tem sido chamada, ultimamente, a contatos com o presidente da república e com o primeiro-ministro indigitado. Qual é a posição que a UDP vai tomar, nos tempos mais próximos? Uma atitude de oposição sistemática?

Mário Soares

"Falar em conciliação, como fez o dr. Mário Soares, é dizer ao povo para baixar a cabeça e permitir os spinolistas subirem e deixar os oficiais antifascistas e revolucionários irem para a cadeia"

AB – O contato com o Presidente da República teve lugar nos termos da Constituição, a qual indica que ele tem de consultar todos os partidos representados na Assembléia sobre um novo governo. O encontro com o dr. Mário Soares foi um contato voluntário da parte do Partido Socialista e, segundo o futuro primeiro-ministro, traduz a vontade do Partido Socialista conversar com as forças políticas mais significativas em Portugal.

Nós deixamos claro, quer num contato quer no outro, que estamos de acordo (é o mais lógico à luz da Constituição e dos resultados eleitorais para a Assembléia da República) ser o PS a formar governo; portanto, não temos nada contra que seja o dr. Mário Soares, primeiro-ministro.

Face ao governo PS não vamos estar em oposição sistemática. Pensamos inclusivamente que não é necessário que esse governo caia em pouco tempo, como várias forças estão a prever. Pensamos que esse governo

Acácio Barreiros

tem duas opções: ou vai prolongar uma política de direita e antipopular, que se estava a manifestar sobretudo no final do VI Governo com medidas antipopulares, ou virar-se, então, para um política que mobilize o povo, se apoie na iniciativa do povo e nos órgãos de vontade popular. Se assim for, esse governo será sólido, poderse-á aguentar bastante tempo.

Pensamos que o povo, ao cabo de dois anos de um processo revolucionário tem idéia de que governo quer. E, portanto, vamos lutar junto do povo para que o povo cada vez mais claramente defina o tipo de governo que quer, comparando a atuação concreta do governo do PS. Pensamos que o povo sempre apoiará as posições do governo PS quando estas estiverem de acordo com os seus interesses e opor-se-á sempre que forem medidas antipopulares.

P – Face a um agravamento das condições de vida, medidas de austeridade, haverá reação da UDP?

AB – As medidas de austeridade que forem tomadas, como tem acontecido, nas costas do povo e sem uma política clara definida, no sentido dos interesses do povo, vão, com certeza deparar com a oposição do povo e da UDP. Se forem atos do interesse do povo, a curto ou médio prazo, assentes na mobilização do povo – então, pensamos que poderão ser apoiadas. Concretamente quanto ao corte de energia elas foram tomadas nas costas do povo; deveria ter sido obtida a opinião dos órgãos de vontade popular, comissões de trabalhadores, de moradores, etc. Os interesses da pequena indústria estão a ficar seriamente afetados. Poder-se-ia rodear essa situação se fossem as comissões de trabalhadores e moradores as responsáveis pelos cortes de energia – e já não seriam agravadas as condições de certas empresas que, assim, estão em risco de ir para a falência.

P – Se o governo PS falhar, como muita gente prevê aos próximos tempos, qual é em princípio o caminho previsível para o país? É necessariamente uma solução do tipo fascista ou fascizante?

AB – O governo falirá se fizer uma política de direita. Então haverá lugar a uma alternativa popular. O povo que foi capaz de pôr de pé, independentemente e contra todas as calúnias, uma candidatura para a presidência da república, (refere-se à candidatura de Ótelo Saraiva, apoiada pelo UDP) com certeza que saberá pôr de pé um governo popular, antifascista e patriótico; e deve começar desde já a definir que governação quer comparando-a a todo o momento com a atuação do governo PS.

Nós definimos junto do dr. Mários Soares a nossa idéia de que o governo do PS tem que começar por ter antifascistas, e que certamente será visto com maus olhos pelo povo a integração de spinolistas ou de elementos de direita ou de alguma forma comprometidos com o spinolismo, e que esperávamos que o PS tivesse em conta que a única solução para a crise é uma solução popular e de acordo com a vontade popular. Qualquer elemento de direita, a começar pela inclusão de elementos de direita spinolista, será com certeza um balde de água fria, até mesmo para os socialistas.

P – Os elementos spinolistas estão a ter uma certa ascensão, até dentro do Exército.

AB – O que se vê é que os oficiais do 11 de Março, os spinolistas, estão a subir por todo o lado; enquanto isso, o relatório do 25 de Novembro, quanto a nós cheio de falsidades, está a preparar a prisão dos oficiais do 25 de Abril, oficiais que o povo aprendeu a ver como os mais revolucionários e os mais consequentes na defesa do Programa do MFA e na defesa das conquistas revolucionárias.

Falar em conciliação, como fez o dr. Mário Soares na conversa que teve conosco, é estar a dizer ao povo para baixar a cabeça e permitir aos spinolistas subir e deixar que os oficiais antifascistas e revolucionários vão para a cadeia. O povo vai com certeza opor-se a isso.

Pensamos que toda a conciliação com o fascismo terá a oposição do povo. Não podemos deixar que o 25 de Abril continue a desaparecer das mais altas esferas políticas militares.

P – O reequipamento das Forças Armadas...

AB – ... a própria participação de soldados portugueses debaixo do comando de americanos... É verdadeiramente insultuoso para a nossa independência nacional haver um conjunto de soldados portugueses em condições de disparar sobre o povo português às ordens de um oficial americano. A mobilização à volta do general Otelo mostrou que os portugueses querem a Independência Nacional. E mesmo um dos pontos que o general Eanes mais frisou foi o tema da independência nacional. E a questão da democracia. Ir contra qualquer destas coisas mobilizará uma larga oposição popular.

P – Existe um certo "pavor" em relação à UDP, sobretudo depois das últimas eleições, de que vocês possam constituir um fator de "desestabilização"...

AB – Em dois anos de atividade já demos provas concretas de que só deve ter medo da atuação da UDP quem se quiser virar contra os interesses e as conquistas do povo. Nos contatos agora feitos, deixamos claro que nos íamos bater intransigentemente pelas defesas das conquistas do povo – nomeadamente do controle operário, das nacionalizações, da reforma agrária, do direito à greve, do direito dos moradores pobres, da luta pela habitação e pela defesa da Constituição. Só quem está contra estas conquistas pode ter esse "pavor". Nós vamos defender, sem querermos ser os únicos a defender essas conquistas – e estamos abertos a toda a colaboração com todas as forças que estejam interessadas em defendê-las.

P – Partindo das últimas eleições presidenciais com todo o movimento popular que se gerou à volta do major Otelo Saraiva de Carvalho, com a formação dos GDUPs (grupos de base para implantação do chamado "Poder Popular"), começam a estar criadas condições para o desenvolvimento, na vossa perspectiva de um "verdadeiro partido operário"?

R — A organização à volta dos GDUPs cria as condições para o povo português reencontrar a unidade e a força que teve logo a seguir ao 25 de Abril e que demonstrou grandemente no 1º de Maio de 1974. A candidatura do Otelo foi um passo decisivo nessa unidade, nessa unidade que tinha sido destruída pelos partidos burgueses e pelas suas lutas no sentido de desunir o povo. E, de fato, a volta de Otelo juntou-se povo de todas as tendências políticas; é um movimento em ascensão porque o povo compreendeu que só unido pode vencer. Além disso, os GDUPs tiveram a importância histórica, porque o povo português pela primeira vez definiu uma alternativa concreta quer para a solução de problemas de Portugal quer para as eleições presidenciais. Pensamos que os GDUPs são o apoio base para o povo definir que governo quer (forçosamente um governo antifascista e patriótico seguindo uma política popular).

P – Neste momento, uma política de unidade popular poderá ser prioritária em relação ao desenvolvimento de uma ação de "vanguardas" operárias defendendo posições de classe?

R — As duas coisas estão intimamente ligadas: a questão central é conseguir a unidade popular e aproveitar a força que essa unidade traz. Observando os dois últimos anos, o povo sempre perdeu e as forças democráticas sempre perderam quando houve desunião. É importante perceber que aquilo que une os verdadeiros democratas e antifascistas é sempre muito mais forte que aquilo que os divide, é fundamental entender que o inimigo aproveita sempre as nossas divisões como aproveitou no 25 de Novembro. Assentar a ação sobretudo numa mobilização popular e numa unidade popular são as bases fundamentais da revolução, inclusivamente para os setores de vanguarda mais avançados. Estes se se lançarem sozinhos na luta perderão, como aconteceu no processo a partir de agosto até novembro de 1975.

" É importante perceber que o que une os verdadeiros democratas e antifascistas é muito mais forte do que aquilo que os divide "

P – A "esquerda revolucionária", incluindo a UDP, tem sido acusada de "sectarismo", de um excessivo exacerbar das divergências entre os diversos grupos...

R — É uma crítica justa no sentido de que é preciso não esconder as divergências que existem dentro da mesma intenção de levar o processo revolucionário a bom termo, mas essas divergências nunca podem pôr em causa a unidade: a Unidade é a arma mais preciosa de um povo.

6.1/68

CULTURA

E geme o sino em lúgubres reponsos

Pobre Glauber! Pobre Glauber!

(ou: "Nem Lenin, nem Stalin, nem Marx, nem mesmo Machado de Assis". E muito menos Glauber Rocha)

Flávio Aguiar

Daria até para se dizer: cada artista tem o otimismo que merece. E entre bobagens e afirmações bom básticas Glauber Rocha andou desfilando o seu otimismo nas páginas desse mesmo jornal (ver suas entrevistas em **Movimento** nºs 53 e 55). Esse otimismo vê o Brasil de hoje como "o grande jardim do futuro" (por que não "oásis"?), o poema *Claro enigma*, de Carlos Drummond de Andrade como "a súmula da filosofia ocidental-oriental", vê Machado de Assis como medíocre e como responsável pela censura, já que era um artista que "queria" ser censurado. Acho essas confusões naturais para quem, ingenuamente, vê o mundo de hoje dividido entre "tecnólogos e humanistas" – e só. Além disso há um incrível erro histórico no meio de tudo, quando Glauber diz que Gregório de Mattos nunca foi censurado: dizer isso do boca-do-inferno, poeta que foi degredado e cuja obra satírica (ao que tudo indica, a melhor) ainda luta para ser reconhecida e lida, é pôr os bois na frente dos bois e se satisfazer em trotar junto com a boiada.

Pensei em que talvez a melhor resposta a Glauber Rocha fosse de desentranhar do Glauber de ontem, diretor de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*, de *Terra em Transe*, esse Glauber de hoje, confuso e emaranhado, disposto a ser uma espécie de *enfant terrible* do nosso vazio cultural mas que, desse jeito, não vai passar do bufão da atual manjetação intelectual. Falta de perspectivas? Sim senhor, e todos nós sabemos muito bem que o culpado disso não é Machado de Assis coisa nenhuma, e que dizer isso hoje é uma grosseira irresponsabilidade. Como dizer que "se eu quiser filmar *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, eu filmo, porque se filmou Graciliano neste país(...) Se filmou Macunaíma. Então não temos nenhum problema" é igualmente uma irresponsabilidade. Ou será que a culpa daquelas e de outras memórias do cárcere também é do "medíocre" Machado de Assis?

No entanto esse caminho não me pareceu promissor. Esse tipo de crítica não leva a lugar nenhum. O crítico fica, dez anos depois, com um ar muito inteligente de "eu não disse?", e só. Ademais, alguns anos atrás Antonio das Mortes, o protagonista de *Deus e o Diabo* e de *O Santo Guerreiro* distribuía muito tiro em alvo certo, lado a lado com a história e com os personagens que poderiam levar essa história para diante. De nada adiantaria ficar exorcizando Glauber Rocha por inteiro, como se nada tivéssemos a ver com ele. Graças àqueles filmes e a outros que ainda não vimos (será efeito de trapaças do Machado?) e a outros que já vimos, Glauber continua e continuará a ser um personagem central do avanço histórico do cinema brasileiro. Apesar desse de hoje que, disfarçado de Glauber Rocha, muito parecido mesmo com o outro, fica semeando confusão à torto e (em direção) à direita, principalmente.

O melhor mesmo é esperar que esse Glauber aprenda, como aprendemos, com o outro. Principalmente com seu próprio personagem, Antonio das Mortes, que saía dando tiro sem olhar a quem e que ao longo de dois filmes realmente excepcionais aprendeu a enxergar alguns palmos adiante do próprio nariz. Glauber, pelo menos em entrevistas, muitos filmes depois, ainda não aprendeu. Em todo caso, o momentoso Glauber prova uma coisa. O cinema brasileiro precisa cada vez menos de *enfants terribles*, que servem de diversão muitas vezes a quem olha a arte como diletantismo, e muito mais de gente adulta, como discernimento crítico, que, com criatividade, espírito combativo, seja no drama ou na sátira, saiba distinguir o sul do norte, o leste do oeste e o Machado da tesoura.

Há ainda duas coisas no depoimento de Glauber para que se deve chamar a atenção. A primeira: ele considera que o problema da chamada pornochanchada, que de porno tem muito pouco e de chanchada não tem nada, é que as mulheres recebem muito pouco para aparecerem nuas e que nela não há homens nus. Ganhar muito também pode ser uma forma de exploração; homem nu também, pode ser explorado. E o problema dessas comédias "eróticas" que andam por aí é o de que elas *enganam* o público, prometendo sexo onde só há admiração passiva, fetichista, social e politicamente reacionária de mercadorias disfarçadas de gente. O fato das mulheres receberem pouco não é justo; mas a injustiça é geral, não particular.

A segunda é comparar sem mais nem menos a Embrafilme à Petrobrás. Essa não dá para responder de viva voz aqui. Sugiro a leitura comparativa das matérias *Cinema Brasileiro SA. O rico primo pobre*, de **Movimento** nº 55, e da matéria *A campanha do petróleo, 30 anos depois*, em **Movimento** nº 12. Uma última coisa: o depoimento de Glauber não está completo, principalmente no **Movimento** nº 55. Esse Machado...

MÚSICA BRASILEIRA

Entrevista com Marlos Nobre, diretor do Instituto Nacional da Música

Os caminhos do lucro

"Queremos, antes de tudo, chegar à auto suficiencia econômica"

Ricardo Arnt

"O Brasil é um país em notório desenvolvimento acelerado, com excepcionais progressos econômicos. Precisamos agora do progresso cultural." Para isso, a Funarte e o Instituto Nacional da Música (UNM) são "uma mudança na política cultural do MEC, com o ministro Nei Braga, de acordo com o recente Plano Nacional de Cultura". As afirmações são do maestro Marlos Nobre, diretor do INM que, depois de suas oportunas denúncias sobre a desnacionalização da música brasileira e a riqueza de sua exploração multinacional, (Movimento **nº 51**, "Com a boca no Trombone") **revela e esclarece suas posições.**

O quadro de denúncias feitas pelo maestro Marlos Nobre foi bastante claro a respeito da necessidade de que se criem medidas de proteção à nossa música e mecanismos que dificultem a importação em massa de músicas de baixa qualidade, fabricadas com base nos clichês de fácil assimilação e fácil consumo, e que não contribuem em nada para com a cultura do povo brasileiro.

Mas as alternativas que Marlos Nobre oferece, através dos projetos de atuação do INM ainda deixam sérias dúvidas a respeito do destino dos nossos músicos e compositores. Ele fala em transformar a indústria musical nacional em empresa lucrativa, capaz de competir com a estrangeira (V. Jornal do Brasil, 18/6/76). "A atividade criativa dá lucro em todo o mundo, menos no Brasil". "Queremos, antes de tudo, chegar à autosuficiência econômica". Um novo empresário da MPB?

Movimento - A penúria e o desamparo da música e dos músicos brasileiros já é, há muitos anos, folclórica. De repente, surge um programa com uma dotação de 10 milhões de cruzeiros para 1976 praticamente acenando com a salvação na nossa cultura musical. O que houve?

Marlos Nobre - Não se trata de um programa feito da noite pro dia. Trata-se de uma orientação nacional longamente formulada e posta em prática pelo MEC, através da Funarte e do Instituto Nacional da Música. Digamos que antes havia uma política cultural dispersa e que agora o MEC concentrou-se na Funarte. A Funarte é um reflexo da mudança da política cultural do MEC, com o ministro Nei Braga, de acordo com o recente Plano Nacional da Cultura, elaborado pelo Conselho Federal de Cultura. E a grande diferença está no planejamento, a planificação detalhada e articulada de uma política cultural. É a primeira vez que se planeja a cultura no Brasil.

M - E como essa mudança na política cultural vê a música brasileira nesse momento?

MN - Há um impasse para o desenvolvimento da cultura musical. Os meios de comunicação ativos impingem um produto industrial, não cultural. O problema é a veiculação. O interesse comercial dos meios de comunicação, servindo exclusivamente de veículo à venda do produto industrial estrangeiro choca-se frontalmente com o interesse cultural do INM de veicular e ver veiculado também nesses meios de comunicação o produto cultural brasileiro. O processo de exploração do mercado é de uma eficácia infalível. Pretender mudá-lo seria no mínimo uma infantilidade. Eu não tenho a ingenuidade de querer lutar contra esse processo. Sem nacionalismos, que eu não sou nacionalista; eu não tenho esses negócios.

Por outro lado, não se pode pretender veicular o produto industrial sem lucro. A liberdade das empresas privadas deve, portanto, ser mantida. As multinacionais entretanto devem respeitar as regras do país, como a da percentagem de veiculação de música brasileira nas rádios. Há que se equilibrar o lucro da empresa privada e a cultura nacional, para impedir que essa seja engolida pelo excesso de ganância.

M - Qual seria então o maior obstáculo ao desenvolvimento da música brasileira? O excesso de música estrangeira?

MN - Não. Não é o excesso de música estrangeira, mas a falta de estímulo à produção nacional. Eu quero dizer novamente que não estamos aqui para proibir nada, para impor. Não existem culturas autônomas. O Brasil é um país em notório desenvolvimento acelerado, com excepcionais progressos econômicos. Precisamos agora é do progresso cultural. Equilibrar com o progresso cultural. Eu não sou contra a influência cultural estrangeira, mas sim, especificamente, contra o kolynos musical, a coca-cola musical, o chevrolet musical, o produto industrial- comercial- musical veiculado através dos meios de comunicação de massa manipulando o gosto do público brasileiro.

O "x" são os meios de comunicação. O INM se pretende, então, ser o instrumento do governo na conquista do mercado brasileiro para a música brasileira. Nós vamos injetar recursos humanos e financeiros para produzir música brasileira. Vamos fazer de saída 200 discos de música brasileira, em convênio com as gravadoras, um "pool" de todas as alas, estrangeiras ou não, para aproveitar sua própria divulgação e vendas. E claro que haverá um reforço especial para as brasileiras. A Marcus Pereira, por exemplo, de qualidade nacional reconhecida, vai ganhar muito com isso. Vamos injetar discos no mercado, dar material às rádios que não veiculam a música brasileira. Mas não vamos impor a elas que toquem nada.

A questão da estatização

M - Voltando a política cultural, o sr. não acha que essas soluções aos problemas da cultura, vindas de cima pra baixo, possam atrelá-la à um processo de dependência do Estado?

MN - A idéia não é atrelar. Cabe ao Estado estimular a cultura sem dar orientação. Ao mesmo tempo lhe cabe defender a cultura brasileira. Não queremos subvencionar de cima pra baixo. Será só um estímulo, um impulso e depois é deixar. Daí a idéia de participação da empresa privada. É estímulo e não paternalismo.

M - O que o sr. diz das afirmações de que a Funarte é instrumento de uma política de estatização da cultura?

MN - Tá na moda falar em estatização. Quanto a isso, eu não sei, não posso falar de cadeira. A minha visão parte diretamente de um artista, de um músico. Quanto à política, o que eu posso dizer é que não existe a intenção do Estado de se tornar dono de nada. Trata-se de uma solução imediata para enfrentar um problema específico. As sociedades arrecadadoras, por exemplo, já estão muito comprometidas para o governo acreditar nelas e a formação do Conselho do Direito Autoral vai atender a uma reivindicação dos próprios músicos. Os norte-americanos tomam medidas concretas para que se consumam coisas do seu país e fiquem lá os dólares. Aproveitam os nossos Jobins e Sérgios Mendes e depois ainda vendem de volta e nos levam mais alguns dólares. É uma estrutura bem montada, industrial e comercialmente falando. Entre nós, medidas desse tipo poderiam criar uma onda negativa: é melhor deixar que nossas rádios transmitam maciçamente músicas cantadas em línguas que o nosso povo desconhece em sua grande maioria. E que as nossas TVs continuem a veicular, em nome da liberdade, anúncios de tipo "minimum price system", atestado evidente do nosso colonialismo cultural...

M - Trata-se então de medida específica, uma tática para enfrentar um problema específico?

MN - Depois de tomadas algumas medidas contra a desnacionalização, então o próximo passo seria estabelecer uma harmonia entre as duas tendências. O Estado deve exercer algum tipo de vigilância sobre a iniciativa privada. Entre a privatização e a estatização, o MEC fica no meio, isto é, no equilíbrio. A privatização pode levar ao domínio exclusivo de uma tendência puramente comercial, avassaladora e cega à qualquer interesse que não o de lucros imediatos. A estatização, por outro lado, acarretaria alguns males resultantes de uma manipulação igualmente limitada.

6.1/62

Entrevista do cubano Alejo Carpentier, romancista a Françoise Barthélémy, de La Nouvelle Critique.

O OFÍCIO DE REVELAR

"O romance latino-americano nasceu no século XIX. De início era uma pintura de costumes, muito influenciada pelo picaresco espanhol. Depois veio a moda do naturalismo francês, antes de chegar uma etapa de naturalismo local e de indigenismo. Afinal de contàs, era esse o movimento da época (...) Essa tendência, poderíamos talvez resumi-la em duas palavras: folclóre e tradição. E ela, entre nós, se prolongou demais. Nossos países e cidades mudavam, cresciam a olhos vistos. Corríamos o risco de ficar para trás. E, justamente por causa dessa evolução, sentimos a necessidade de estabelecer laços com a cultura universal". Essas palavras, pronunciadas já há bastante tempo pelo romancista Alejo Carpentier, exprimem a reviravolta que lá pelos anos quarenta ele mesmo ajudou a produzir no romance latino-americano de língua espanhola. Daí veio a eliminação do elemento "provincia", do "típico", do "exótico" dos grandes romances latino-americanos, em troca de um mergulho mais profundo na realidade do continente.

Carpentier, filho de pai francês e mãe russa, nasceu em Havana, Cuba, no longínquo ano de 1904. Escritor combativo, continua a produzir incansavelmente. Recentemente lançou,em sua terra natal e na Europa o romance O recurso do método **(cujo título parodia o célebre tratado lógico-filosófico** O discurso do método, **de Descartes). Assim como** O outono do patriarca, **do colombiano Gabriel García Marquez, lançado no ano passado em Buenos Aires,** O recurso do método **é a história "autobiográfica" de uma tirania situada "em algum lugar da América Central". O romance segue o estilo que consagrou Carpentier: um linguajar espantoso, adequado ao propósito de mergulhar no universo mental dos personagens e que o próprio escritor qualificou, desde o começo de sua carreira, como "barroco".**

Dois grandes romances deram a Carpentier um público bastante amplo: O reino deste mundo, **de 1949, romance político sobre a independência do Haiti, e** A partilha das águas, **de 1953. Durante muitos anos viveu exilado, em Paris, no México e na Venezuela. Em paris travou conhecimento com a geração dos poetas surrealistas, que exerceram grande influência sobre sua obra. Depois de 1959 retornou a seu país de origem, sempre produzindo: em 1962 aparece** O Século das Luzes, **vasto afresco que abarca o mundo das Caraíbas, de Cuba à Guiana, do Haiti a Guadalupe, e que arrasta o leitor num vai-vém constante entre o Novo e o Velho Mundo, acompanhando o momento em que o ideal jacobino da Revolução Francesa acabava de sacurdir as bases do império colonial espanhol. Este romance, em particular, coloca Carpentier entre os grandes da literatura latino-americana de todos os tempos. Recentemente, além de** Recurso do Método, **publicou** Concerto barroco. **E anuncia, para breve, outro romance intitulado** A dança sagrada. **A presente entrevista foi realizada em Paris, onde Carpentier reside atualmente, como Ministro-Conselheiro para assuntos culturais na embaixada de seu país em Paris.**

Viajante curioso, leitor infatigável, também autor de vários contos e de farto material jornalístico, além de ensaios fotográficos sobre sua terra natal, Alejo Carpentier e sua obra se inserem no apelo lançado por seu conterrâneo José Marti (1), num artigo que se tornou célebre, chamado "Nossa América"! "Que se enxerte o mundo em nossas repúblicas, mas que o tronco permaneça sendo o das nossas repúblicas".

Françoise Barthélémy – O sr. exibe de uma maneira totalmente nova o protagonista de *O recurso do método*, seu último romance, demonstrando os mecanismos que tornam possível sua permanência no poder, sua queda, e depois a presença de uma "solução de reserva" patrocinada pelo imperialismo. Há fatores de ordem pessoal que explicam essa maneira de tratar o assunto, em comparação com seus predecessores nele?

Alejo Carpentier – O tema do poder arbitrário foi tratado de forma muito hábil e inteligente pelo grande escritor espanhol Ramón del Valle Inclán, no seu romance *Tirano Banderas*, escrito após uma viagem ao México em 1921. Depois houve o romance de base do guatemalteco Miguel Angel Astúrias, *O senhor Presidente*, no qual o contexto político não aparece por uma razão, diria, de honestidade histórica. Astúrias trata de uma ditadura (a do guatemalteco Estrada Cabrera, derrubado em 1920) durante a qual alguns movimentos e tendências ainda não haviam se manifestado. Ora, eu comecei a escrever, a "pintar", como se diz, por volta de 1923, 24, 25, fui contemporâneo de uma geração (no Peru com Mariátegui, na Argentina com as primeiras revoltas universitárias de 1921, no México com a juventude revolucionária, com a pintura de Diego Rivera, em Cuba com um poeta como Rubén Martinez Villena (3), que foi meu amigo, com Júlio Antonio Mella, de uma geração que adquiriu uma consciência política, que se engajou totalmente e falou pela primeira vez de revolução, não em termos vagos e utópicos, mas sabendo exatamente o que fazia, ou pelo menos o que queria. Era a geração dos homens que me acompanharam na adolescência e que, embora muito jovens, foram de certa forma os meus mestres. E uma personagem do meu romance, o Estudante – não lhe dou outro nome –, eu a poderia encontrar naquela mesma época na universidade de Havana, mas também na Argentina, no México, no Peru e um pouco por toda parte na América Latina, onde se produzia um *despertar*, quer dizer, pela primeira vez surgia uma juventude dotada de uma consciência política concreta.

FB – E esse espantoso talhador de pedras, figura de proa na ação do romance, o que ele representa?

AC – Este personagem (de todos os do romance, um dos que eu prefiro, embora não ocupe mais de três ou quatro páginas) encarna a meu ver o líder popular, como foi por exemplo o mexicano Emiliano Zapata, ou outros na América Latina que são, por assim dizer, os revolucionários em estado bruto... Isto é, eles representam mais uma praxis do que uma ideologia. Eles sabem contra quem estão lutando, porque estão lutando, mas, se encontramos neles um impulso telúrico, instintivo, muito bem orientado, falta-lhes uma filosofia da revolta, da revolução... Zapata era o homem do campo que queria a recuperação da terra pelos camponeses, mas que não podia de forma alguma ir mais além, de um ponto de vista teórico. Agora, no que concerna à obra artística do

meu personagem, Miguel Estátua, tomei como modelo esse grande escultor espontâneo, espantoso, do século XVIII brasileiro, que foi o Aleijadinho, ao qual devemos os projetos barrocos que se encontram na entrada da igreja de Congonhas do Campo. E, em meu romance, eu o *dublei* de líder político espontâneo.

F.B. – A ação de *Recurso do Método* situa-se no início do século, nessa época em que os senhores latino-americanos, já submissos ao imperialismo norte-americano, vivem ainda no culto à França, à Europa. Quais as raízes históricas dessa admiração?

AC - O fato de que muitos homens na América Latina tenham se voltado para a França em busca de um enriquecimento em sua cultura, em suas obras e realizações, não data do começo do século XX. As guerras de independência que se desencadeiam por volta de 1810 e terminam praticamente em todo o continente com a batalha de Ayacucho, no Peru, em 1824 (num tempo récorde se levarmos em conta as distâncias, as cordilheiras, as dificuldades que os exércitos tinham que enfrentar) essas revoluções, essas guerras que – não se pode esquecer – foram as primeiras guerras anticoloniais da história, foram organizadas sob o signo de Jean-Jacques Rousseau (cujo **Contrato Social** havia produzido uma profunda comoção) sob o signo de Voltaire, de Montesquieu, com *O Espírito das Leis*, e dos enciclopedistas em geral. Seus textos eram proibidos na América Latina, então sob domínio espanhol ou português. Mais uma razão para que todo mundo possuísse os seus livros e os passasse às escondidas e os lesse. Depois se fez a independência e nesse momento, para os homens que tinham sido formados no continente e que constituíam uma nova classe, uma nova casta, uma nova raça que se chamava os *criollos* (4), era inútil olhar para a Espanha em busca de um certo alimento intelectual. Na verdade, e não sou eu quem diz, é José Ortega y Gasset (5) (basta ler o prólogo de suas *Meditações sobre o Quixote*), o século XIX espanhol foi, do ponto de vista intelectual, um dos mais pobres da cultura européia...

Ao contrário, quando esses mesmos homens se voltam para a França – o país que lhes transmitiu as idéias que levaram às guerras de independência –, deparam com um dos mais extraordinários séculos da história. Pois o século XIX em França é prodigioso não somente pelos indivíduos que criou, mas também porque esses indivíduos proliferaram em todos os campos. É Balzac, Flaubert, Zola, no romance. Na pintura, é Delacroix, o impressionismo. É Victor Hugo, Baudelaire, Rimbaud e todas as escolas do final do século; é a ciência, Claude Bernard, Pasteur; é a música, pois embora não tenha havido muitos compositores, sem Berlioz não haveria orquestra moderna, e é Debussy (pois a formação de Debussy é do século XIX), que rompeu todas as cadeias, todas as teorias harmônicas que prevaleciam até então. Portanto, os latino-americanos se alimentaram da matéria intelectual, artística, musical etc. que a França lhes fornecia. Quando chega o século XX, esse movimento continua, por velocidade acumulada, até os anos trinta. Mesmo um tirano como Porfírio Díaz no México – o recordista de permanência no poder em todo o continente – mesmo, anteriormente, um Guzmán Blanco na Venezuela, e outros tiranos, são literalmente hipnotizados, até 1930, pela cultura francesa, pelo refinamento; em suma, para eles Paris é a Meca, o farol-guia.

E foi então, com uma campanha muito habilmente orquestrada, que os Estados Unidos, decididos a penetrar sorrateiramente na América Latina, a adquirir não apenas as suas terras, as suas usinas e riquezas, mas também a dominar a sua cultura, começaram a nos dizer: "Mas por que, por que olhar para a França? A Europa está em decadência, a velha Europa acabou, não há mais nada lá; nós somos os mestres da técnica, nós é que vamos lhes ensinar os caminhos do futuro, nós é que vamos lhes ajudar". E foi a partir daí que os Estados Unidos se impusseram em nossa cultura, transformando os hábitos, transformando em certo sentido os costumes, por meio da publicidade, da compra de jornais e tudo o que se seguiu.

Todavia, essa infiltração norte-americana, geralmente muito bem camuflada, não conseguirá arrancar do intelectual latino-americano o interesse pelo que se produz na França, porque, afinal de contas, os franceses falam uma língua romântica, descendem da grande cultura greco-latina de que fomos em parte herdeiros, embora essa cultura tenha sido enriquecida pelos índios e pelos africanos. Dito isto, ela está de tal forma ligada ao nosso desenvolvimento que não podemos nos despojar, nos separar dela. Os Estados Unidos poderão nos propor tudo o que quiserem, mas nenhuma tradição nos liga a esse país, e além do mais o imperialismo americano nos divorciou completamente de tudo o que se relaciona com a assim chamada "democracia americana".

FB - É de supor que sua formação pessoal tenha algo a ver com o fato de que tenha escolhido retratar, precisamente, um tirano afrancesado...

AC - Digamos que o fato de ter tido um pai de nacionalidade francesa, de ter me banhado nessa cultura desde a infância, me permitiu compreender particularmente bem o mecanismo mental dessa personagem que se chama o "déspota esclarecido"... Eu tinha que escolher entre três tipos de tiranos: há, antes de mais nada, o simples tirano de chicote e pistola, tipo Solano López, do Paraguai, que, pela sua crueldade, sua psicose da traição, sua ambição de poder, praticamente não tem paralelo em nossa história, ou então tipo Juan Vicente Gomez, que jamais foi capaz de redigir uma única carta e, quando tomava notas, escrevia como uma criança de seis anos... Há ainda o ditador puro e simples, essa espécie de indivíduo que conhecemos em Cuba na pessoa de Machado, que recebeu de uma universidade submissa e dominada o título de doutor *honoris causa* pouco antes que os estudantes se revoltassem corajosamente e contri-

continua na página ao lado

"Que o artista levante questões"

continuação da página ao lado

buíssem para a sua queda. Doutor *honoris causa* em quê? eu gostaria de saber...

Mas há também uma terceira personagem, muito mais complexa e talvez mesmo mais interessante: o déspota ilustrado, de que Guzmán Blanco, da Venezuela, é o exemplo típico. Ele lê livros famosos, tem uma casa em Paris, viaja, volta a seu país, parece muito cultivado, dá a impressão de proteger as artes, as letras etc., e; afinal, indiretamente, utilizando homens de confiança, comete os mesmos crimes que o tirano de pistola. Esse é o meu personagem central, com todo o *décor* que cerca esse tipo de indivíduo, infelizmente demasiado frequente através de nossa história.

FB - O título do seu romance surpreende. Por que esse jogo de palavras com a obra do pensador francês *Descartes: O discurso do método*?

AC - Eu tenho o costume, mesmo que não o respeite sempre, de dar a meus livros títulos que simultaneamente tenham e não tenham algo a ver com o seu conteúdo. *O Reino deste Mundo*, por exemplo, recebeu esse título em oposição ao reino dos céus de que falam os teólogos. Quando propus *O Século das Luzes*, meus editores disseram: "Isso parece mais um ensaio sobre o século XVIII do que um romance". Respondi: "Na verdade, dei esse título ao meu livro porque o *Século das Luzes*, que simboliza a sabedoria, o pensamento filosófico, a paz, a calma, o ápice de toda uma civilização, é igualmente um dos séculos mais sangrentos da história: economia colonial baseada no escravagismo, castigos, bruxaria, massacres de protestantes, ocultismo, místicas estranhas etc.

Quanto ao *Discurso do Método*, trata-se do Descartes às avessas, porque eu creio que a América Latina é o continente menos cartesiano que se possa imaginar... Todos os capítulos, vinte e dois no total, estão ligados entre si, sem exceção, por reflexões de Descartes tiradas do *Discurso*, das *Meditações Metafísicas* e das *Paixões da Alma*, que, apesar de sua inflexibilidade, vêm secundar atos completamente loucos. Há pois uma oposição constante com um pensamento cartesiano que, mal utilizado, poderia justificar os piores excessos.

"O atual romance latino-americano é um romance profundamente engajado na sua época. Não pode ser de outra forma. Hoje o romance latino-americano será engajado ou não será. Em todo caso, será um romance épico"

FB - Abordemos agora, se o desejar, as condições da criação literária e artística em seu país, hoje. No capítulo VI da Constituição, "Educação e Cultura", ressalta-se este princípio: "A criação artística é livre, sob a condição de que seu conteúdo não seja dirigido contra a revolução. As formas de expressão na arte são livres". A linha traçada a partir de 1961 pelo governo na "Mensagem aos Intelectuais" (todos os direitos para quem estiver com a revolução, nenhum direito para quem estiver contra) não mudou, portanto?

AC - Antes de 1959 o escritor não existia em Cuba. Ele não conseguia ser editado e, além disso, era considerado um pária pela sociedade. A revolução deu-lhe uma dignidade, assim como a possibilidade de ser lido, graças às edições do Estado e à campanha de alfabetização, que foi um acontecimento que transformou a vida do país, permitindo-nos fazer edições de mais de cem mil exemplares de alguns livros clássicos. A partir daí, novos escritores, novos autores de teatro, novos músicos se revelaram. Não estou dizendo que todas as suas obras são o reflexo da revolução (ninguém, aliás, exige isso...); digo que elas puderam ver a luz do dia graças a um contexto criado depois de 1959.

Não vejo porque os trabalhadores iriam empregar o seu material, as suas máquinas e o seu esforço na produção de uma literatura contrária a seus próprios interesses, no momento mesmo em que a CIA dos Estados Unidos subvencionava (o fato foi reconhecido pela imprensa mundial) os jornais que precipitaram, no Chile, a queda do presidente Allende; no momento mesmo em que essa sinistra instituição – você talvez o ignore – compra editoras inteiras na América para difundir, sob a cobertura de firmas aparentemente "nacionais" e com diretores "nacionais", a pior literatura, inclusive a do sr. Soljenitsin, de tal forma ignorante do que se passa em nossos países que conseguiu desestimular, e mesmo irritar, pessoas que foram, antes, seus mais fiéis defensores... Você compreende que, tendo sofrido mais de quarenta intervenções e ocupações americanas em menos de um século, os latino-americanos apreciaram muito pouco os elogios do sr. Soljenitsin ao "American way of life". Não duvido, aliás, que esse senhor venha muito em breve a ser recebido como hóspede de honra pelo general Pinochet. "Cada homem em seu lugar", dizem os norte-americanos.

Agora, quando o governo diz: "Com a revolução, tudo; contra a revolução, nada", ele fala sobretudo no panfleto, do escrito contra-revolucionário. Porque, no que se refere à expressão artística, à expressão lírica, à expressão pessoal, cada um é livre para tratar dos assuntos que quiser, com a técnica que quiser. Nosso governo não pede aos artistas que produzam obras submetidas a consignas. Não há normas nem imposições. Nossos melhores pintores são tão "avançados" em sua expressão como os pintores mais "avançados" da Europa. Quanto aos jovens, eles se dedicam às mais audaciosas pesquisas plásticas... Nosso cinema utiliza as técnicas mais atuais, mais complexas, nos domínios da imagem e do som. Nossos compositores dispõem, pela primeira vez, dos meios necessários para realizar experiências nos domínios da música eletrônica. Quanto às edições do Estado, seria bom assinalar que elas publicaram centenas de livros cubanos (poesia, romance, ensaios...) sem a menor relação, por seu conteúdo, com o processo político. E lembremos também que elas fizeram grandes tiragens de Proust, Kafka, Joyce, Robbe-Grillet...

Porque afinal literatura não deve ser sermão, uma literatura apologética. Não é indispensável (longe disso!) que ela comporte uma *moralidade* final... Já aconteceu e acontece frequentemente que um escritor que jamais pensou em ser crítico reflita uma verdade de maneira tal que ela se torna mais crítica que a de outros escritores que se gabam de obter nos seus textos interpretações agressivamente revolucionárias. Pode-se dar o exemplo de Balzac, mas gostaria de lembrar também, no século XX, o caso de Marcel Proust. Proust, que adorava o mundo das Guermantes, que adorava o mundo da alta burguesia francesa, ao vê-la como ela era e descrevê-la na sua crua realidade, acabou por fazer, no *Tempo Reencontrado*, uma verdadeira dança macabra, entoando um canto de réquiem. Portanto, não se pode confundir uma obra revolucionária e uma obra doutrinária. Que o artista mostre os problemas, levante as questões... Se não é capaz de resolvê-las, a história, a vida darão as respostas.

FB: A transformação de sociedade em seu país, com as perturbações que provocou e provoca, já começou a inspirar a nova geração de escritores?

AC: Aí está. A transformação, de uma sociedade não é coisa fácil, suave, e sobretudo não se faz num dia. Há valores do passado que devem se transformar e é completamente impossível considerar as estruturas presentes, novas, sem fazer o contraste com as anteriores, as antigas.

Sempre me impressionou esse fato: os primeiros grandes romances da literatura soviética só aparecem oito, nove, dez... treze anos depois da revolução. A primeira grande obra, que é a de Vsevolod Ivanov (6), ainda focaliza a guerra civil, isto é, um ciclo conturbado que terminou em 1922, 1923. Os romances que, por conseguinte, irão tratar do socialismo e da revolução soviética, como a trilogia magistral de Alexis Tolstoi, se produzem dez, doze anos após o fato, porque o desenrolar revolucionário é de tal forma rápido que o romancista não pode acompanhá-lo no dia a dia: tem que considerá-lo com um certo recuo, com uma certa defasagem, o que não é o caso da narrativa breve, da *nowela*. Esta, devido a sua brevidade, pode estar mais próxima do acontecimento imediato. E é sem dúvida por esta razão que a literatura cubana de hoje pode alinhar mais de vinte contistas de primeira ordem, que se inspiram em episódios, em peripécias e contingências que marcam nossa vida mais contemporânea.

Para o romance de grande fôlego, o problema se coloca de forma bem diferente: a transição do passado para o presente é tão interessante, tão apaixonante – é um momento de transfiguração, de multiplicação dos valores, de substituição de certos valores por outros – que não se pode repreender os romancistas cubanos por começarem frequentemente com uma visão do passado antes de se projetar no presente. Foi em todo caso o que fiz no romance que estou concluindo e que se intitulará provavelmente *A Dança Sagrada*. A ação começa durante a guerra da Espanha em 1937, no meio das Brigadas Internacionais, e termina com a batalha da Baía dos Porcos (7), em Cuba.

FB: O sr., que vive com um pé no continente europeu e um pé na América Latina, pode nos dizer que caminhos se abrem, a seu ver, para o romance contemporâneo? Estará ele "em crise", como alguns afirmam?

AC: Sim, num certo sentido, essa crise existe. Particularmente no que se refere ao romance "psicológico" numa época como a nossa. É preciso dizê-lo: só nos resta a fazer "análises do coração" quando vivemos o vasto drama de toda uma reviravolta dos valores, de mutações e acelerações, em que mesmo as línguas, perseguidas pela técnica, sofrem profundas transformações... Ora, os amores felizes ou infelizes de Paul e Jeanne (8) não nos interessam mais, mesmo que a eles se misture a obcenidade, de que já estamos amplamente fartos. E sobretudo se tudo isso é acompanhado, como ocorre frequentemente, de diálogos que soam tão falsos.

Um homem de talento pode falar talentosamente de sua infância, de seu pai, de sua avó, de suas desventuras conjugais... Eu me recuso a frequentar essa família, simplesmente porque ela me aborrece e há coisa mais importante a fazer, no momento, do que falar da sua família ou dos seus amores, numa época em que metade do mundo desperta e avança, às vezes tragicamente, enquanto a outra metade vive no horror e no sangue.

O único romance válido em nossa época, na minha opinião, é o que nos mostra o homem colocado num contexto coletivo, em luta com os grandes problemas de sua época. Literatura *engajada*, você diria? E... por que não? Apenas a palavra mudou. Antes se dizia "romance de tese" ou "romance de idéias". Somente hoje, em que a palavra "engajamento" é tomada unicamente num sentido político, se assiste a este fato estranho: aqueles mesmos que extorquem os romances de quem quer que seja, assim como Soljenitsin que se gaba de ter "escolhido a liberdade", olham para a literatura "engajada" com um ar superior. A obra de arte engajada não é uma obra de arte, dizem eles. "O engajamento estraga, de antemão, qualquer inspiração". "O engajamento desvia a arte de seu objetivo verdadeiro e com ele o artista perde os seus dons", etc. Essas pessoas esquecem que o *engajamento* existiu em todas as épocas e que nós lhe devemos as obras mais extraordinárias. Tudo depende, naturalmente, da maneira como é feita a obra "engajada". O que? *Tartufo* não era uma obra engajada e mesmo perigosamente engajada? E *As Bodas de Fígaro*, com seu monólogo explosivo? E *A Religiosa*, de Diderot? E *Os Miseráveis*, de que você pode gostar ou não, mas que é seguramente o livro mais traduzido e mais lido do mundo depois do *Dom Quixote*? E *L'Assomoir* e *Germinal*, e *La Débâcle*? E a esplêndida barricada de Delacroix? E toda a obra de Daumier, e Goya, e *Guernica* de Picasso, um dos mais belos quadros do século XX? Mas, qual o quê, tudo isso, para esses finos espíritos, não passa de *mau engajamento*...

Na verdade, os maiores romances são os que mostram o homem envolvido com os conflitos de seu tempo, mesmo que esse homem não tome partido. *A Educação Sentimental*, de Flaubert, é a paixão de Frédéric Moreau por madame Arnoux, mas é *também* a revolução de 1848. A duquesa de Guermantes Swann, Charlus... são também o caso Dreyfus e a guerra de 1914-1918, com um grande réquiem final. Joyce é *Ulisses*, mas também a cidade de Dublin que faz sua entrada triunfal na literatura. E se *Os Conquistadores* e *A Condição Humana*, de Andrés Malraux, tiveram um sucesso colossal quando apareceram é porque o público, para além das tolices "psicológicas" de autores (cujo arquétipo é Bourget) que foram por mais de trinta anos qualificados de "sutis" e "profundos", se encontrava, afinal, ante dois romances épicos.

"Um homem de talento pode falar talentosamente de sua infância, de seu pai, de sua avó, de suas desventuras conjugais. Eu me recuso a frequentar essa família. O único romance válido é o que nos mostra o homem em luta com os grandes problemas de sua época"

E creio precisamente que o atual romance latino-americano é um romance engajado profundamente na sua época, época capital para a história de todo o continente. Não pode ser de outra forma. E da mesma maneira que Breton dizia que "a beleza será convulsiva ou não será", se poderia dizer que hoje o romance latino-americano será engajado ou não será. Em todo caso, ele será um romance épico.

1) 1853-1895. Grande escritor, poeta e político, José Martí consagrou a sua vida e seu talento à causa da independência de Cuba.

2) Pensador espanhol (1882-1954), grande crítico de arte.

3) 1899-1934. Poeta (**La Pupila Insomne**), *voltou-se para o marxismo em 1927 e, depois do assassinato de Júlio Antonio Mella, chegou mesmo a dirigir o partido comunista de Cuba, ilegal, que o último fundara em agosto de 1925.*

4) O homem branco das colônias espanholas.

5) Ensaísta e filósofo espanhol (1883-1955), fundador da **Revista de Occidente**.

6) **O Trem Blindado 1649.** *O mesmo se poderia dizer de* **Cavalaria Vermelha**, *de Babel. (Nota de Alejo Carpentier).*

7) 17-19 de abril de 1961. Esmagamento do desembarque contra-revolucionário, organizado a partir dos Estados Unidos, em Playa Girón, Baía dos Porcos.

8) Seria como se o autor se referisse para o público brasileiro, aos amores românticos, tipo **A Moreninha**, *ou outros, mais recentes, no mesmo gênero.*

LIVROS

Fantasiados de branco

Clóvis Moura

Thomas E. Skidmore – Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Ed. Paz e Terra – Rio, 1976. 328 pags.

O conhecido historiador norte-americano Thomas E. Skidmore, que já lançou no Brasil o seu livro *"Brasil: de Getúlio a Castelo"*, apresenta ao público um novo trabalho onde tenta estudar o problema racial brasileiro e o conceito de nacionalidade através da produção das nossas elites intelectuais. Como podemos ver, trata-se de um empreendimento ambicioso, pois o autor escolheu como tema a visão diacrônica do nosso pensamento, destacando as conexões íntimas que existem entre o pensamento elaborado pela intelectualidade representativa da cultura dominante, a formação de uma nação e o modelo ou imagem de nacionalidade que daí decorre. Pretende o livro não se situar em um nível meramente narrativo das idéias expressas pelos intelectuais brasileiros, mas desenvolver e interpretar os mecanismos que fizeram emergir da nossa sociedade determinado tipo de pensamento, no caso particular relacionado com a raça e a nacionalidade.

O autor estabeleceu alguns postulados metodológicos com os quais manipula a realidade e seleciona os seus elementos mais importantes. Para tal, trabalha com o conceito de *elite*, ou, mais particularmente, de *elite intelectual*, embora sem explicitar detalhadamente o que se poderia, no seu entender, tomar-se por tal no transcorrer dos diversos períodos da nossa história social e cultural. Procurou, através de um *corte* no conjunto da intelectualidade brasileira, selecionar uma série de autores para ele mais significativos no particular. Ao mesmo tempo, esses elementos por ele selecionados, passariam a constituir uma elite representativa do nosso povo, afirmando por isto que "quando digo o que 'os brasileiros' pensavam e queriam, refiro-me à elite". (p. 13)

Como não podia deixar de ser, a primeira etapa escolhida por Skidmore para sua análise foi justamente a que elaborou um pensamento no contexto escravista, tendo em vista a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e as conotações ideológicas que a necessidade dessa mudança social geraram no seio da nossa elite intelectual. Exatamente na crista do sistema escravista gera-se um tipo de pensamento liberal que tinha como meta a libertação do *escravo*. O *negro*, como etnia, ficou diluído num meio-tom impreciso, mesmo porque, dentro do bojo daquilo que se convencionou chamar *o problema da mão de obra*, já se forjavam os elementos ideológicos que mais tarde desenvolveriam uma imagem negativa do negro, na medida e na proporção em que o problema da sua substituição como trabalhador livre pelo imigrante assumia o primeiro plano, após o 13 de Maio. O autor, posteriormente, numa reanálise do pensamento que a elite que lutou pela Abolição tinha do negro e de outras etnias não européias, cita a opinião de Nabuco, quando foi sugerida a possibilidade de serem importados trabalhadores asiáticos para o Brasil. O espírito de branqueamento que caracterizou o pensamento de Nabuco nessa ocasião é mais visível num episódio que Skidmore não cita mas achamos necessário divulgar.

Quando da morte de Machado de Assis – cujo pensamento o autor não analisou suficientemente, nem como um omisso no processo abolicionista, nem como escritor que transformava as suas personagens em verdadeiras arianas desgarradas no trópicos – José Veríssimo escreveu um artigo onde chamava o autor de "D. Casmurro" de mulato. Nabuco retrucou-lhe da seguinte forma: "Seu artigo no jornal está belíssimo, mas esta frase causou-me arrepio: 'Mulato, foi de fato grego da melhor época'. Eu não teria chamado o Machado de mulato e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. Rogo-lhe que retire isso quando reduzir os artigos a páginas permanentes. A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etmologia. O Machado para mim era um branco e creio que por tal se tomava; quando houvesse sangue estranho, isso em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica".

Negro ou escravo?

Na época que antecedeu a Abolição, o que estava sendo discutido não era o *negro*, mas o *escravo*. Como tipo nacional escolhido pela intelectualidade, o índio supria com símbolos mortos e anódinos a necessidade de se apresentar, ao nível de herói-síntese nacional, um representante que correspondesse ao ideal da nacionalidade. Como diz muito bem o autor: "Com a maturidade do romantismo literário, o índio tornou-se o símbolo das aspirações nacionais brasileiras". Mas, o autor – segundo pensamos – não destacou suficientemente por quais motivos, justamente quando se inicia e aguça a luta pela libertação dos escravos negros, a elite intelectual brasileira recorre a um elemento que não

Thomas Skidmore

participava mais do dinamismo dos setores que se devenvolviam e se friccionavam na sociedade brasileira em crise. Esta conexão mais profunda (muitos românticos, inclusive José de Alencar, eram escravistas) o autor não aprofundou como seria necessário, embora não a tivesse ignorado.

Um fato histórico que, para o autor, não fazia parte do processo natural de desenvolvimento da sociedade brasileira – a Guerra do Paraguai deflagra a primeira fase de uma consciência crítica na elite intelectual brasileira. Obriga-a a repensar a nossa realidade racial porque "a carência de voluntários aceitáveis para o exército tornou necessário o recrutamento compulsivo de escravos, muitos dos quais provaram ser excelentes soldados". Daí até 1888 os acontecimentos se precipitam: Funda-se, em 1870, o Partido Republicano; o Partido Liberal cinde-se, formando-se, com elementos do seu seio, o Partido Liberal Radical; o Exército aparece como uma força organizada, e desponta, no campo das idéias, aquilo que depois seria chamada de Escola de Recife.

Concomitantemente, substituindo o ecletismo, até então dominante, aparece o positivismo, que ganha corpo entre a intelectualidade e uma ala de militares. O problema racial ainda não tinha sido questionado, pelo menos com roupagens *científicas*. Há, a partir daí, a penetração do pensamento alemão, de um lado, e o de Comte, Littré e Laffite, do outro, formando-se, dentro daquilo que o autor denomina de elite intelectual, um choque de idéias importadas, das quais o positivismo será a mais importante.

Mas, quando há necessidade de uma reciclagem demográfica, no sentido de suprir de mão-de-obra livre as regiões pioneiras que nasceram a partir do fim da escravidão é que a questão do *negro* surge, é discutida e a sua conexão com a formação da nacionalidade é bem mais visível. Os antigos abolicionistas se insurgem contra a medida de serem importados trabalhadores asiáticos ou negros. Vem à tona, desta forma, junto ao problema da raça, o problema da opção para o tipo racial que irá representar a nacionalidade brasileira.

Há, por isto, necessidade de uma racionalização para justificar-se aquela preferência. E aí estavam à mão os cientistas europeus com as suas teorias sobre o clima, mas, especialmente, sobre o homem. As teorias da evolução da espécie humana servirão, no contexto brasileiro, para justificar a predileção das elites intelectuais e dirigentes pelo trabalhador branco europeu e justificar a necessidade de um branqueamento progressivo da nossa população. A obra de Henry Thomas Buckle *História da Civilização na Inglaterra* é traduzida em 1900, por Adolfo J. A. Melchert, com um longo estudo "filosófico-histórico" de Pedro Augusto Carneiro Lessa, em 5 volumes. Lia-se Darwin, e outros materialistas, especialmente alemães, que nos chegavam em traduções francesas e portuguesas e especialmente Gobineau.

O papel dos imigrantes

Enquanto se formava e desenvolvia na base uma sociedade multirracial, as nossas elites se municiavam para provar a necessidade de acabarmos com o "mascarvo nacional" e nos transformarmos em uma nação branca. Essa elite, ao tempo em que assimilava esses elementos de alienação, procurava, por outro lado, estabelecer uma política migratória capaz de branquear a sociedade brasileira. E o trabalhador nacional, composto, na sua esmagadora maioria, de negros e ex-escravos ou de mulatos, foi sendo expulso, paulatinamente, à medida que chegavam as ondas sucessivas de imigrantes, do centro para a periferia do sistema que se formava. Este fenômeno também não foi suficientemente analisado pelo autor, que preferiu ficar na análise brilhante do conteúdo dessas teorias, esquecendo-se de vê-las, fundamentalmente, como elementos respaldadores dos mecanismos reguladores dos interesses das classes dominantes.

Esse processo de marginalização do negro e dos seus descendentes diretos, cujas causas eram explicadas na época como fruto da própria inferioridade racial, ficou, no livro, retratado de forma tênue e impressionista. A subordinação dessas teorias a mecanismos reguladores da sociedade competitiva que se formava e a marginalização massiva dos ex-escravos não foi apresentada, pelo autor, como um dos elementos que determinaram, da parte das elites, a elaboração de teorias racistas ou autoritárias capazes de manter essa massa sob controle ideológico e político. Por outro lado, ele não destacou suficientemente como esse processo de alienação, fruto da *ideologia do colonialismo*, atingia também segmentos dessa elite que desejavam, de fato, criar uma nacionalidade de conteúdo democrático, multirracial e não preconceituosa. Poucos foram, porém, os escritores que, antes de 1920, tiveram possibilidades efetivas de resistir a essa onda arianizante que se projetou sobre a nossa intelectualidade. Um exemplo raro e convincente foi o de Lima Barreto, escritor que o autor não valorizou devidamente. Se Skidmore fizesse com as obras de Lima Barreto, especialmente *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Clara dos Anjos*, o mesmo tipo de análise que fez o romance *Canaan* de Graça Aranha, teria conseguido demonstrar como, mesmo em alguns segmentos dessa elite, existiam nódulos de resistência a esse pensamento alienador.

Mas, nos escritores que vão até 1920, o diapasão é o mesmo: a necessidade de extinção das "raças fracas" e a emergência de uma nação formada exclusivamente por brancos. Skidmore demora-se na análise desses autores: Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Graça Aranha e outros, todos, de uma forma ou de outra, maldizendo o fato de sermos uma nação composta de negros e mestiços. No particular, realizou um trabalho notável, não se deixando influenciar por certos autores que procuram justificar biblicamente todos os erros dos seus ídolos, como é o caso de Euclides da Cunha. Analisou, também, com propriedade, a contrapartida ao pensamento desses autores, detendo-se nas obras de Alberto Torres, Manoel Bonfim e daqueles que já preconizavam como desmoralizadas as teorias até então tidas como irretorquíveis pelo seu "caráter eminentemente científico". O caso de Manoel Bonfim, tão bem destacado pelo autor e tão esquecido pelos ensaístas brasileiros, é típico de como os nódulos de resistência da intelectualidade não se deixavam envolver pelo *cientificismo* dessa elite.

Racismo e autoritarismo

O paralelismo entre as teorias racistas e as autoritaristas parece-nos que não foi suficientemente analisado. Como, no espaço de que dispomos, não podemos fazer uma análise profunda dessa conexão, queremos apenas lembrar que, quando da instalação do Estado Novo, ao tempo em que as associações negras eram perseguidas e fechadas, surgiram teóricos do autoritarismo (o próprio Oliveira Vianna foi um deles) que defendiam a criação de uma nacionalidade rigidamente hierarquizada, na qual todos funcionassem nos seus "devidos lugares". Um desses teóricos, o sociólogo Azevedo Amaral, chegou a escrever um livro no qual afirmava que "o Estado Novo realizou uma transformação radical (...) A nação não é mais um vasto rebanho cujo destino era apenas pagar impostos e levar às urnas os nomes ilustres dos dinastas da República. Nação e Estado estão hoje identificados e, com o desaparecimento dos políticos profissionais, a Política tornou-se matéria sobre a qual cada cidadão, por mais humilde que seja, tem não apenas o direito mas o dever de formar opiniões e de pronunciar-se, com a esperança de atuar na direção do Estado com a parcela mínima dos frutos da sua experiência pessoal". (O Estado Autoritário e a Realidade Nacional, p. 7)

Citamos este trecho apenas para frisar que este "sonho de branqueamento" criado pelas elites intelectuais têm uma função social bem delimitada: servem como ideologia dos estratos deliberantes de uma nacionalidade que precisa manter aquelas grandes camadas marginalizadas por um processo secular de sujeição, nos mesmos estratos onde se encontram; sem perspectivas de uma reformulação do seu posicionamento no conjunto da sociedade. Desta forma, o autoritarismo e a filosofia do branqueamento constituem um todo, formam um amálgama compacto, com funções bem definidas no contexto contraditório da nossa sociedade.

A opinião de Fernando de Azevedo, citado pelo autor já no final da obra, mostra, muito bem, como o sonho de branqueamento continua, não apenas nas elites intelectuais, mas em vastos segmentos da população brasileira. O preconceito de cor, que muitos autores teimam em afirmar que não existe, mas as pesquisas comprovam a existência, é um dos parâmetros dessa filosofia que persiste confundindo os segmentos negros e mulatos da nossa sociedade, procurando inferiorizá-los a partir da sua própria auto-análise.

Quanto à parte comparativa entre o preconceito contra o negro no Brasil e nos Estados Unidos estabelecido pelo autor, parece-nos que ele caiu numa posição idêntica à de Gilberto Freyre e Frank Tannenbaum, que procuram ver formas mais ou menos benignas na escravidão. No caso do preconceito de cor, do racismo e do seu diversificado leque de manifestações, acho que procurar destacar conotações diferenciadoras, no sentido de apresentar-se um como melhor (por mais benigno) do que o outro, ou afirmar-se que a forma *aberta*, pelo contrário, como a existente no Brasil, dificulta a conscientização do negro (o que é verdade) porque ele têm possibilidades de branquear-se, o que não acontece nos Estados Unidos, parece-nos subestimar a essência irracional global de ambas as manifestações. Tenho certeza de que o autor, ao estabelecer essa diferenciação, não o fez com tal intenção, pois o seu pensamento democrático atravessa todo o livro e é, mesmo, um dos seus aspectos mais significativos. "Cá e lá mas fadas há", infelizmente. Cada uma com a sua roupagem, umas segregacionistas, outras permitindo um espaço social maior (muitas vezes ilusório) para o negro se movimentar, porém todos mutilando-lhe a personalidade, e, também, a dos que aceitam o preconceito.

O sonho de branqueamento das elites intelectuais, a escamoteação da nossa composição étnica, a vergonha de nos apresentarmos perante o estrangeiro, e, acima de tudo – o que é mais importante – perante nós mesmos como um país de mestiços e negros, infelizmente ainda persiste. Manifesta-se no cotidiano de grandes parcelas da população brasileira, deformando o nosso *ethos* nacional e fazendo com que, dentro do espaço que compõe a nacionalidade brasileira, criem-se barreiras além daquelas que a própria sociedade competitiva já estabelece.

Pelo tema em debate, pela massa de informações que transmite, o livro do Prof. Thomas E. Skidmore é uma valiosa contribuição ao estudo da nossa realidade histórico/social.

"...o sonho de branqueamento continua, não apenas nas elites intelectuais mas em vastos segmentos da população brasileira"

A imprensa do leitor depende exclusivamente das vendas e assinaturas para sobreviver. Leia, divulgue e mobilize seus amigos para assinar MOVIMENTO

(6.2)

Entre o palco e o fã clube

Entrevista com o ator Antônio Fagundes, que inicia a temporada carioca de Muro de Arrimo no momento em que é curtido pelas fãs da TV como o Prefeito Lua da novela Saramandaia

Maurício Azêdo

Mais ou menos na altura da metade do monólogo de 75 minutos que mantém diante da platéia, Antônio Fagundes sai da cena por um minuto. Enquanto o público acompanha a transmissão dos minutos que antecedem ao jogo do Brasil pelas semifinais da Copa do Mundo de 1970, o ator aproveita esse pequeno intervalo da peça de ato único para descer ao camarim e tomar um copo de leite. *Muro de Arrimo* (1), de Carlos Queiroz Telles, é um torneio verbal e físico extremamente cansativo para o ator: além de falar quase sem parar durante mais de uma hora, criando movimentos num espaço de menos de cinco metros quadrados para reconstituir a força dramática do texto, Fagundes executa também um trabalho braçal. Toda noite, como eficiente pedreiro da construção civil, munido de colher de pedreiro e massa, ele ergue um muro que ao final do espetáculo o diligente contra-regra desmontará até a representação seguinte.

Há duas semanas no Teatro Ipanema, na Rua Prudente de Moraes, Zona Sul do Río, única casa que encontrou após esperar meses por um teatro disponível, Antônio Fagundes pouco tem a ver aqui com o Prefeito Lua da novela *Saramandaia*, vista diariamente através da TV Globo por milhões de espectadores do país inteiro, apesar da importância que essa novela tem na carreira desse carioca de 27 anos, nascido no Leblon e que se criou e se formou em São Paulo.

Em *Muro de Arrimo*, Carlos Queiroz Telles reproduz a vida, o trabalho, as aspirações e as ilusões de um trabalhador da construção civil, mostrando como, a partir de noções que absorve durante o clima que cerca uma Copa do Mundo, o homem coisificado incorpora valores e idéias que nada têm a ver com a sua existência como ser social, sua posição real numa sociedade fraturada. Com base no caso real do pedreiro José Ribeiro, 35 anos, sete filhos, tuberculoso e que morreu junto a uma bandeira nacional por desgosto de ver o Brasil perder a Copa do Mundo, Queiroz Telles reconstruiu o universo dos operários de obras, gente capaz de se iludir com as coisas que constrói para não fruir.

"Êta mundaréu de cidade! É obra para todo lado. Graças a Deus, trabalho agora é o que não falta. Bendito BNH! Bendito progresso! Bendito país!", diz num assomo de entusiasmo o operário Lucas de Fagundes, que sonha ganhar um liquidificador e só recua no sonho porque tem lapsos de volta à realidade. "O que é que eu ia fazer com um liquidificador? Merda. Nós não temos nem dinheiro para comprar fruta em casa... Olha o trabalho, Lucas"!

No estreito camarim de menos de dois metros quadrados do Teatro Ipanema, Fagundes confessou a **Movimento** que está vivendo uma experiência nova tanto na televisão como no teatro. A TV conduziu-o a uma situação inesperada: um ator formado pelo Teatro de Arena de São Paulo, um dos mais importantes grupos já surgidos no País, a aparecer de calção de banho abraçado com a mulher na capa da revista *Fatos & Fotos/Gente*, a dar entrevistas para a revista de fotonovelas *Capricho*, a ler cartas de fãs apaixonadas. No teatro, há o desafio deste monólogo.

"Eu me interessei por este texto porque há muito não via o povo em cena, no centro do palco, desde que as peças de Plínio Marcos deixaram de ser montadas. Hoje em dia, os atores têm dificuldades de eles próprios produzirem peças que consideram dignas de serem levadas ao público. Primeiro, pela falta de recursos; depois pela escassez de textos. Como *Muro de Arrimo* repousa no trabalho de um único ator, pensei comigo: 'Com qualquer 10 mil cruzeiros eu mesmo monto essa peça'. Foi ilusão, porque a produção já consumiu mais de 100 mil cruzeiros. Mas valeu a pena, pela importância de *Muro de Arrimo*, a reflexão que provoca sobre o homem brasileiro. Eu me sentiria mal num espetáculo em que não tivesse nada para dizer".

Foi no Teatro de Arena de São Paulo que Fagundes incorporou essa visão de que o teatro deve dizer coisas, refletir sobre o homem. Ele se iniciou num dos grupos de teatro experimental do Arena, o Núcleo 2, como era chamado, depois de várias experiências em teatro de estudantes, entre o curso ginasial e o científico, no Colégio Rio Branco. Ali, além de participar de *shows* lítero-musicais, declamando poesias, teve um primeiro encontro com as realidades do outro teatro, o profissional, ao tentar encenar uma peça proibida: *Os Fuzis da Senhora Carrar*, de Bertolt Brecht, que quase lhe valeu uma expulsão do colégio.

A saída de Jairo Arco e Flexa de *Arena Conta Tiradentes* permitiu sua efetivação no elenco permanente do Arena. "O Arena constituiu uma experiência muito viva, pelo clima de criatividade que envolvia o grupo, sob a direção de Augusto Boal. Uma de suas iniciativas mais interessantes foi a Primeira Feira Paulista de Opinião, que consistia em tentar agrupar num espetáculo diversas formas de criação, sob a proposição geral *O Que Você Pensa do Brasil de Hoje*, que reunia textos de Boal, Plínio Marcos, Lauro César Muniz, Gianfrancesco Guarnieri, entre outros. O espetáculo levou 89 cortes, mas nós decidimos encená-lo na íntegra, enfrentando todos os riscos. Tentamos no Arena, depois em todos os teatros de São Paulo, mas todos foram interditados, um atrás do outro. Fomos bater num teatro em Santo André, onde finalmente a peça pode ser encenada como queríamos. Foi um 'ato de desobediência civil', como chamávamos então".

Desfeito o Arena, Fagundes tomou outro rumo, mas já profissionalizado como ator. Participou então de *Marta Saré*, de Guarnieri; *Cão Siamês*, de Antônio Bivar; *Pequenos Assassinatos*, de Jules Feiffer; *Castro Alves Pede Passagem*, de Guarnieri; *O Evangelho Segundo São Mateus*, de César Vieira; *Caminho de Volta*, de Consuelo de Castro, entre outras peças. Em *Hair*, cantou e dançou, experiência que repetiu em *Godspell*, na qual viveu o padre Jesus Cristo. A experiência mais estranha, porém, foi fora do palco.

"Houve uma época em que figurei no elenco permanente do Teatro do SESI de São Paulo, que mantinha peças em cartaz durante um ano, com entrada franca, o que significava que o público era formado pelo povão mesmo. Um dia me chamaram para assinar carteira profissional, pois nós tínhamos todos os direitos trabalhistas: férias, 13º salário, essas coisas que os atores desconhecem como trabalhadores. E me explicaram então que eu tinha de tirar uma abreugrafia. Eu nem sabia o que era isso, pois ator não tem direito a nada. Para mim, abreugrafia era uma novidade, uma coisa estranha: eu estava acostumado àquela rotina da vida do ator, que é sempre o prejudicado em tudo. No ensaio, que é a época em que ele trabalha mais, ganha apenas 50% do salário contratado. Entre uma peça e outra, o ator vive mal mesmo, sem dinheiro para nada. Muitos passam fome. Ali no SESI é que eu vi muitas vantagens que o ator desconhece".

Na TV, Fagundes tem hoje uma posição sólida. Ao passar da Tupi para a Globo, ele entrou numa faixa salarial superada pela dos *estrelões* (Tarcísio Meira, Glória Menezes, Francisco Cuoco, Regina Duarte e, agora, Lima Duarte, que ganham 80 mil cruzeiros por mês). O ingresso no *star system* não afetou a visão crítica que ele tem do trabalho na televisão, as limitações que oferece aos atores, mas não o leva a considerar a TV como um trabalho menor, que deva ser repudiado por um ator *sério*.

"A televisão é um processo gostoso, pelas características do trabalho, em que não é possível o aprofundamento em qualquer papel. O ator tem de se testar a cada cena e com frequência é obrigado a descobrir um gesto em dois minutos. O teatro, ao contrário, é resultado de uma pesquisa pessoal: você discute o personagem a cada espetáculo, leva tempo para definir uma fala, por mais insignificante que seja na aparência. Não há na tevê possibilidade de desenvolver a emoção e o raciocínio com a intensidade exigida pelo teatro. Por isso a TV oferece um perigo para o ator: o de ele se acostumar à superficialidade e se esquecer do resto".

Fagundes reconhece que a TV glamuriza o ator, transforma-o em objeto de adoração do público, como indica o grande volume de cartas que diariamente são enviadas aos artistas. É um aspecto importante da relação ator-público, que leva uma emissora como a TV Globo a manter um setor em que aplica 50 mil cruzeiros por mês unicamente para cultivar a correspondência entre os artistas e o público, abrindo-a, classificando-a, cuidando de responder às cartas. Partidas quase sempre da mesma faixa, as mocinhas sonhadoras que curtem o galã, as cartas têm mais ou menos o mesmo conteúdo, qualquer que seja a remetente ou o destinatário: as mocinhas dizem que são altas ou baixas, esportivas ou tímidas, gostam de praia ou preferem um lazer assim ou assado, têm tais ou quais hábitos. Após um lugar-comum quase inevitável ("Agora que você já me conhece..."), sapecam o pedido infalível: uma fotografia autografada pelo ídolo. Periodicamente, a TV Globo chama os atores para assinar retratos e respostas de cartas. É uma rotina incorporada à engrenagem de sedução do público.

"Chega um momento em que você sabe que tem de transar com tudo isso. A gente aprende a lidar com bom humor com essas coisas todas, a *ligar a chave*, como nós atores dizemos. Antigamente eu me preocupava com as perguntas formuladas numa entrevista, buscava uma forma de dar um molho especial à resposta. Se perguntavam a minha idade, eu engrenava uma confissão: 'Tenho 27 anos, mas ainda não me sinto amadurecido', um negócio desse gênero. Aos poucos você vai descobrindo que não existe pergunta séria nem resposta séria, que não importa saber se a capa é para *Amiga* ou para o *Time*. E você acaba descobrindo também que não pode perder a sensibilidade para as pessoas que escrevem para o artista: que elas vêem na TV. Eu leio todas: há cartas que são verdadeiras obras de arte, têm uma pureza verdadeira. Se a pessoa se sentou à mesa, escreveu, deu-se ao trabalho de fazer isso, a gente no íntimo fica desejando ter a mesma entrega, a mesma capacidade de aproximação que essas pessoas revelam".

Para Fagundes, o importante é que a consciência do ator não seja obscurecida por tudo isso que envolve seu trabalho na TV. Por isso ele se dispõe a usar a televisão naquilo em que ela facilitar o desenvolvimento de seu trabalho no teatro, permitir que leve à cena peças como *Muro de Arrimo*. E espera que a engrenagem da TV não faça os atores deixarem de refletir sobre a sua própria realidade profissional:

"A vida de quem faz teatro é um verdadeiro sofrimento. Para você produzir uma peça, mesmo com um ator só, como *Muro de Arrimo*, tem de pagar 30-40 mil cruzeiros por um teatro. Se a peça faz sucesso, você paga 25% da receita pelo aluguel do teatro. Se não faz sucesso, fica trabalhando de graça. Além disso, paga mais 12% dos direitos do autor, o que aliás é justo. Por um anúncio pequeno no jornal, o *tijolinho*, paga 6 mil cruzeiros por semana".

Lucas, o pedreiro de *Muro de Arrimo*, também reflete sobre a sua profissão. Ao se dirigir a outro pedreiro como ele, mas que o público não vê, faz o oposto de Fagundes: "Olha para cá! Pára de pensar e trabalha que é melhor! Trabalha, vagabundo, que pensar não serve para nada"!

*(1) **Muro de Arrimo** foi lançada em novembro de 1975 em São Paulo, onde ficou três meses em cartaz. A montagem carioca reproduz a da estréia: direção de Antônio Abujamra; cenário, figurino e programação visual de Elifas Andreato. Em São Paulo, a produção recebeu estes prêmios: Molière 75 de melhor autor e melhor diretor; Associação Paulista de Críticos de Arte por revelação de cenógrafo; Anchieta de melhor texto. Em cartaz no Teatro Ipanema, Rua Prudente de Moraes, 824.*

SAÍDA DE EMERGÊNCIA

Paulo Afonso Seefelder

Duas horas antes o restaurante não estava repleto de cotovelos nas pontas das mesas pronto e impecável pra começar a festa, e quando os músicos atacaram um extravagante mambo ao fundo das quatro colunas principais, Antonio fez um disfarçado esforço em meio à agitação momentânea pra continuar escutando o que lhe dizia o cavalheiro calvo dentro de um terno sóbrio que aproximou mais a cabeça de conformação craniana do espécime libris iniciativa; mesmo assim o ritmo acabou desarvorando as conversas na mesa e os dois desistiram se entregando impassíveis ao som da música. Antonio passou de leve a costa do dedo da mão bem feita na maçã do rosto alongado de barba curta e cuidada, que pôs um sorriso alheio e quase irônico pra sala marcada de mesas passo a passo, pra tentar lembrar que tinha um compromisso mais tarde ou pelo menos amanhã. Decidiu que muito possivelmente pra hoje mesmo, fazendo um ar de um lado pra o outro nas têmporas rebeldes e alguns fios brancos. Caiu o olhar melancólico e sereno, quase infantil nos momentos íntimos pra volta da mesa e se viu de repente ouvinte da parceira ocasional bem em frente a ele prato a prato. Manteve o rosto firme tentando imaginar se realmente seria interessante o percurso de barco pelos esgotos de Paris, conforme contava a quase senhora que ainda numa tentativa de sensualidade deixava à luz metade dos seios no vestido quase cor da pele, de grande solenidade e desapercebido dos olhos que acendiam de surpresa a cada esquina com a placa marcando o nome da rua, no túnel iluminado a lampião da velha Paris.

Antonio se surpreendeu com a própria decisão repentina de largar o jantar quase no fim e a mesa deixando uma justificativa evasiva mas inabalável, sem mesmo verificar e reforçar com alguma palavra mais a reação e a ausência. Alcançou a três passos largos o paletó branco do garçon e sussurrou "a saída, por favor", tomando a direção da palma reta e estendida que acabou encontrando no meio do caminho. Ficou muito difícil de se desembaraçar do efusivo advogado Moreira, importador que tinha herdado de um pai escuso, húngaro foragido, a voracidade que de uma maneira muito vulgar tinha ficado resumida no apelido de doutor Filizola. Antonio ouviu atentamente duas propostas de negócios e nem conseguiu habilmente se fazer compreender que o momento não convinha verificando o lustre principal por cima da pista de dança e o infeliz hábito que o advogado tinha de alisar a gravata de quem lhe ouvia. Juntaram-se a ele tomado de um constrangimento um tanto atônito, um casal que por momentos pareceu suspeitar de um mal estar mas sem conseguir localiza-lo. Alguns minutos depois ficou desfeita essa suposição que era na verdade vinda do próprio diálogo que lhes aproximaram chegando, e dirigindo a Antonio que perdeu assim toda a possibilidade de se afastar, cada frase da discussão viva e impossível. Mais uns minutos e ele se viu questionado pelo senhor de testa se era possível que sua mulher lhe dissessse a momentos atrás que tinha chegado atrasada numa reunião de diretoria, quando havia dormido a manhã toda e mais, ele é quem na realidade tinha chegado atrasado à tal reunião.

Já mais longe da orquestra ajeitando o terno dentro do corpo desenvolto com alguma dificuldade entre as mesas de canto à procura de uma bandeja se movimentando por sobre as cabeças algumas vezes por sorte desconhecidas, Antonio conseguiu de novo de um garçon a linha reta da saída apontada por cima das mesas. Desenhou com engenho as passagens até onde o seu olhar alcançava e se pôs andando, ouvindo os risos de copos e talheres de frases amontoadas no ouvido que pareceu a partir dali receber tudo fora. O encosto de viés da cadeira esbarrou barrando seu joelho no corredor feito das mesas e o fim do pé da cadeira não terminou esparramando uma imensidão que portões de aço clácláclácláclá foram fechando até lacrar toda. Antonio insistiu um olhar vago pra o chão que continuava em frente e Marina subiu linda o prisma até o olhar dele em frente a ela. Continuaram os passos opostos juntos com o olhar sem ver a porta lateral à orquestra entrando separados em meio às vigas oblíquas e fincadas que sustentavam por detrás a parede do salão iluminado por holofotes imperceptíveis à cena. Antonio escolheu a primeira posição que encontrou debaixo da lâmpada nua encima de duas vigas não perdendo de vista a porta de volta ao salão olhando impassível e deleitado Marina esquecida na cara de esquilo grego. Antes os dois giraram sobre os ombros o catavento de seis faces fincado na nuca fazendo a cada segundo uma volta nos dois sentidos, e um homem desmontava em silêncio o corpo peça por peça clic o campo verde recebia na paisagem um barulho de sangrar o ouvido clic chorava no canto de um quarto escuro a mulher sem roupa clic a música acabou penetrando pelo tapume clic os dois se puseram solenes e puseram emoção na falta de drama dos dois juntos. Antonio virou-se é perfeitamente absurdo, Marina, cairmos no que eu vivo com minha mulher e você com seu marido, sem mudar a expressão do rosto sereno. Ela aproximou rápido a voz quente e distante já tendo desistido de ordenar com a mesma rapidez do catavento e escolheu sem outra maneira dizer disso eu também sabia. Emudeceu de soco e numa fração de segundo seus olhos ficaram perdidos. Antonio veio em socorro sem perder a calma e murmurou sem que fosse visível na boca semi-cerrada: mas você acha que é mesmo impossível uma outra maneira? Ela jogou de leve a cabeça para o lado e lhe disse no mais límpido tom: mas você acha que é mesmo impossível uma outra maneira? A porta permaneceu de volta para o salão sem esperar Antonio dirigir a voz elegante pausada à ansiedade parada de Marina: do que você acha que somos feitos? e recebeu aberta no peito a claridade da pista em frente à orquestra. Ela conteve nenhuma atitude exata pra sair daquele ponto do restaurante até fixar o garçon mais próximo que ia rápido e parou. "De que lado fica a saída, por favor?" fazendo tudo pra não perceber que a movimentação tinha aumentado por volta dos seus sentidos já aguçados na ansiedade que tinha crescido a ponto de provocar uma dificuldade na respiração e um prolongamento na dimensão dos pontos que precisa percorrer até a porta. Foi esbarrando contra a vontade dos gestos prontos que utilizava sempre pra se movimentar pra frente e o esforço foi muito grande pra não ter de olhar à volta da cabeça pra o lado e o alto na direção do lustre principal que tinha as mesas do lado esquerdo do salão aproximando naquela hora as cadeiras dos três casais que voltavam de uma rodopiada retomando os lugares. Eles, dois homens de cabelos penteados pra trás, três moças de sorriso cândido sensual a gosto de ocasiões, todos os pescoços descobertos alvos e troncudos nas cabeças jogadas meio pra trás de sorrisos diante e abaixo do lustre, na confusão de braços atravessando a mesa deixando e buscando os copos e rápidos e os mais diferentes olhares trocados na conversa viva e pouco percebida respingada de música e mesas cheias à volta dos ruídos mais próximos e conhecidos. De volta à cabeça reta em frente, Antonio ia mudando as mesas de ângulo andando de joelhos tensos e decididos até a porta, depois do amigo que lhe agarrou de leve o ombro de um lado continuando a conversar com o parceiro até que a primeira troca de palavras de encontro viesse. Continuaram a respeito do aumento gradativo da dosagem de produtos químicos não degradáveis lançados nos rios a partir de uma central nos Andes e Antonio viu pela primeira vez abandonada a tentativa de se desembaraçar e desenvolver até morrer um encontro indo até a porta de saída cuidando cada fração de segundo do trajeto de três passos formigando éter e decisão já incontrolada. Seguiu cuidando na espinha dorsal os passos de descida pianando a escada do teatro e a avenida embaixo degrau por degrau até a calçada diante do vai e vem dos carros atrás do transeunte distraído que parou com sua mão cortês no ombro ouvindo "a saída de que lado fica, por favor" mais alto que a buzina mais próxima.

Paulo Afonso Seefelder mora em São Paulo e, tanto quanto se saiba, era, até este momento, absolutamente inédito. Seu conto revela uma influência de tema e motivos da parte do cineasta espanhol Luis Buñuel. No entanto, graças à solução inventiva que o conto tem, essa influência não o desmerece – ao contrário, o valoriza.

QUANTO VALE UMA ASSINATURA DE MOVIMENTO?

A garantia de uma imprensa independente, democrática e combativa; da notícia desvinculada dos interesses dos grandes grupos econômicos

Além disso,

FAÇA AS CONTAS:

São 52 exemplares por ano, a preço de banca de Cr$ 7,00. Portanto, Cr$ 364,00. Como oferta, você recebe gratuitamente 10 exemplares anteriores, à sua escolha (oferta válida apenas em território nacional). Logo, mais Cr$ 70,00. Somando tudo, sua assinatura anual vale Cr$ 434,00. Mas,você pode fazer um bom negócio e ainda se manter bem informado, assinando **Movimento** por apenas Cr$ 300,00.

VOCÊ PAGA 43 JORNAIS E RECEBE 62!

Desejo receber uma assinatura de **Movimento:**

Nome _____

Endereço _____

CEP _____ Profissão _____ Idade ____

Cidade _____ Estado _____

Neste sentido, estou enviando o cheque de nº _____ , em nome de Edição S/A. — Editora de Livros, Jornais e Revistas.

Se o pedido de assinatura for feito na Europa, o pagamento deve ser enviado para a Conta Postal CCP 2360 535 E 020 M. FORTI, Bureau 142 — Paris France.

Preço da assinatura no exterior: ANUAL US$ 70 / SEMESTRAL US$ 35

☐ ANUAL Cr$ 300,00
Desejo receber gratuitamente 10 exemplares atrasados:

☐ SEMESTRAL Cr$ 150,00
Desejo receber gratuitamente 5 exemplares atrasados:

Ajude Movimento a se tornar mais conhecido. Envie o nome de até três amigos que enviaremos Movimento para eles gratuitamente e sem compromisso.